



glintt

Prova de Aptidão Profissional

Por: Gonçalo Costa Ratola

2021/2022

Escola Profissional Magestil
Curso Profissional Técnico de Gestão
3º G

Prova de Aptidão Profissional
Glintt – Global Intelligent Technologies, SA

Ano Letivo

2021/202



Agradecimentos

O sucesso exige tempo e dedicação. Hoje, sei que alcancei o objetivo, com dificuldade e provavelmente nem tudo perfeito, mas é claro que não conseguiria fazer tudo isto se não pudéssemos contar com pessoas tão profissionais, atenciosas, compreensivas, motivadoras e especiais que nos ajudaram a fazer este caminho brilhante.

Quero agradecer de coração a todos os Professores do Curso Técnico de Gestão envolvidos, pelo apoio prestado, a força, o empenho, a dedicação e a confiança e expectativas que depositaram em mim, com a esperança de que as tenha superado. Em especial uma palavra de grande agradecimento a três pessoas maravilhosas que estiveram sempre presentes na realização de todas as etapas deste Projeto, depositando em nós força e esperança, para que tudo corresse pela melhor forma!

Quero agradecer à Professora Vera Mendes, pela sua disponibilidade para ajudar, o carinho, conforto, todo o conhecimento que nos deu que com certeza foi bem absorvido por mim e por todos e a força para continuar apesar das dificuldades que enfrentei ao longo deste Projeto PAP.

Quero agradecer também à Professora Elisabete Gonçalves, também pelo carinho, a força, a disponibilidade prestada e pela sua presença em todos os momentos chave, quase como uma balança, que nos foi balanceando as emoções, de forma a nunca desistirmos, e à preocupação e à ajuda e conhecimentos que sem eles nada disto seria possível.

Foram com certeza um grande pilar para o Sucesso da minha PAP e por isso partilho convosco um grande agradecimento por este grande passo na minha caminhada para o Sucesso!

Quero agradecer a toda a minha família o apoio dado durante a realização do meu projeto PAP, sem eles com certeza que nunca teria chegado aqui, quero agradecer em especial à minha mãe que sempre me apoiou em todas as decisões que tomei até hoje e que está sempre lá pronta para ajudar, me dar força e motivação para poder avançar.



Por fim, quero dedicar este meu projeto PAP à minha Avó, Maria Virgínia Costa, que infelizmente já não está presente para me poder ver formar, porém sei que de alguma maneira estás a olhar por mim e a dar-me força. Obrigado.

É muito bom poder colher os frutos de um trabalho bem feito, com muito esforço e dedicação.

Índice

Introdução.....	12
Introduction	14
Enquadramento Macroeconómico	16
Enquadramento Nacional	16
Atividade Económica e Oferta.....	18
Consumo Privado	22
Investimento	25
Contas Externas.....	26
Mercado de Trabalho	29
Preços	33
Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro	34
Enquadramento Internacional	36
Caracterização do Setor Terciário	44
Caracterização do Setor do IT em Portugal.....	47
Economia das plataformas.....	50
Cibersegurança.....	50
Inteligência Artificial e Estratégia para os Dados.....	51
Competências digitais e educação	51
Tributação equitativa da economia digital	52
Inovação Tecnológica ligada ao Setor da Saúde	53
Tendências do Setor.....	53
Shaping the future of European Healthcare	55
O Technology Cluster em Portugal.....	57
Missão	57
Visão	57
Objetivos	57
O Health Cluster em Portugal	59
Lei de Bases da Saúde	61
Impacto da Invasão Militar da Ucrânia na Economia Portuguesa	76
Economia Digital.....	79
Posição Portuguesa	79
Capital Humano.....	82
Conectividade.....	82



Integração das Tecnologias Digitais	83
Serviços Públicos Digitais	84
GLINTT - Global Intelligent Technologies, SA	85
Enquadramento da Empresa.....	86
Oferta e Mercados	86
Estrutura Organizacional Portugal	88
Estrutura Organizacional Espanha	89
Âmbito de Atuação Internacional	90
Unidades de Mercado	90
Internacional	90
Unidades de Negócio	91
Nexllence.....	91
Corporate Services Group	92
Corporate Services Glintt	93
Glintt Solutions.....	95
Missão	97
Visão	97
Valores.....	97
Cultura e Valores.....	97
Objetivos e Estratégia	98
Inovação e Empreendedorismo	98
Principais Indicadores	100
Pharma Portugal.....	101
Healthcare	105
Nexllence.....	109
Pharma Espanha.....	111
O Employee Experience e o Plano para a Igualdade de Género 2021/2022	114
Estratégia GLINTT	114
Diagnóstico.....	118
Caracterização do Universo GLINTT	118
Sustentabilidade.....	124
Plano de Sustentabilidade.....	124
Qualidade	126
Política de Gestão Glintt.....	126

Sistema de Gestão de Qualidade	127
Sistema de Gestão de Segurança da Informação.....	128
Sistema de Gestão de IDI	128
Código de Ética.....	129
Responsabilidade Social	130
Inovação	132
Áreas de Atuação	132
Posicionamento no Mercado	133
OFERTA 360º	133
PORTFÓLIO ALINHADO À CUSTOMER JOURNEY	133
COMPLEMENTARIDADE DE SOLUÇÕES	133
INOVAÇÃO.....	133
Objetivos 2022	133
Análise SWOT	134
Forças	135
Fraquezas	136
Ameaças	136
Oportunidades	136
Marketing-Mix.....	137
Produto.....	137
Preço.....	137
Distribuição	137
Promoção	137
Performance.....	141
People.....	141
Posicionamento.....	141
Evidências Físicas.....	142
Política de Privacidade GLINTT	143
Âmbito e objetivo.....	143
Recolha e Tratamento de Dados do Titular	144
Entidades Subcontratadas.....	144
Canais de Recolha dos Dados	145
Princípios Gerais Aplicáveis ao Tratamento de Dados do Titular	145
Utilização e Finalidades do Tratamento de Dados do Titular	147

Medidas Técnicas, Organizativas e de Segurança Implementadas.....	147
Transferência de Dados para Fora da União Europeia.....	148
Direitos dos Titulares dos Dados.....	149
Alterações à Política de Privacidade	155
Lei e Foro aplicáveis	157
Os Contratos de Trabalho	158
Tipos de Contrato.....	158
Período Experimental.....	162
Análise Económica e Financeira	163
Balanço de 2019	163
Balanço de 2020.....	164
Balanço de 2021.....	165
Análise Gráfica do Balanço.....	166
Fundo de Maneio Líquido	169
Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos (Simplificado).....	171
Rácios Financeiros.....	174
Rácios de Rentabilidade	181
Demonstração de Resultados por Naturezas 2019.....	184
Demonstração de Resultados por Naturezas 2020.....	185
Demonstração de Resultados por Naturezas 2021.....	186
Análise das Demonstrações de Resultados por Naturezas	187
Rácio de Valor Acrescentado na Ótica da Produção.....	198
Conclusão	199
Conclusion	200
Webgrafia.....	201

Índice de Ilustrações

<i>Ilustração 1 - Indicador diário de atividade económica (DEI) Taxa de variação homóloga</i>	17
<i>Ilustração 2 - PIB e componentes (tvh, %)</i>	19
<i>Ilustração 3 - VAB por setor (índice 2019IV=100)</i>	20
<i>Ilustração 4 - Indicadores de Consumo Privado</i>	22
<i>Ilustração 5 - Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros</i>	22
<i>Ilustração 6 - Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)</i>	23
<i>Ilustração 7 - Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)</i>	23
<i>Ilustração 8 - Indicadores de confiança (SRE, MM3)</i>	24
<i>Ilustração 9 - Indicadores de Investimento</i>	25
<i>Ilustração 10 - Indicador de FBCF e componentes (VH, MM3)</i>	25
<i>Ilustração 11 - Vendas de cimento e construção tvh, MM3 (%)</i>	26
<i>Ilustração 12 - Indicadores de Contas Externas</i>	26
<i>Ilustração 13 - Fluxos do Comércio Internacional (VH, MM3, %)</i>	27
<i>Ilustração 14 - Procura Externa dirigida à Indústria (SRE, MM3)</i>	28
<i>Ilustração 15 - Balança corrente (milhões de euros)</i>	28
<i>Ilustração 16 - Indicadores do Mercado de Trabalho</i>	29
<i>Ilustração 17 - Emprego e Taxa da Desemprego</i>	30
<i>Ilustração 18 - Desemprego</i>	30
<i>Ilustração 19 - Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)</i>	31
<i>Ilustração 20 - Taxa de desemprego</i>	31
<i>Ilustração 21 - Taxa de desemprego por regiões (%)</i>	32
<i>Ilustração 22 - Indicadores de Preços</i>	33
<i>Ilustração 23 - Taxa de Variação do IPC (VH e VH MM12, %)</i>	33
<i>Ilustração 24 - Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)</i>	34
<i>Ilustração 25 - Indicadores Monetários e Financeiros</i>	34
<i>Ilustração 26 - Empréstimos bancários (taxa de variação anual, em %)</i>	35
<i>Ilustração 27 - PIB mundial Taxa de variação anual, em percentagem</i>	36
<i>Ilustração 28 - PIB nas principais economias Índice, 2019 T4 = 100</i>	37
<i>Ilustração 29 - Procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa Taxa de variação anual, em percentagem</i>	38
<i>Ilustração 30 - Expectativas de inflação a longo prazo na área do euro Em percentagem</i>	39
<i>Ilustração 31 - Taxa de inflação (IPC) (%)</i>	40
<i>Ilustração 32 - Previsões Económicas para 2022 (à data de 25.03.2022)</i>	43
<i>Ilustração 33 - VAB e População Empregada por Setor</i>	44
<i>Ilustração 34 - Empresas: total e por sector de atividade económica</i>	45
<i>Ilustração 35 - População empregada: total e por sexo</i>	46
<i>Ilustração 36 - Infografia com factos e números sobre a Inteligência Artificial tais como o nível de investimentos e a importância económica deste setor</i>	48
<i>Ilustração 37 - Infografia com dados sobre o número de pedidos de patentes de IA e o número de postos de trabalho que a IA pode ajudar a criar até 2025</i>	49
<i>Ilustração 40 - DESI 2021 – Dimensões</i>	81
<i>Ilustração 41 - DESI 2021 – Pilares</i>	81

Introdução

A Prova de Aptidão Profissional para o presente ano letivo 2021/2022, designada abreviadamente por PAP, tem por tema: "Reimaginar o EX (Employee Experience) – o desafio dos novos tempos.". Como estão as Empresas a reinventar o "WORKFORCE" com Tecnologia Emergente em prol do Progresso e Crescimento Empresarial.

A Prova de Aptidão Profissional faz parte integrante da avaliação dos alunos do Curso Técnico de Gestão e constitui um verdadeiro Projeto Integrado baseando-se para o efeito, numa empresa real do mercado nacional e internacional.

Este projeto consiste na realização de um estudo e análise real do mercado, definição e enquadramento económico do setor de mercado, caracterização da sua atividade empresarial, passando pela constituição legal, estruturas e formas de gestão, até ao apuramento dos resultados financeiros referente a três exercícios económicos, analisando assim o impacto de novos paradigmas e abordagens económicas modernas na gestão empresarial.

A Prova de Aptidão Profissional representa, assim, a aplicação e a integração dos diferentes conhecimentos adquiridos em cada um dos domínios ministrados no curso em conjugação e em prol de um trabalho individual e complexo.

A empresa que será estudada na presente PAP será a Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., uma empresa ligada ao setor das tecnologias relacionado com a saúde, um mercado emergente e em constante ebulição como irei dar conta ao longo do estudo.

Com certeza, que um dos pontos que não poderia faltar é sem dúvida a Inteligência Artificial, quais os planos europeus para a IA, como poderemos balancear o uso desta tecnologia com tanto potencial económico, social, entre outros com o fornecimento dos megadados?

A finalidade deste projeto é colocar à prova todos os conhecimentos obtidos ao longo do Curso, quer de Gestão, Economia, Contabilidade e Fiscalidade, Cálculo Financeiro, Direito das Organizações, entre outra, e aprofundar melhor a realidade nas Empresas, prevendo e criando necessidades que ainda não foram equacionadas, mas também para que possamos aferir a eficácia dos Produtos/Serviços criados pelas Organizações com as verdadeiras necessidades do mercado, e assim mais facilmente provarmos as suas ações/decisões perante os diferentes contextos/situações a que são submetidas.

A oportunidade de descobrirmos mais sobre as nossas habilidades técnicas será um foco neste projeto, mas estas não são os únicos diferenciais. As Soft Skills, serão primordiais, pois estas capacidades do capital humano da empresa, tornou-se mais valorizado, e assim, em equipa perceberemos que os gestores começam a equacionar que o comportamento dos profissionais tem uma grande relevância dentro das corporações, valorizando assim as competências que são desenvolvidas pelas pessoas durante as suas experiências de vida: Criatividade; Determinação; Atitude Positiva; Objetividade; Clareza; Poder de Persuasão e Capacidade de Lidera.

Introduction

The Professional Aptitude Test for the present school year 2021/2022, abbreviated as PAP, has the theme: "Reimagining the EX (Employee Experience) - the challenge of new times. How are Companies reinventing "WORKFORCE" with Emerging Technology for Business Progress and Growth.

The Professional Aptitude Test is an integral part of the assessment of the students of the Technical Management Course and constitutes a true Integrated Project based, for the effect, on a real company of the national and international market.

This project consists of the realisation of a study and analysis of the market, definition and economic framework of the market sector, characterisation of its business activity, going through the legal constitution, structures and management forms, until the calculation of the financial results referring to three economic years, thus analysing the impact of new paradigms and modern economic approaches in business management.

The Professional Aptitude Test thus represents the application and integration of the different knowledge acquired in each of the areas taught on the course in conjunction and in favour of individual and complex work.

The company that will be studied in the present PAP will be Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A., a company linked to the sector of technologies related to health, an emerging market and in constant ebullition, as I will report throughout the study.

Certainly, one of the points that could not be missing is undoubtedly Artificial Intelligence, what are the European plans for AI, how can we balance the use of this technology with so much economic, social and other potential with the supply of big data?

The purpose of this project is to test all the knowledge obtained throughout the Course, whether of Management, Economics, Accounting and Taxation, Financial Calculation, Organizational Law, among others, and to better deepen the reality in Companies, foreseeing and creating needs that have not yet been equated, but also so that we can assess the effectiveness of Products/Services created by Organizations with the real needs of the market, and thus more easily prove their actions/decisions before the different contexts/situations to which they are submitted.

The opportunity to discover more about our technical skills will be a focus in this project, but these are not the only differentials. The Soft Skills will be primordial, as these capacities of the company's human capital have become more valued, and so, as a team, we will realise that managers are beginning to consider that the behaviour of professionals has great relevance within corporations, thus valuing the skills that are developed by people during their life experiences: Creativity; Determination; Positive Attitude; Objectivity; Clarity; Power of Persuasion and Leadership Skills.

Enquadramento Macroeconómico

Enquadramento Nacional

O ano de 2020 foi marcado pelo choque da pandemia COVID-19. O surto do novo coronavírus (COVID-19), que teve origem na China no final de 2019, disseminou-se rapidamente e gerou uma crise global de saúde pública.

Em Portugal, após sete anos de crescimento consecutivo, as estimativas oficiais apontavam para uma queda da atividade de 7,6%, superior à queda de 6,8% na zona euro em 2020, refletindo sobretudo uma maior queda e uma grande dependência em relação ao turismo. A economia portuguesa foi afetada simultaneamente por perturbações na oferta e na procura. Do lado da oferta, a suspensão de algumas atividades, o encerramento parcial ou total de empresas e o fecho de fronteiras originaram disrupções nas cadeias de produção e de distribuição. Do lado da procura, foi particularmente importante a contração da procura externa, sobretudo do turismo e, em menor grau, a queda do consumo privado induzida pelos receios de contágio, pelas medidas de confinamento e elevada incerteza. As exportações de bens, após a contração no segundo trimestre, recuperaram na segunda metade do ano e registaram um ganho de quota de mercado. Por sua vez, as exportações de turismo no final do ano estavam ainda 60% abaixo do valor do final de 2019. O investimento, ao contrário de recessões anteriores, apresentou-se forte e robusto, em particular na construção. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em máquinas e equipamentos e em material de transporte reduziu, sendo que a evolução mais negativa desta última componente está em parte associada ao abrandamento da atividade turística.

A evolução da atividade teve um perfil intra-anual muito marcado, condicionado pela evolução da pandemia e das medidas de confinamento. A quebra mais abrupta da atividade ocorreu durante o primeiro confinamento geral. Por contraste, nas fases de melhoria das condições de saúde pública e de alívio de restrições verificou-se uma recuperação rápida da atividade, ainda que parcial. O maior dinamismo foi notório no terceiro trimestre e no final do ano.



Ilustração 1 - Indicador diário de atividade económica (DEI) | Taxa de variação homóloga

Fontes: Banco de Portugal e legislação. | Notas: O DEI está normalizado de tal forma que a sua média trimestral tenha a mesma média e desvio padrão da taxa de variação homóloga trimestral do PIB nos últimos anos. Para mais detalhes, ver Lourenço e Rua (2020), “The DEI: tracking economic activity daily during the lockdown”, Banco de Portugal Working Paper No 13 e Lourenço e Rua (2021), “The Daily Economic Indicator: tracking economic activity daily during the lockdown”, Economic Modelling (forthcoming).

A manutenção das condições de financiamento favoráveis e as medidas de apoio às empresas e famílias minimizam o impacto da COVID – 19 à economia portuguesa. Algumas das medidas adotadas foram os subsídios às empresas, como o Lay-off simplificado e o incentivo extraordinário à normalização da atividade e a suspensão de obrigações fiscais. Para além das medidas referidas, a política monetária flexível do BCE contribuiu em grande parte para a manutenção das condições favoráveis de financiamento dos bancos portugueses e a sua expansão à economia.

De forma a responder à falta de liquidez das empresas, o estado português abriu linhas de crédito com garantia pública e um regime especial de moratórias, o que permitiu satisfazer estas necessidades. Cerca de 40% do valor dos novos empréstimos a mais de um ano às empresas foram anuídos ao abrigo do regime das garantias públicas para fazer face a necessidades de liquidez imediatas ou para constituição de reservas. Relativamente ao regime de moratórias, introduzido logo em março de 2020, possibilitou a suspensão do pagamento das prestações ou a prorrogação dos créditos com pagamento no final do contrato. O crédito em moratória atingiu 33% do valor do crédito no segundo trimestre, proporção que se manteve até ao final do ano.

Relativamente às obrigações a crédito das empresas, estas sofreram uma aceleração ao longo do ano. Esta aceleração deveu-se ao aumento do número de novos empréstimos, concedidos maioritariamente por instituições financeiras residentes, e ao regime das moratórias. Tudo isto acabou por se traduzir numa subida do rácio de endividamento das empresas para 134,4% do PIB, mais 6,2 pontos percentuais (pp) do que no final de 2019, e um valor inferior à média da zona euro (144,6% do PIB, após um aumento de 10,7 pp).

Relativamente às famílias, verificou-se um abrandamento do crédito a particulares no segundo trimestre, com tendência de crescimento sobretudo por via do crédito à habitação. Por sua vez, o crédito ao consumo desacelerou ao longo de 2020, muito por conta da contração do consumo privado de bens duradouros e correntes não alimentares e aos critérios de concessão mais restritivos. Por outro lado, verificou-se um crescimento da taxa de poupança dos particulares em 5,7 pp, atingindo os 12,8% do rendimento disponível, o que reflete um comportamento de precaução em contexto de recessão e incerteza.

Em 2020, a economia portuguesa assistiu a uma redução da sua capacidade de financiamento face ao exterior com uma diminuição do saldo conjunto da balança corrente e de capital, situando-se nos 0,1% do PIB (1,2% em 2019). O défice no comércio de bens com o exterior diminuiu para 6% do PIB. Pelo contrário, a evolução do turismo e transportes internacionais refletiu-se numa redução do excedente nas trocas de serviços e determinou um défice da balança corrente de 1,2% do PIB, ao contrário do excedente médio de 0,5% observado em 2018 e 2019. Por sua vez, a balança de capital aumentou o seu saldo para 1,3% do PIB por via dos recebimentos dos fundos da União Europeia. No final de 2020, a posição de investimento internacional de Portugal manteve-se quase inalterada em termos nominais, mas deteriorou-se em rácio do PIB para -105,4% (-100,5% em 2019).

Atividade Económica e Oferta

Em 2021, o PIB verificou um crescimento em volume de 4,9%, o mais elevado desde 1990, após a quebra de 8,4% registada em 2020, que refletiu os efeitos da pandemia de COVID-19. Apesar da recuperação significativa, o nível do PIB manteve-se abaixo do valor registado no período pré-pandémico. Em termos de evolução intra-anual, registou-se uma forte redução do PIB no primeiro trimestre (-5,3%), resultante do confinamento geral e um aumento de 16,5% no segundo trimestre, justificado pelo efeito base e pelo levantamento gradual das restrições. Nos terceiro e quarto trimestres o crescimento foi menos robusto (4,4% e 5,8%, respetivamente).



Para a evolução positiva da atividade económica contribuíram o dinamismo do consumo privado, que registou um crescimento de 4,5%, recuperando parcialmente da diminuição de 7,1% em 2020, e do investimento que, com um crescimento de 7,5% recuperou da quebra de 5,7% registada no ano anterior. O contributo da procura externa líquida, foi marginalmente negativo, uma melhoria significativa face ao verificado em 2020, com as exportações em volume a crescerem ligeiramente acima das importações, após a forte contração observada em 2020.

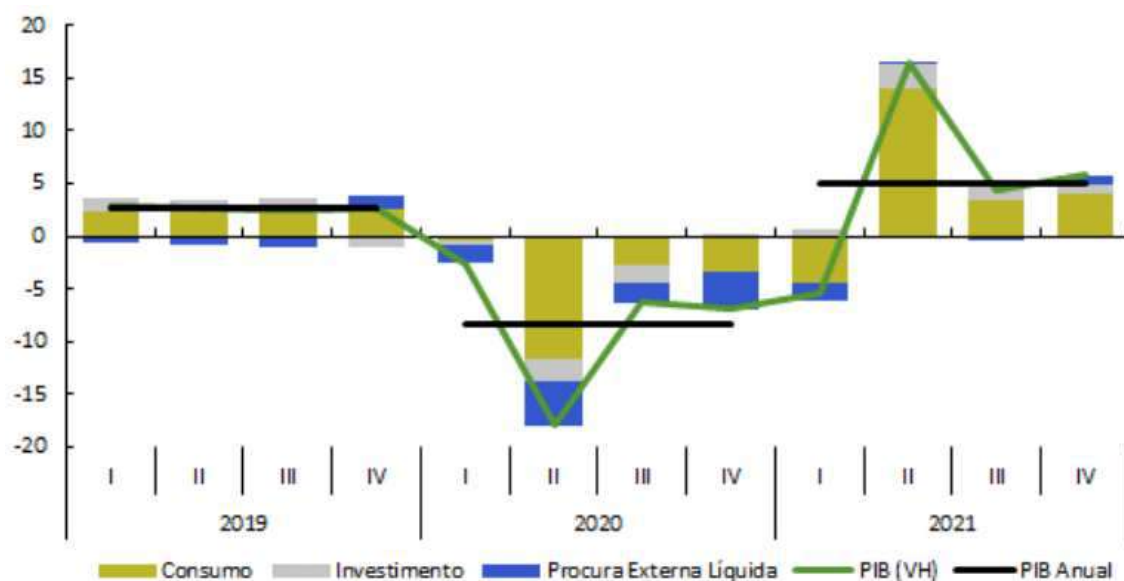


Ilustração 2 - PIB e componentes (tvh, %)

Fonte: INE.

Para a evolução positiva da atividade económica contribuíram o dinamismo do consumo privado, que registou um crescimento de 4,5%, recuperando parcialmente da diminuição de 7,1% em 2020, e do investimento que, com um crescimento de 7,5% recuperou da quebra de 5,7% registada no ano anterior. O contributo da procura externa líquida, foi marginalmente negativo, uma melhoria significativa face ao verificado em 2020, com as exportações em volume a crescerem ligeiramente acima das importações, após a forte contração observada em 2020.

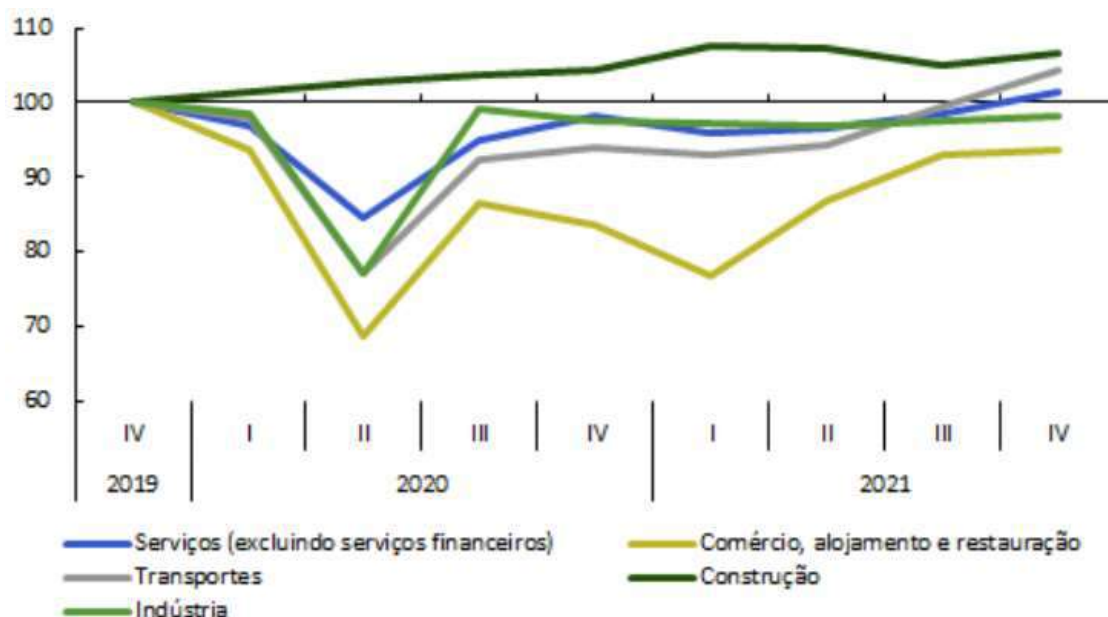


Ilustração 3 - VAB por setor (índice 2019IV=100)

Fonte: INE.

A recuperação da atividade económica em 2021 foi estimulada pelos setores do comércio, alojamento e restauração, dos transportes e dos serviços. Após um ano de 2020 caracterizado por uma forte quebra da atividade nos setores do comércio, alojamento e restauração e dos transportes (os mais afetados pelas medidas restritivas de combate à pandemia), estes setores iniciaram uma trajetória de recuperação no segundo trimestre de 2021, contribuindo de forma expressiva para o crescimento do PIB. Também o setor dos serviços (excluindo as atividades financeiras) teve um contributo bastante significativo para a evolução do PIB, ultrapassando no final de 2021 os valores registados no período pré-pandémico. Apesar da evolução positiva registada em 2021, o VAB da indústria permanece ainda abaixo do registado no período anterior à pandemia, fruto de disrupções na disponibilidade de diversos componentes, enquanto o setor da construção demonstrou um comportamento resiliente, mantendo-se sempre acima de níveis pré-pandémicos.

A recuperação mais lenta da indústria incide principalmente nas atividades de produção de energia e automóvel. Após a evolução positiva registada no primeiro semestre de 2021, o índice de produção industrial (IPI) tem vindo a registar, variações homólogas negativas, refletindo as dificuldades com as disrupções nas cadeias de abastecimento. Esta tendência manteve-se no início de 2022, tendo o IPI apresentado, uma variação de -4,3% em termos homólogos, essencialmente em resultado da contração nas atividades de produção de

energia e automóvel. Excluindo estas duas componentes, o IPI teve uma variação homóloga de 5,5%.

Atividade turística recuperou, mas ainda se encontra longe dos níveis pré-pandémicos. Apesar do crescimento observado na atividade turística em 2021, com um crescimento no número de hóspedes e de dormidas de 39,3% e 45,2%, respetivamente, este setor ainda não conseguiu recuperar da queda registada em 2020. Quando comparado com 2019, tanto o número de hóspedes como o de dormidas em 2021 registam variações negativas (-46,4% e -46,6%, respetivamente), sendo as quebras relativas essencialmente aos turistas não residentes em Portugal. A recuperação da atividade turística manteve-se no início de 2022, com o número de hóspedes e de dormidas em fevereiro a superar largamente os registados no período homólogo de 2021, no entanto, ainda aquém dos observados antes do início da pandemia.

Consumo Privado

Indicador	Unidade	2021	2020	2021				2021				
			4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	:	-5,6	-7,1	18,8	4,6	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-16,6	-26,2	-23,0	-14,2	-12,9	-16,4	-11,9	-9,9	-11,0	-19,2	-19,2
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	-9,6	-19,1	-28,2	-13,9	2,9	0,9	7,1	6,3	1,6	0,0	1,3
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	:	-2,0	-7,7	16,4	2,7	:	3,6	2,8	3,3	9,9	:
Bens Alimentares	VH	:	2,6	-0,8	5,5	2,8	:	3,8	2,0	2,0	4,9	:
Bens não Alimentares	VH	:	-5,5	-13,6	26,9	2,7	:	3,5	3,4	4,4	14,0	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	22,0	-20,1	-31,5	157,6	-23,8	-14,2	-35,8	-18,2	-22,7	-7,6	-11,5
Importação de Bens de Consumo***	VH	:	-5,5	-10,0	20,8	7,1	:	8,5	5,7	7,1	:	:

*Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100;** Inclui veículos Todo-terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; ***Exclui material de transporte.

Ilustração 4 - Indicadores de Consumo Privado

Fontes: INE e ACAP.



Ilustração 5 - Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros (SRE-VE, MM3)

Fonte: INE.

Em dezembro, verificou-se uma estabilização no indicador de confiança dos consumidores, após este ter diminuído nos dois meses anteriores. Esta evolução reflete o contributo positivo das expectativas sobre a evolução futura da situação económica do país, que foi contrariado pelo contributo negativo das restantes componentes: expectativas relativas à evolução futura da realização de compras importantes e da situação financeira do agregado familiar e opiniões sobre a evolução passada da situação financeira do agregado familiar.

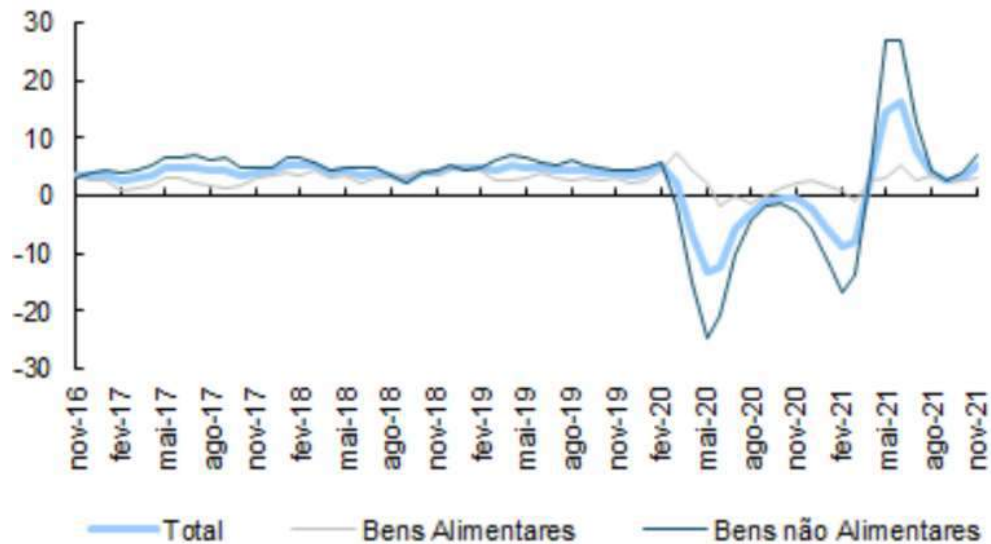


Ilustração 6 - Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

Fonte: INE.

Em termos homólogos, no trimestre terminado em novembro, o índice de volume de negócios no comércio a retalho apresentou uma variação de 5,3% (2,7% no terceiro trimestre). Para esta evolução contribuíram os agrupamentos dos bens alimentares e dos bens não alimentares com variações de 2,9% e 7,3% respetivamente (2,8% e 2,7% no terceiro trimestre, respetivamente).

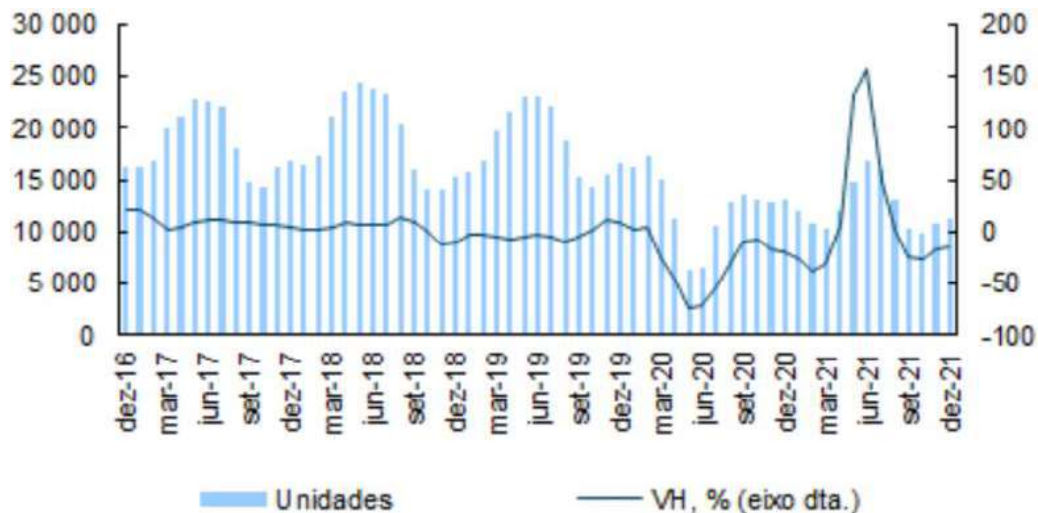


Ilustração 7 - Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)

Fonte: ACAP.

Em novembro de 2021 foram vendidos 10 928 veículos ligeiros de passageiros, mais 352 unidades do que outubro e menos 898 unidades do que em novembro de 2020, correspondendo a uma variação homóloga de -7,6%.

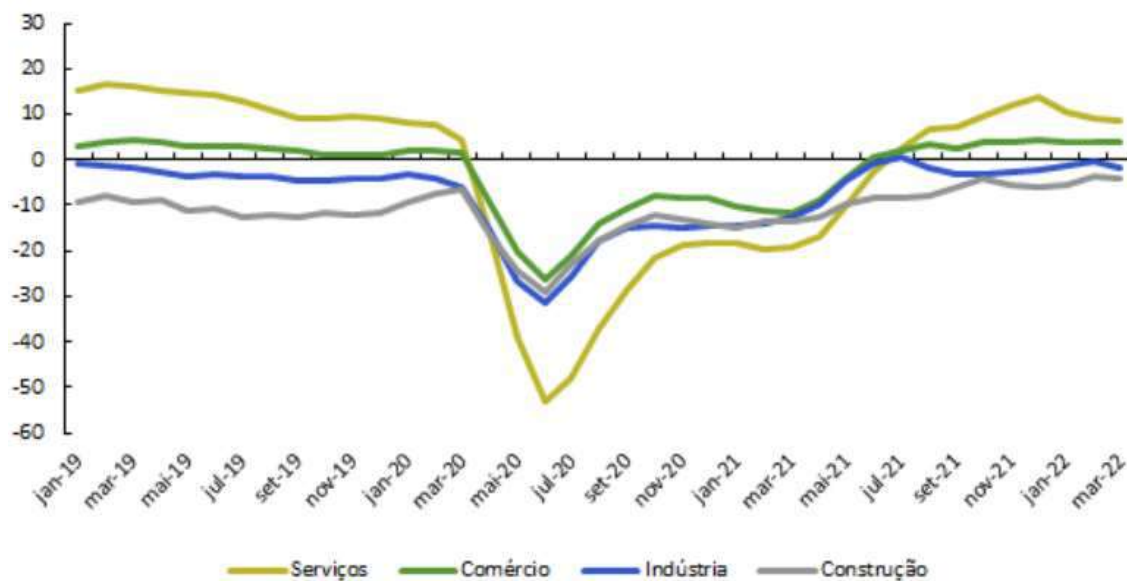


Ilustração 8 - Indicadores de confiança (SRE, MM3)

Fonte: INE.

De acordo com a Figura 7, verifica-se que indicador **de clima económico estabilizou no início de 2022**, após a recuperação registada nos últimos meses de 2021, situando-se em níveis próximos dos pré-pandémicos. Para esta evolução destaca-se, por um lado, o contributo positivo dos níveis de confiança nos setores dos serviços e do comércio e, por outro lado, o contributo negativo dos níveis de confiança na indústria e construção que, apesar de permanecerem negativos, superaram já os níveis pré-pandémicos. Apesar da melhoria significativa nos dois primeiros meses do ano, o indicador de confiança dos consumidores diminuiu acentuadamente no mês de março, **marcado pelo contexto da invasão militar da Ucrânia**, registando uma redução em cadeia, apenas superada em abril de 2020 com o início da pandemia.

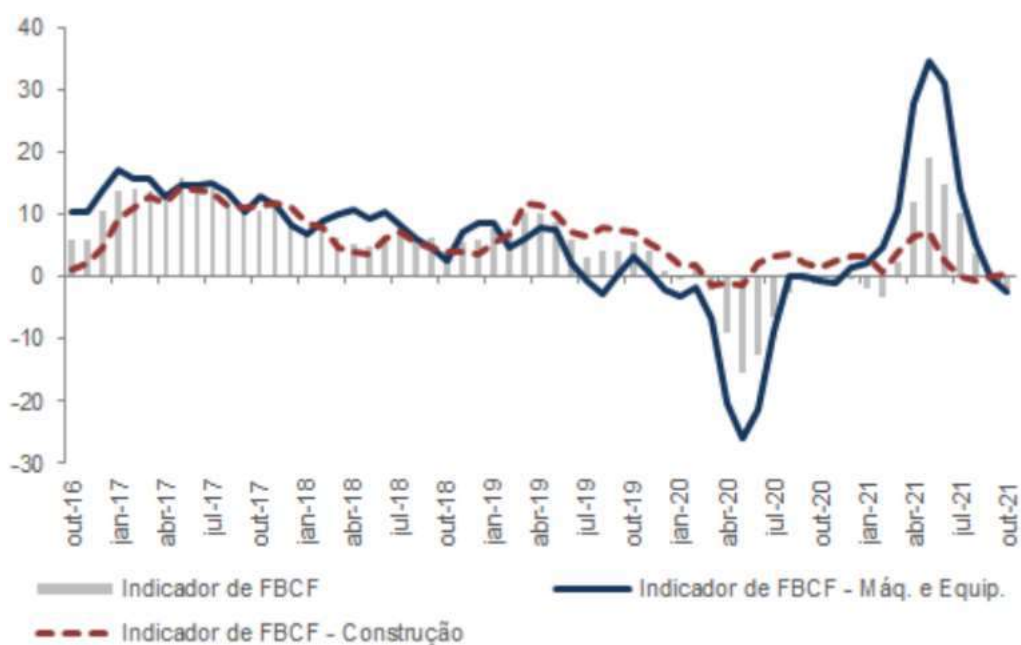
Investimento

Indicador	Unidade	2020	2020		2021			2021				
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
FBC – CN Trimestrais	VH Real	-5,7	-9,6	0,4	3,8	12,5	6,3	-	-	-	-	-
da qual, FBCF	VH Real	-2,7	-0,5	0,4	2,9	13,7	1,6	-	-	-	-	-
Indicador de FBCF	VH/mm3	-4,1	-10	-0,5	2,3	14,8	-0,3	10,2	3,6	-0,3	-18	:
Vendas de Cimento	VH	10,6	11,7	11,2	10,8	6,6	2,9	-0,8	6,1	4,1	-0,6	0,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-28,3	-23,4	-13,1	6,4	65,4	-25,6	-35,9	-7,3	-29,6	-5,0	-5,9
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-27,9	6,0	-8,4	29,1	166,6	-30,4	-28,5	-27,4	-32,6	24,8	-3,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-22,1	-15,7	-7,3	-14,0	0,7	2,4	9,0	5,9	-7,6	-14	10,2
Licenças de Construção de fogos	VH	0,5	-2,2	6,5	119	27,2	13,2	13,8	10,3	15,7	-23,9	:
Importações de Bens de Capital**	VH	-5,0	2,1	1,4	7,2	35,5	6,0	4,5	9,2	5,0	-5,4	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	-15,5	-10,4	-10,6	4,3	40,2	-5,0	7,3	-11,9	-11,3	-8,2	:

* No Comércio por Grosso; ** Exceto Material de Transporte; *** Para o Mercado Nacional.

Ilustração 9 - Indicadores de Investimento

Fonte: INE, CIM POR, SECIL e ACAP.



Fonte: INE.

Ilustração 10 - Indicador de FBCF e componentes (VH, MM3)

De acordo com o INE, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou no trimestre terminado em outubro de 2021 uma taxa variação homóloga de -1,8% (-1,5 p.p. em relação ao terceiro trimestre). Esta evolução resultou dos contributos negativos das componentes de máquinas e equipamentos (-2,6%) e materiais de transporte (-16,4%) e do ligeiro contributo positivo da construção (0,4%).

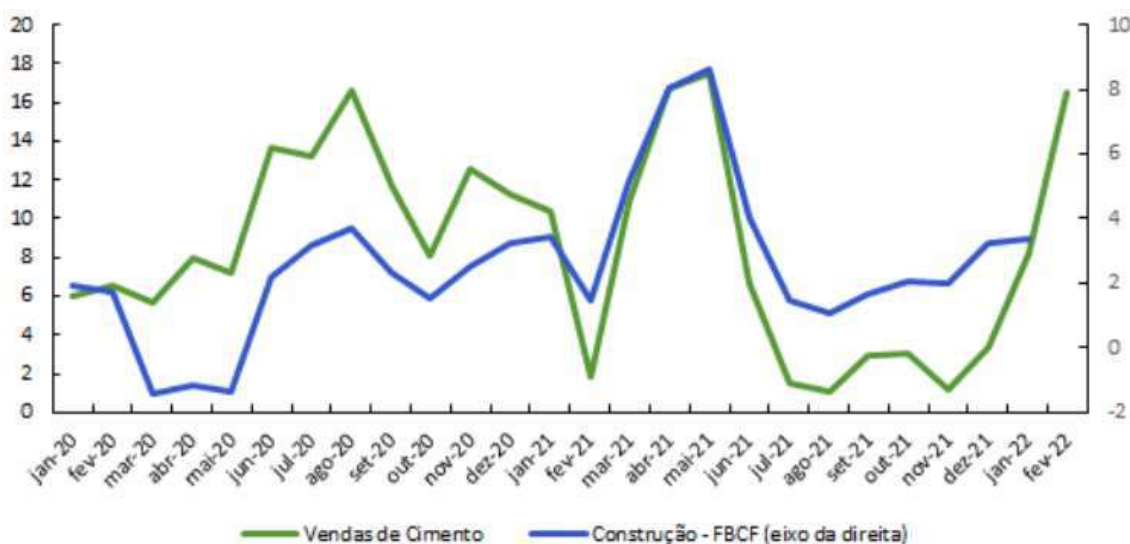


Ilustração 11 - Vendas de cimento e construção tvh, MM3 (%)

Fonte: SECIL; CIMPOR e INE.

De acordo com a Figura 8 em 2022 o investimento em construção apresenta bons indicadores de crescimento. As vendas de cimento, que constituem um dos principais indicadores da atividade na construção, manifestaram nos dois primeiros meses de 2022, um aumento em termos homólogos de 24,8%, continuando a trajetória de aceleração que se vinha a verificar no final de 2021. Por sua vez, as vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados registraram, em março, uma queda em termos homólogos de 9% e 1%, respetivamente.

Contas Externas

Indicador	Unidade	2020	2020		2021			2021				
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-18,6	-15,6	-14,4	-9,4	39,8	10,0	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-12,1	-11,1	-6,2	-4,3	36,4	11,2	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	%PIB	-2,1	-1,2	-2,1	-2,5	-2,7	-3,2	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	%PIB	-0,1	0,1	-0,1	0,0	0,1	0,4	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	-10,3	-3,0	-3,1	6,3	49,0	12,2	214	110	16,7	9,9	3,0
Entradas de Bens	VH nom	-14,8	-12,3	-9,5	-5,7	49,4	20,4	30,7	22,0	21,7	17,9	17,5

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2020	2020		2021			2020	2021	Dif.
			3T	4T	1T	2T	3T	jan-out	jan-out	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	42	995	316	176	-948	1701	337	1381	1044
Saldo Balança de Bens	"	-12 269	-2 592	-2 924	-2 269	-3 494	-4 332	-10 196	-11851	-1655
Saldo Balança de Serviços	"	8 704	2 779	1844	170	1671	4 111	7 621	8 290	669
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-3 098	-772	-375	-569	-1203	-950	-2 622	-2 407	216
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 443	1 161	1271	1 190	1563	1390	3 626	4 525	898

Ilustração 12 - Indicadores de Contas Externas

Fonte: BdP.

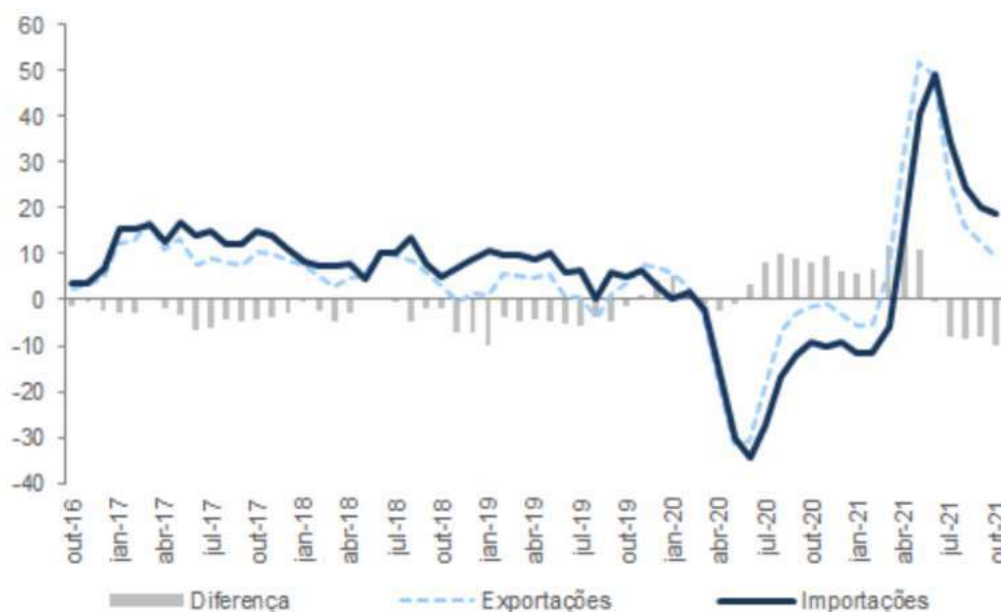


Ilustração 13 - Fluxos do Comércio Internacional (VH, MM3, %)

Fonte: INE.

Os dados referentes ao comércio internacional de bens, para o trimestre terminado em outubro de 2021, apontam para uma variação, em termos médios homólogos, de 9% das exportações e de 18,8% das importações (12,2% e 20,4% no terceiro trimestre, respetivamente).

No mesmo período, e em termos médios homólogos nominais:

- Nas exportações de bens, verificou-se uma variação de 6% na componente intracomunitária (8,9% no terceiro trimestre) e de 19,5% na componente extracomunitária (23,3% no terceiro trimestre);
- Nas importações de bens, verificou-se uma variação de 10,8% no mercado intracomunitário (12,7% no terceiro trimestre) e de 47,5% na componente extracomunitária (47,8% no terceiro trimestre);
- A taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 78,6% (78,7% em igual período de 2020).

O setor do alojamento turístico, relevante para a evolução das exportações de serviços, de acordo com o INE, registou 1,5 milhões de hóspedes e 3,6 milhões de dormidas em novembro de 2021, correspondendo a aumentos de 265,5% e 287,7%, respetivamente (+115,2% e +137,9% em outubro, pela mesma ordem).

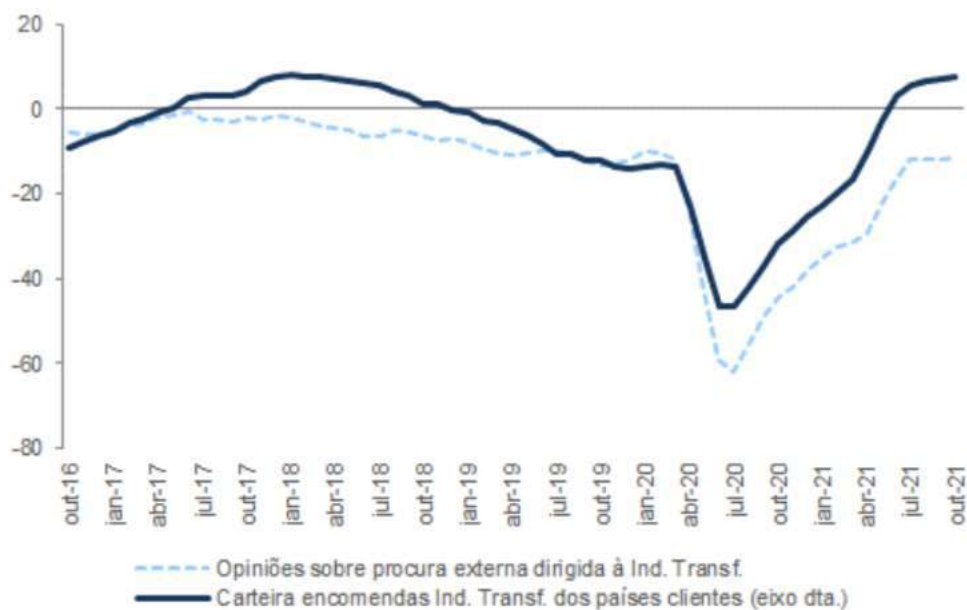


Ilustração 14 - Procura Externa dirigida à Indústria (SRE, MM3)

Fonte: INE

No trimestre terminado em novembro, comparativamente com o terceiro trimestre, verificou-se uma ligeira melhoria nas opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora.

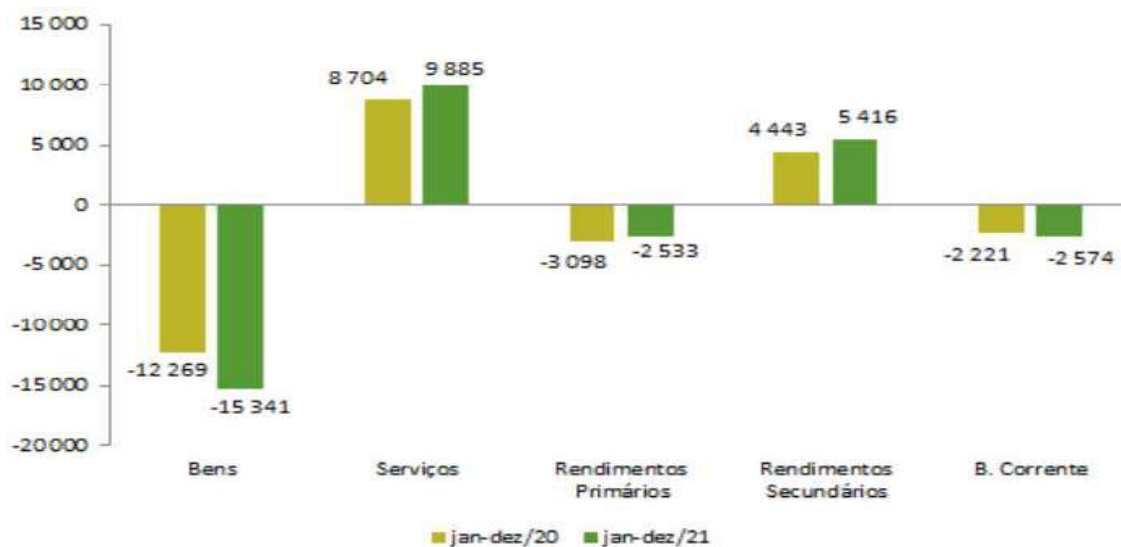


Ilustração 15 - - Balança corrente (milhões de euros)

Fonte: Banco de Portugal.

A balança corrente e de capital apresentaram um excedente de 1424 milhões de euros em 2021 (0,7% do PIB), representando um aumento na capacidade de financiamento de 1375 milhões de euros face a 2020. Esta evolução deveu-se, essencialmente, ao aumento da balança de capital de 1,1% para 1,8% do PIB, que compensou a redução de 0,1 p.p. registada no saldo da balança corrente. Em janeiro de 2022, registou-se um défice de 552 milhões de euros, o que compara com o excedente de 62 milhões de euros do período homólogo.

Défice na balança de bens e serviços aumenta para 2,6% do PIB (face a 1,9% em 2020). Esta evolução refletiu, essencialmente, o aumento do défice da balança de bens em 0,9 p.p. (mais 2525 milhões de euros). Apesar de uma ligeira melhoria de 0,2 p.p. (mais 833 milhões de euros), a balança de serviços ainda se encontra aquém dos valores registados no período pré-pandemia. O agravamento do défice na balança de bens e serviços, continuou em janeiro de 2022, sendo a necessidade de financiamento superior em 393,2 milhões de euros em relação ao período homólogo.

A balança de rendimentos primários registou uma redução no défice de 0,2 p.p. (menos 186 milhões de euros), passando para -1,2% do PIB em 2021, essencialmente devido à redução dos défices das componentes de rendimentos de investimento em carteira. Por seu lado, a balança de rendimentos secundários melhorou o seu excedente, passando de 2.2% para 2,7% do PIB em 2021, essencialmente devido ao aumento das transferências recebidas da União Europeia. Esta tendência mantém-se, com os dados mais recentes a demonstrarem uma continuação na melhoria do défice da balança de rendimentos primários (menos 58,9 milhões de euros face ao período homólogo).

Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2020	2020		2021			2021				
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Taxa de Desemprego*	%	7,0	8,0	7,3	7,1	6,7	6,1	6,6	6,3	6,4	6,4	:
Emprego Total*	VH	-1,9	-3,1	-1,2	-1,3	4,5	4,7	4,8	4,6	4,1	2,9	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	29,6	36,1	29,6	25,9	-7,1	-12,4	-9,5	-10,0	-12,4	-12,9	-13,2
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	14,4	10,4	4,9	-6,9	-33,9	-14,9	-19,6	-15,3	-10,6	-20,1	-9,3
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-17,1	-7,9	1,7	-0,1	128,2	22,4	24,8	20,5	22,1	12,5	37,6
Contratação Coletiva	VH	2,3	3,3	2,6	2,4	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,8	2,8
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	8,6	6,0	6,8	7,1	-2,7	3,8	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,6	1,3	2,2	1,1	-0,8	2,4	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade).**Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Ilustração 16 - Indicadores do Mercado de Trabalho

Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat



Ilustração 17 - Emprego e Taxa da Desemprego

Fonte: INE.

De acordo com os dados da Figura 11 e do Quadro 5, em outubro de 2021, a taxa de desemprego situava-se em 6,4%, valor idêntico ao registado no mês anterior e uma redução de 1,2 p.p. comparativamente com o período homólogo.

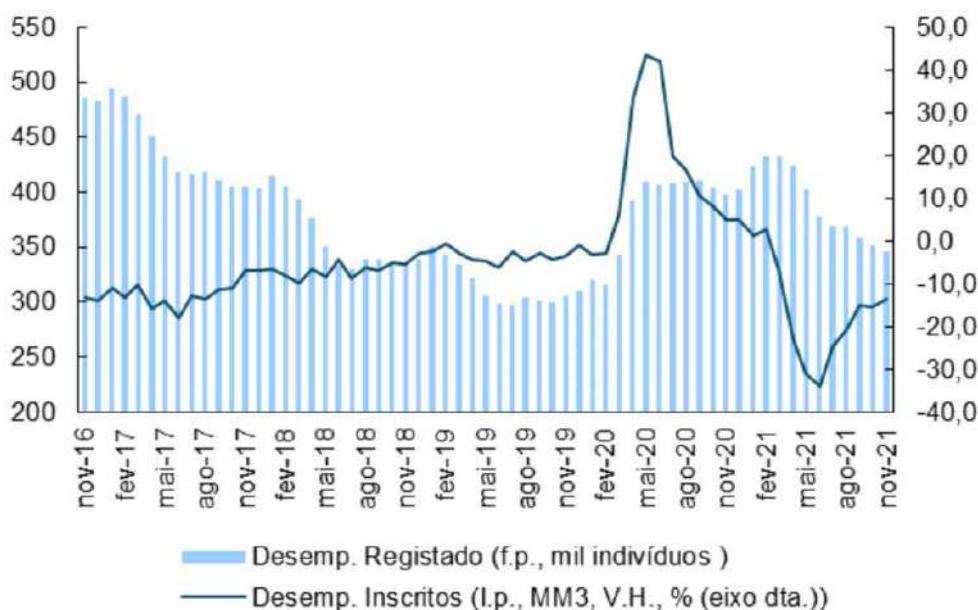


Ilustração 18 - Desemprego

Fonte: IEFP.

De acordo com a Figura 12, no final de novembro de 2021, estavam inscritas nos centros de emprego 345 884 pessoas desempregadas, o que corresponde a um decréscimo de 13,2% (menos 52 403 pessoas) face a novembro de 2020. Em termos mensais, a evolução é igualmente positiva, com menos 5 783 desempregados (-1,6 %).

Verificou-se também uma diminuição do desemprego em novembro, comparativamente com o período homólogo, em todos os setores, nomeadamente: no agrícola (-11,6%), na indústria (-17%) e nos serviços (-12,7%).

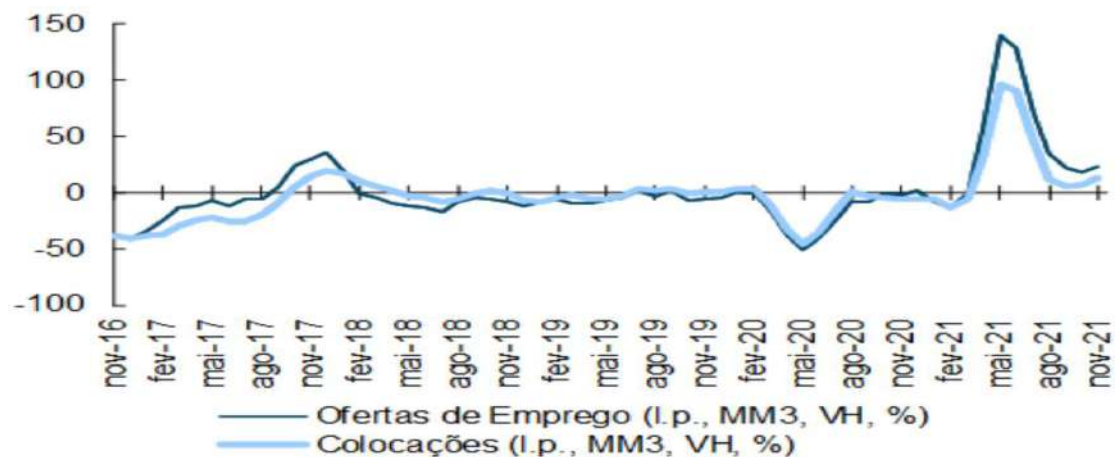


Ilustração 19 - Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)

Fonte: IEFP.

Através da Figura 13, percebemos que as ofertas de emprego por preencher, no final de novembro de 2021, foram 21 826, traduzindo-se numa variação homóloga de 57,4% e mensal de -7,5%. No último mês, em termos homólogos, o número de desempregados inscritos diminuiu 9,3% (-20,1% em outubro), sendo que a cobertura das colocações cresceu 3,7 p.p., relativamente ao mês anterior passando para 65,8% das ofertas de emprego.

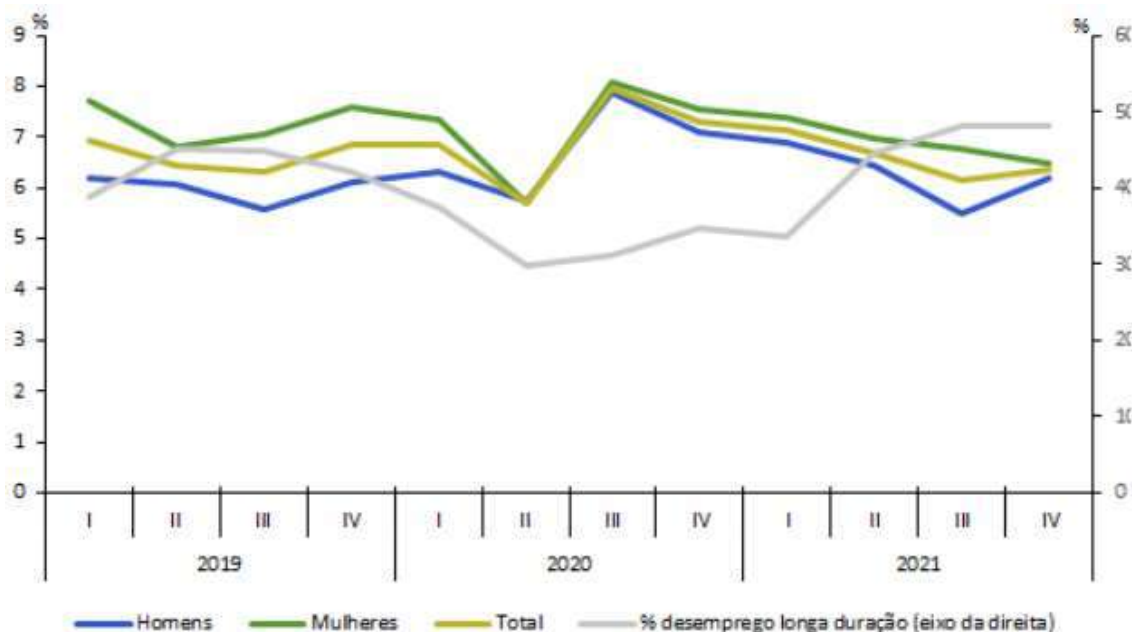


Ilustração 20 - Taxa de desemprego

Fonte: INE.



A taxa de desemprego situou-se em 6,3% no quarto trimestre de 2021, tendo recuado para 6,6% no conjunto do ano. No quarto trimestre, a taxa de desemprego aumentou 0,2 p.p. face ao trimestre anterior, tendo diminuído 1 p.p. face ao período homólogo. No último trimestre de 2021 e face ao trimestre anterior, a taxa de desemprego aumentou nos homens (0,6 p.p.), contrariando a variação do trimestre anterior, e continuou a diminuir nas mulheres (-0,3 p.p. no último trimestre face ao anterior). Em contrapartida, a percentagem de desempregados de longa duração aumentou 13,6 p.p. face ao trimestre anterior. Os dados mais recentes das estimativas mensais do INE, mostram que em fevereiro deste ano, a taxa de desemprego continua a diminuir em termos homólogos, situando-se nos 5,8%.

A taxa de subutilização do trabalho¹ diminuiu para 11,7% no quarto trimestre de 2021 e para 12,5% no conjunto do ano. No quarto trimestre de 2021, a subutilização do trabalho abrangeu 630,1 mil pessoas, correspondendo a uma variação homóloga negativa de 15,7% (menos 116,9 mil pessoas). De acordo com as estimativas mensais de emprego do INE, a diminuição da taxa de subutilização do trabalho manteve-se em fevereiro de 2022, situando-se nos 11%, menos 0,2 p.p. face a janeiro e menos 2,5 p.p. em relação ao período homólogo.

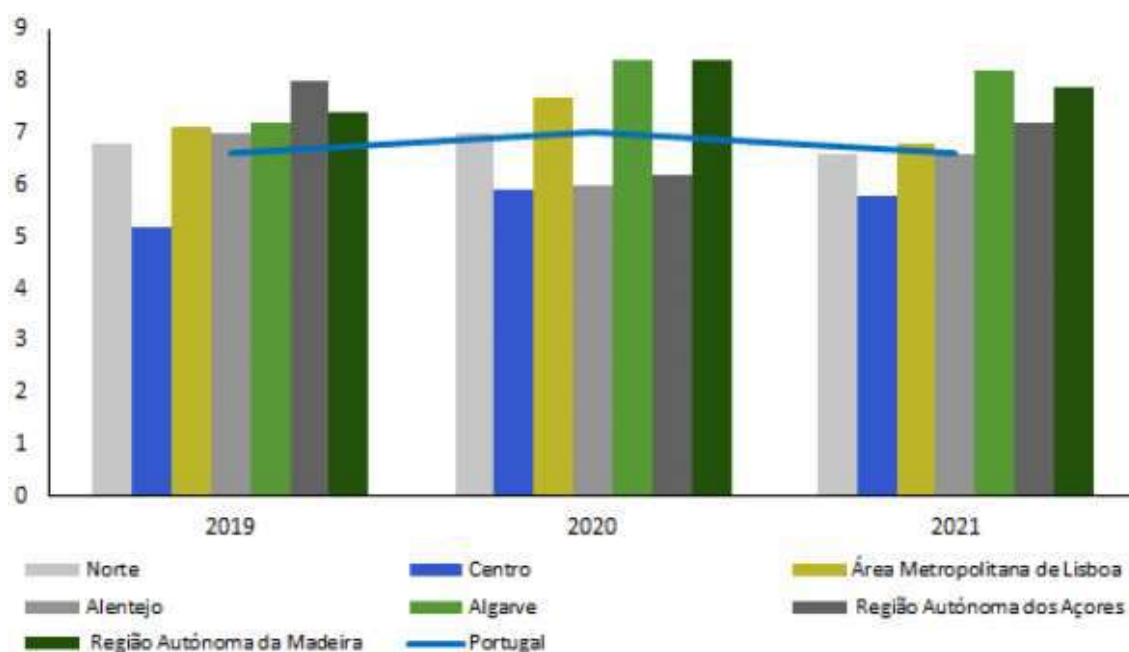


Ilustração 21 - Taxa de desemprego por regiões (%)

Fonte: INE.

O Algarve, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e a Área Metropolitana de Lisboa registaram taxas de desemprego superiores à média nacional (respetivamente 8,2%, 7,9% e 6,8%). Comparativamente com o ano anterior, observou-se uma diminuição do

desemprego em todas as regiões, com exceção da Região Autónoma dos Açores (mais 1 p.p.) e do Alentejo (mais 0,7 p.p.).

O índice do custo de trabalho (ICT) total aumentou 2,4% no quarto trimestre de 2021, em termos homólogos, e 2,5% no conjunto do ano. Na origem da variação trimestral encontra-se o aumento de 2% (3,7% ao ano) no custo médio por trabalhador e a variação positiva de 0,03% (1,5% ao ano) nas horas efetivamente trabalhadas (-0,6% no terceiro trimestre).

Preços

Indicador	Unidade	2021	2021									
			abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Índice de Preços no Consumidor	VC	1,3	0,4	0,2	0,2	-0,3	-0,2	0,9	0,5	0,4	0,0	
Índice de Preços no Consumidor	VH	1,3	0,6	1,2	0,5	1,5	1,5	1,5	1,8	2,6	2,8	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	1,3	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	1,3	
IPC - Bens	VH	:	1,4	2,2	1,6	2,1	2,1	1,8	2,1	2,7	:	
IPC - Serviços	"	:	-0,7	-0,2	-1,1	0,7	0,8	1,0	1,3	2,3	:	
IPC Subjacente*	"	1,8	0,1	0,6	-0,3	0,8	0,9	0,9	1,1	1,7	1,8	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	:	5,1	7,8	8,9	10,1	11,0	13,4	16,2	18,7	:	
IHPC	"	2,8	-0,1	0,5	-0,6	1,1	1,3	1,3	1,8	2,6	2,8	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	:	-1,7	-1,5	-2,5	-1,1	-1,7	-2,1	-2,3	-2,3	:	

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Ilustração 22 - Indicadores de Preços

Fonte: INE.

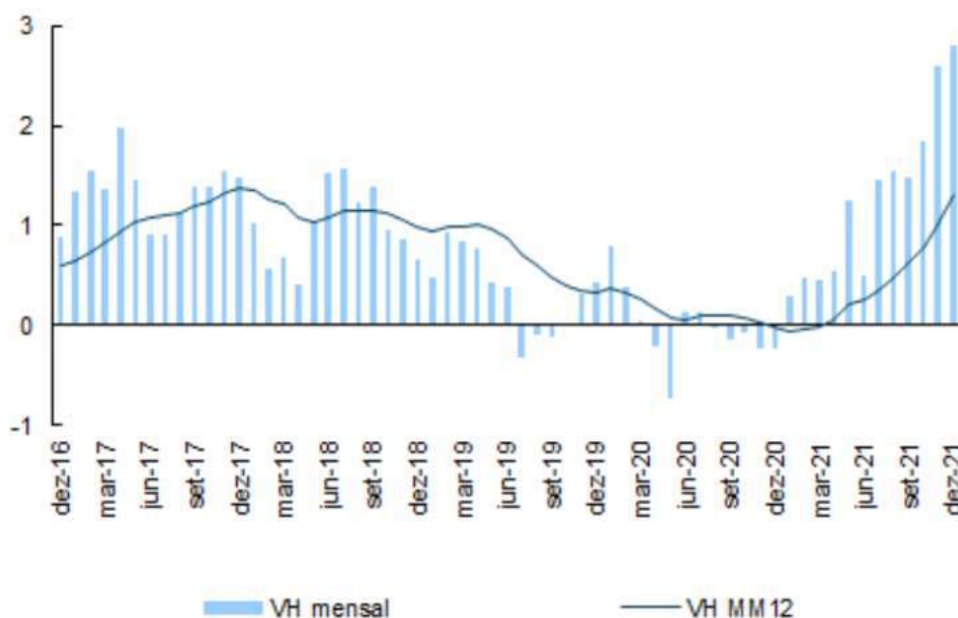


Ilustração 23 - Taxa de Variação do IPC (VH e VH MM12, %)

Fonte: INE.

Segundo as estimativas do INE, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em dezembro de 2021 foi de 2,8%, superior em 0,2 p.p. relativamente ao mês anterior. Em termos mensais, a variação do IPC foi nula (0,4% em novembro de 2021 e -

0,1% em dezembro de 2020). Por fim, estimou-se uma variação média do índice nos últimos doze meses de 1,3% (1% em novembro).

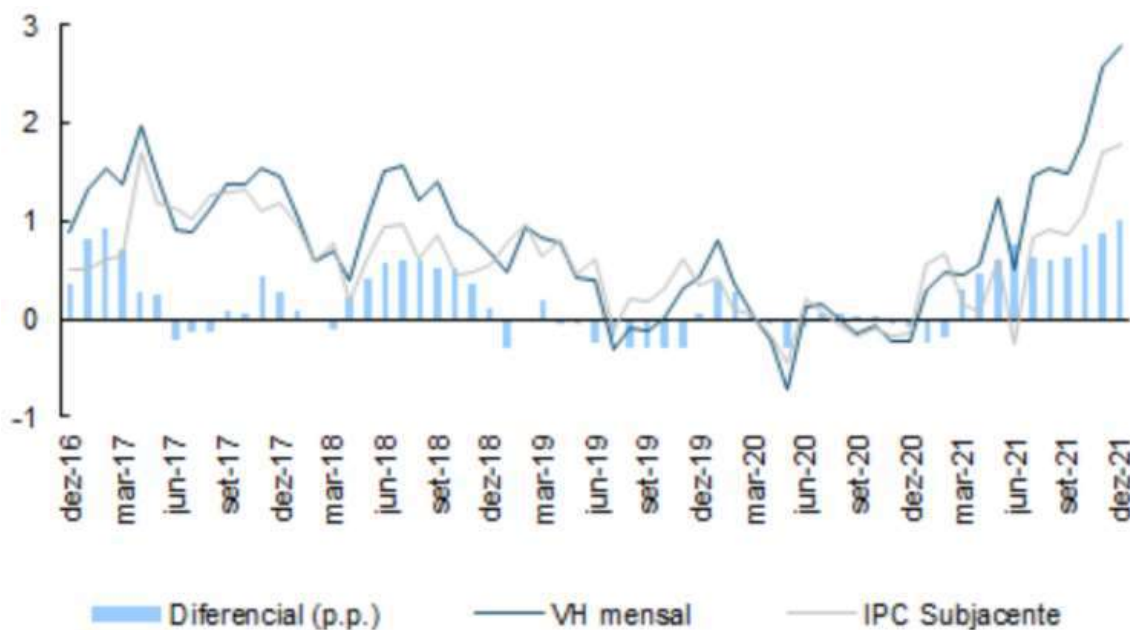


Ilustração 24 - Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)

Fonte: INE.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

	Unidade	2020	2021								
			mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
Yield OT 10 anos PT*	%	0,061	0,227	0,470	0,457	0,408	0,182	0,214	0,356	0,513	0,332
Yield OT 10 - Spread Portugal face a Alemanha	p.b.	64	52	68	64	61	64	59	56	62	68
PSI 20*	VC	-6,1	4,8	2,5	2,6	-2,8	-0,2	7,8	0,8	5,0	-5,2
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	2,3	2,9	3,2	3,4	3,6	3,9	4,0	4,3	4,4	4,4
- para consumo	va	0,5	-1,3	0,3	1,0	1,4	1,6	1,3	1,5	1,7	2,2
Empréstimos a empresas	va	9,7	10,0	10,0	7,4	6,3	5,9	5,3	5,1	4,9	4,7
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	1,00	0,95	0,93	0,92	0,90	0,89	0,88	0,87	0,87	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,08	2,04	2,03	2,02	2,01	2,00	1,99	1,97	1,99	:

Ilustração 25 - Indicadores Monetários e Financeiros

* Fim de período.

Fontes: IGCP; CM VM e BdP.



Ilustração 26 - Empréstimos bancários (taxa de variação anual, em %)

Fonte: Banco de Portugal.

Em Portugal, o ritmo de crescimento dos empréstimos às empresas não financeiras tornou a diminuir, para 4,7% em novembro de 2021 (4,9% em outubro) em resultado da desaceleração do crédito concedido às empresas de menor dimensão. Para os particulares, este manteve um crescimento de 3,8% influenciado pela estabilização do crédito à habitação (4,4%); já que a vertente do crédito ao consumo aumentou para 2,2%.

Enquadramento Internacional

	2016	2017	2018	2019	2020
Economia mundial	3,3	3,8	3,6	2,8	-3,3
Economias avançadas	1,8	2,5	2,3	1,6	-4,7
EUA	1,7	2,3	3,0	2,2	-3,5
Japão	0,7	1,7	0,6	0,3	-4,9
Área do euro	1,8	2,7	1,9	1,3	-6,7
Alemanha	2,1	2,9	1,3	0,6	-5,3
França	1,0	2,4	1,8	1,5	-8,2
Itália	1,4	1,7	0,8	0,3	-8,9
Espanha	3,0	3,0	2,4	2,0	-10,8
Reino Unido	1,7	1,7	1,3	1,4	-9,8
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,5	4,8	4,5	3,6	-2,2
Países europeus emergentes e em desenvolvimento	1,9	4,1	3,4	2,4	-2,0
Rússia	0,2	1,8	2,8	2,0	-3,1
Países asiáticos emergentes e em desenvolvimento	6,8	6,6	6,4	5,3	-1,0
China	6,9	6,9	6,7	5,8	2,3
Índia	8,3	6,8	6,5	4,0	-8,0
América Latina e Caraíbas	-0,6	1,3	1,2	0,2	-7,0
Brasil	-3,3	1,3	1,8	1,4	-4,1
Médio Oriente e Ásia Central	4,7	2,5	2,0	1,4	-2,9
África Subsariana	1,5	3,1	3,2	3,2	-1,9

Ilustração 27 - PIB mundial | Taxa de variação anual, em percentagem

Fontes: Eurostat, FMI e Refinitiv

A atividade económica global sofreu uma contração forte e sincronizada de 3,3% induzida pela pandemia COVID - 19, uma queda sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial.

Em resposta a esta recessão os governos mundiais formularam políticas económicas que na generalidade dos países mitigaram os efeitos do choque pandémico. Estas medidas das autoridades monetárias, de supervisão e orçamentais contiveram os efeitos económicos do choque, evitaram disrupções nos mercados financeiros e facilitaram a provisão de crédito à economia criando condições para uma recuperação da atividade.

As reduções de taxas de juro oficiais, as compras de ativos e as operações de provisão de liquidez foram, em alguns casos, coordenadas entre bancos centrais. Por exemplo, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa de política negativa, aumentou e flexibilizou as suas compras de ativos e forneceu ampla liquidez em condições muito atrativas ao sistema bancário (Figura 2).

Um facto importante de salientar em relação aos dados apresentados é que a única economia mundial em que o PIB manteve-se em crescimento é a da China, apresentando uma taxa de variação anual de 2,3%, justo o país de origem de pandemia da COVID - 19.



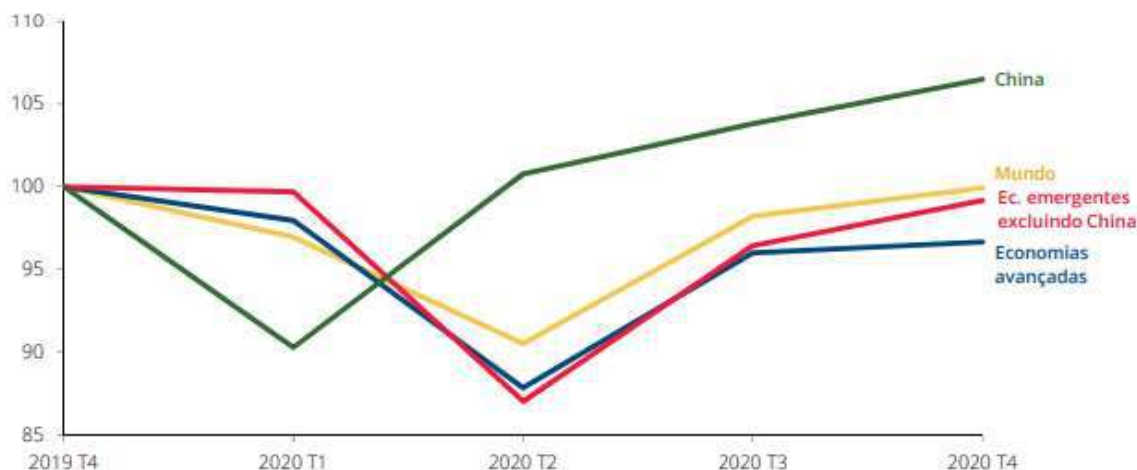


Ilustração 28 - PIB nas principais economias | Índice, 2019 T4 = 100

Fonte: Refinitiv (cálculos do Banco de Portugal).

Devido à situação pandémica, às fortes restrições e ao encerramento parcial ou total de diversas atividades a zona euro reduziu em 6,8% o PIB em 2020. Após o tombo sucessivo do PIB nos dois primeiros trimestres (3,8% e 11,6%, respetivamente), a economia recuperou no terceiro trimestre (12,5%) e registou uma nova queda no quarto (0,7%). No final de 2020, o PIB situava-se cerca de 5% abaixo do nível pré-pandemia.

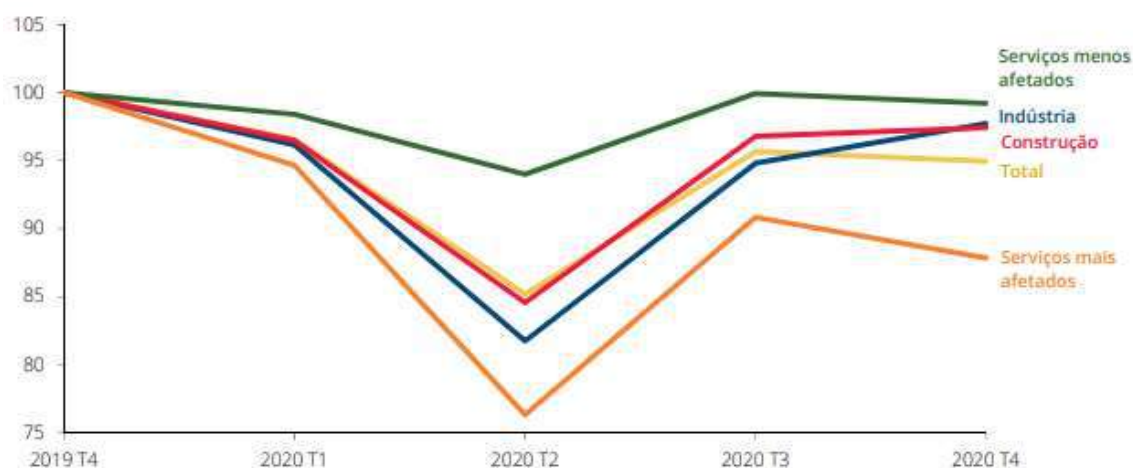


Figura 1 - VAB por setor na área do euro | Índice 2019 T4 = 100

Fonte: Eurostat (cálculos do Banco de Portugal). | Nota: Serviços mais afetados pela pandemia incluem artes, entretenimento e cultura, comércio, alojamento e restauração, transportes e armazenagem e serviços prestados às empresas.

A contração da atividade foi transversal a todos os setores, mas mais carregada nos serviços mais dependentes do contacto pessoal (Figura 4). O consumo privado registou uma redução inédita e superior à do PIB (8%). O impacto económico da pandemia foi diferenciado entre países da zona euro, refletindo disparidades na exposição aos setores mais afetados pelo

distanciamento social, na intensidade da crise pandémica e nas medidas de apoio adotadas. Alguns exemplos desta retração da atividade são Espanha, Itália e França onde esta quebra foi mais acentuada do que na Alemanha (variação média anual de, respetivamente, -10,8%, -8,9%, -8,2% e -5,3%).

A crise pandémica influenciou bastante de forma negativa os mercados de trabalho nas principais economias avançadas, obrigando os governos mundiais a adotar medidas de apoio, de forma a assegurar milhões de postos de trabalho e a conter as consequências desastrosas para as empresas. Nos EUA as medidas de apoio foram dirigidas ao reforço da proteção social no desemprego, garantindo a flexibilidade do emprego, enquanto na zona euro foram adotadas principalmente medidas de apoio à manutenção dos postos de trabalho.

O desfecho destas medidas, resultou numa menor queda do emprego e uma maior queda do número de horas por trabalhador na zona euro em relação aos EUA. As horas trabalhadas diminuíram 8% e o emprego contraiu 1,6% na área do euro, sendo os valores para os EUA 5,4% e 6,2%, respetivamente.

	Pesos ^(c)	2016	2017	2018	2019	2020
Procura externa de bens e serviços (BCE) ^(a)	100	2,9	4,8	4,0	1,6	-12,3
Procura externa intra-área do euro	57,7	3,4	5,8	3,7	2,3	-12,2
Importações:						
Espanha	19,7	2,6	6,8	4,2	0,7	-15,8
França	12,7	3,0	4,7	3,1	2,6	-11,5
Alemanha	10,9	4,4	5,8	3,8	2,6	-9,0
Itália	3,3	4,1	6,6	2,8	-0,5	-13,1
Procura externa extra-área do euro	42,3	2,4	3,4	4,4	0,8	-12,4
Importações:						
Reino Unido	9,4	3,9	2,6	2,7	2,7	-17,8
Estados Unidos	6,0	1,7	4,7	4,1	1,1	-9,3
China	2,6	-10,4	7,2	7,0	1,1	-13,8
Brasil	1,8	4,0	6,7	6,1	-1,6	-1,8
Procura externa de bens (CPB) ^{(a) (b)}		2,5	3,4	1,6	0,1	-9,2
Comércio mundial de bens e serviços (FMI)		2,3	5,6	3,9	0,9	-8,5
Importações mundiais de bens (CPB)		1,6	5,2	3,9	-0,3	-5,5

Ilustração 29 - Procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa | Taxa de variação anual, em percentagem

Fontes: BCE, CPB Netherlands Bureau for Economic Analysis, FMI e Refinitiv (cálculos do Banco de Portugal). | Notas: (a) A procura externa dirigida aos exportadores portugueses é calculada como uma média ponderada do crescimento em volume das importações dos principais parceiros comerciais de Portugal (de bens e serviços no caso do BCE e de bens no caso do CPB). Cada país/região é ponderado de acordo com o seu peso nas exportações de Portugal. (b) Consideraram-se os países disponíveis na base de dados do CPB, que representavam cerca de 90% das exportações portuguesas em 2020. (c) Pesos médios referentes ao período 2016-18.

Em 2020 o comércio mundial registou um tombo de 8,5%, mantendo-se ainda assim abaixo da presenciada na crise financeira global (10,4%). No primeiro semestre, o comércio foi

abalado pela diminuição da procura mundial e por irregularidades nas cadeias de produção e de distribuição entre países. A recuperação no segundo semestre refletiu a composição da retoma da atividade, mais rápida na indústria.

No final do ano, o comércio mundial de bens encontrava-se já acima dos níveis do final de 2019. O comércio de serviços foi particularmente perturbado, em especial devido ao colapso do setor do turismo. A procura externa de bens e serviços apontada à economia portuguesa reduziu 12,3% em 2020. As importações de Espanha e do Reino Unido (parceiros comerciais com pesos de 19,7% e 9,4% nas exportações portuguesas) reduziram 15,8% e 17,8%, respetivamente. No final de 2020, o Reino Unido e a UE finalizaram o Acordo de Comércio e Cooperação, o qual minimiza o impacto do Brexit nas relações comerciais entre o Reino Unido e Portugal.

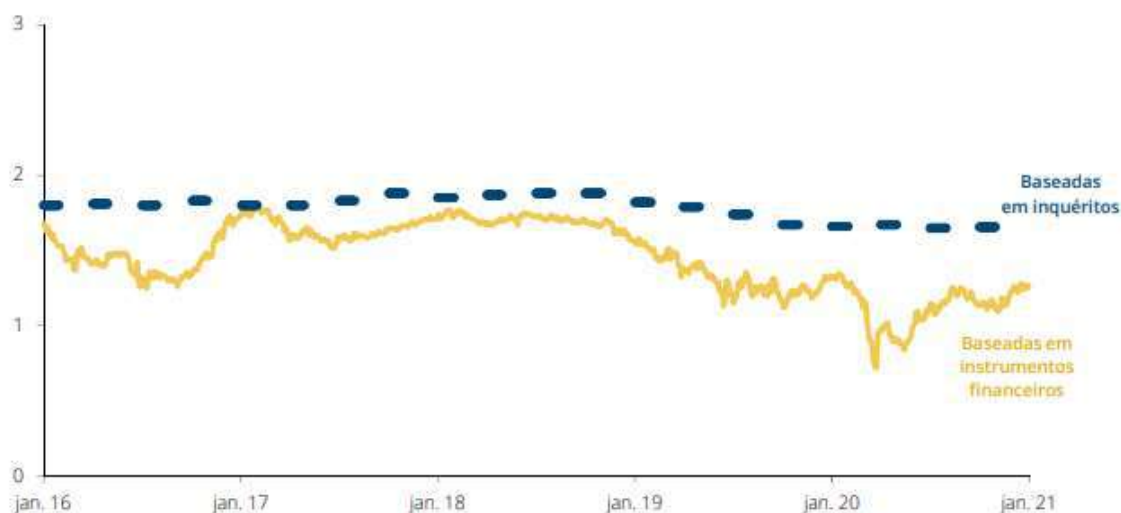


Ilustração 30 - Expectativas de inflação a longo prazo na área do euro | Em percentagem

Fontes: BCE e Refinitiv (cálculos do Banco de Portugal). | Nota: Expectativas para taxas de inflação médias implícitas em swaps de inflação (durante 5 anos, daqui a 5 anos) e expectativas de analistas privados do ECB Survey of Professional Forecasters (no horizonte 4/5 anos).

Embora a crise pandémica tenha causado choques negativos sobre a oferta e a procura, a inflação reduziu nas principais economias avançadas de acordo com os valores registados à data de janeiro de 2021. Na zona euro, os efeitos da queda da procura imperaram e a inflação diminuiu 0,9 pp em 2020, para 0,3%. A inflação dos serviços caiu 0,5 pp para 1% e a dos energéticos 8 pp para -6,8%. As expectativas de inflação a prazos mais longos permaneceram em valores baixos em 2020, embora as expectativas implícitas em instrumentos financeiros tenham apresentado uma recuperação ao longo do ano face aos valores mínimos atingidos em março, porém 2022 veio alterar todas as projeções de

recuperação económica realizadas, após uma quebra acentuada da economia a par do início da Invasão Militar da Ucrânia.

No trimestre final de 2021, as pressões inflacionistas intensificaram-se sobretudo devido à evolução dos preços dos bens, que aumentaram 2,7% (mais 0,8 p.p. que o aumento dos serviços). No início de 2022, a inflação manteve um rumo crescente, atingindo, no mês de março, o valor de 5,3% (estimativa rápida), o mais elevado desde junho de 1994. A partir de dezembro de 2021, todas as classes do IPC contribuíram positivamente para a evolução da taxa de inflação, sendo os maiores contributos provenientes das classes de “produtos alimentares e bebidas alcoólicas” e “transportes”, classes que, no conjunto, representam mais de metade do aumento da inflação nos últimos cinco meses.

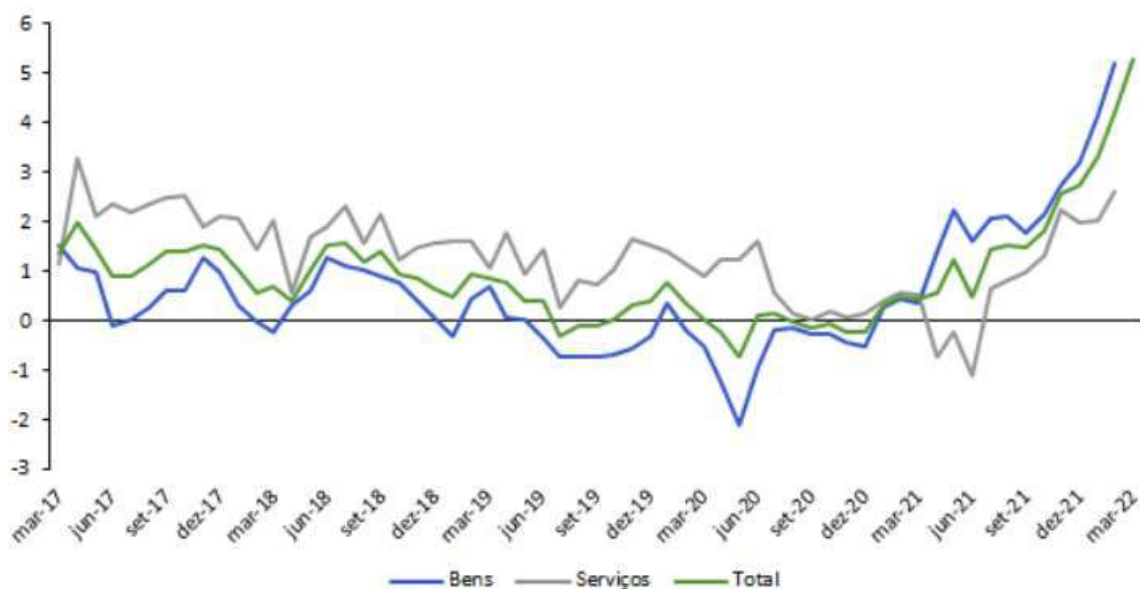


Ilustração 31 - Taxa de inflação (IPC) (%)

Fonte: INE.

A forte pressão da taxa de inflação tem na sua origem a escalada dos preços dos produtos energéticos, cujos preços têm vindo a aumentar ao longo de 2021 atingindo, no quarto trimestre, um aumento homólogo de 12,9%. Em março de 2022, a inflação dos produtos energéticos atingiu o valor recorde de 19,8% (mais 4,8 p.p. face ao mês anterior). A inflação subjacente registou um aumento homólogo pronunciado de 3,8% (mais 0,6 p.p. face ao mês anterior).

Segundo dados da DGEG, os preços dos combustíveis, quando medidos pelo preço de venda ao público (PVP), em termos de médias semanais, exibiram uma tendência de crescimento ao longo de 2021. Em 2022, no mês de fevereiro, a variação homóloga do preço

do gasóleo foi de 25,8%, sendo o diferencial do PVP face à área do euro positivo em 0,4 p.p. Relativamente à gasolina 95, registou-se igualmente uma subida continuada dos preços ao longo de 2021, embora menos acentuada quando comparada com a do gasóleo rodoviário (21,7% em termos homólogos em fevereiro de 2022, superior em 5 p.p. face ao mês anterior e em 0,9 p.p. face à área do euro).

Tudo isto tem como resultado o aumento generalizado dos preços dos produtos para o consumidor, pois o transporte das mercadorias fica mais caro levando as Empresas a aumentarem os preços dos produtos para fazerem face a estes custos elevados.

Em 2021, a economia mundial apresentou sinais de recuperação face ao ano anterior, fortemente afetado pela pandemia de COVID-19 e pelos constrangimentos à normal atividade económica. O PIB dos países da OCDE cresceu 5,5% no conjunto do ano, tendo o crescimento sido de 5,7% nos EUA, de 8,1% na China (cuja recuperação teve início mais cedo), de 7,5% no Reino Unido e de 5,3% na área do euro. O quarto trimestre do ano, tendo sido de aceleração na maioria das economias, foi de algum abrandamento na China, refletindo o impacto das medidas restritivas adotadas em várias cidades do país, em consequência dos novos surtos de COVID-19, juntamente com a forte desaceleração do setor imobiliário, nomeadamente com o incumprimento da empresa Evergrande. Nos EUA, a melhoria no quarto trimestre deveu-se sobretudo à aceleração da variação de existências, exportações, investimento residencial e consumo privado, com os restantes indicadores a mostrar um menor, devido ao agravamento da pandemia, à persistência de pressões inflacionistas e à escassez de mão-de-obra.

A área do euro apresentou sinais de abrandamento e comportamento desigual entre países. Não obstante um crescimento homólogo mais elevado no quarto trimestre, registaram-se sinais de alguma desaceleração da economia da área do euro na parte final de 2021 (0,3% de variação em cadeia), em resultado do surgimento de uma nova variante de COVID-19, da persistência de pressões inflacionistas e das disrupções nas cadeias de fornecimento de bens intermédios. Entre as principais economias europeias, é de salientar uma recuperação desigual, com destaque para um crescimento mais robusto de França e uma desaceleração da Alemanha, que em virtude de a indústria deste país estar mais exposta à escassez mundial de oferta de determinados bens intermédios, ainda não superou o nível do PIB pré-pandemia. As expectativas empresariais, que haviam melhorado em fevereiro de 2022, especialmente no setor dos serviços, em conjugação com a redução de medidas que limitam a atividade económica, vieram a deteriorar-se significativamente, no contexto dos últimos desenvolvimentos do conflito russo-ucraniano. A grande dependência a UE de energia e bens

agroalimentares provenientes da Rússia e da Ucrânia torna-a particularmente vulnerável às implicações económicas deste conflito. A dependência energética é particularmente significativa para a Alemanha e para a Itália.

Em 2021, a taxa de inflação aumentou progressiva e significativamente tanto nas economias avançadas, como nos países emergentes (com exceção da China e Índia). Nos EUA, a taxa de inflação atingiu 4,7% em média anual (que compara com 1,2% em 2020) e na área do euro 2,6% (que compara com 0,3% em 2020). Na origem desta pressão inflacionista esteve a subida dos preços de energia, designadamente dos preços do petróleo e do gás natural, bem como a tensão entre uma procura forte, pós-confinamentos e em virtude da retoma da económica, e a escassez da oferta, resultante de fenómenos de disrupção das cadeias de fornecimento de produtos intermédios. No início de 2022, a variação dos preços atingiu 7,5% nos EUA (janeiro) e 5,8% na área do euro (fevereiro).

Pressões inflacionistas generalizadas intensificaram-se com invasão da Ucrânia, a imposição de sanções económicas e a disrupção intrínseca da atividade económica. Este conflito, bem como a decisão da OPEP em manter a sua meta de produção inalterada, tem provocado uma subida exponencial do preço do petróleo, chegando a atingir quase 140 USD/bbl no início de março de 2022, e do preço do gás natural europeu (335 euros/MWh). Verificaram-se igualmente fortes aumentos de preços nos metais básicos (alumínio, níquel e paládio) dos quais a Rússia é um produtor de referência mundial, bem como nos cereais e fertilizantes. O preço dos contentores, que disparou com a pandemia de COVID-19, continua em máximos históricos alimentando a pressão inflacionista e contribuindo negativamente para a recuperação do comércio internacional.

	2022 *						
	MF	BdP	CFP	BCE	CE	FMI	OCDE
					Winter		
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)							
PIB	5,0	4,9	4,8	5,8	5,5	5,1	5,8
Consumo privado	4,3	3,6	3,6	-	-	-	4,6
Consumo público	1,4	1,5	2,5	-	-	-	2,9
Investimento (FBCF)	7,9	9,2	6,9	-	-	-	8,1
Exportações de bens e serviços	13,1	14,2	10,4	-	-	14,2	10,5
Importações de bens e serviços	11,5	12,3	8,6	-	-	12,0	8,0
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)							
Procura interna	4,6	1,6	4,3	-	-	-	5,1
Procura externa líquida	0,4	3,2	0,5	-	-	-	0,8
Evolução dos preços (taxa de variação, %)							
Deflador do PIB	2,3	-	2,5	-	-	-	1,4
IHPC	3,3	4,0	3,9	1,8	2,3	1,3	1,7
Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)							
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	1,3	1,4	1,1	-	-	1,5	1,3
Taxa de desemprego (% da população ativa)	6,0	5,9	6,4	6,0	-	6,7	6,7
Produtividade aparente do trabalho	3,7	-	3,6	-	-	-	4,4
Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)							
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	1,6	-0,4	-0,6	-	-	-	-
Saldo da balança corrente	-1,7	-	-2,3	-	-	-2,1	-0,6
da qual: saldo da balança de bens e serviços	-3,4	-4,1	-3,6	-	-	-	-
Saldo da balança de capital	3,3	-	1,7	-	-	-	-

Ilustração 32 - Previsões Económicas para 2022 (à data de 25.03.2022)

* estimativa.

Fontes: Ministério das Finanças [MF] - Programa de Estabilidade 2022-2026; Banco de Portugal [BdP] - Boletim Económico, 24 de mar. 2022; Conselho de Finanças Públicas [CFP] - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2022-2026, março 2022; Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections, 3 de janeiro 2022; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: Winter 2022, 10 de fevereiro 2022; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook, 12 de outubro 2021; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, 1 de dezembro 2021 (Versão Preliminar).

Nota: relativamente ao quadro acima, é de referir que, para além do Ministério das Finanças, apenas o Banco de Portugal e o Conselho de Finanças Públicas apresentam previsões posteriores a 24 de fevereiro, data da invasão militar da Ucrânia pela Federação Russa.

De acordo com os dados referidos acima, verificam-se previsões de crescimento do PIB para 2022 na ordem dos 5,0%. O BCE e a OCDE preveem um crescimento de 5,8% e o FMI de 5,1%, porém estas últimas três apresentam valores desatualizados, pois não refletem o impacto da invasão militar da Ucrânia pela Federação Russa. Para além disso, prevê-se um crescimento do número de pessoas empregadas entre 1,0% e os 1,5% contribuindo para a variação da produtividade aparente do trabalho.

O indicador que tem mais relevância falar neste momento é o IHPC que apresenta uma trajetória de subida sem fim aparente, o que se reflete num perca de poder de compra por parte dos consumidores. Por fim, é de salientar as previsões de crescimento das exportações em relação às importações, favorecendo assim também o crescimento económico.

Caracterização do Setor Terciário

A economia portuguesa atravessou variadas e profundas mudanças ao longo das últimas décadas, inovou de uma economia protecionista assente na agricultura e na indústria num paradigma do Estado Novo para uma economia terceirizada e em contínua modernização do modelo económico.

Durante a década de 1990 Portugal seguiu com êxito uma política económica com o objetivo de cumprir os critérios de convergência da União Económica e Monetária (UEM), tal implicou o cumprimento de um conjunto de critérios quantitativos associados à prossecução de uma política macroeconómica rigorosa e credível.

Desde então que se vem verificando, em termos da estrutura da economia, o crescente domínio do setor dos serviços, à semelhança, aliás, dos restantes parceiros europeus.

2019			
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
VAB	2,7%	21,5%	76,0%
População Empregada	3,1%	25,1%	71,8%

Ilustração 33 - VAB e População Empregada por Setor

Fontes de Dados: INE
Fonte: PORDATA
Última atualização: 2021-10-28

Em 2019, o setor primário representava apenas 2,7% do VAB (contra 24% em 1960) e 3,1% da população empregada, enquanto o secundário correspondia a 21,5% do VAB e 25,1% do emprego. Nesse ano os serviços contribuíram com 76% para o VAB e representaram 71,8% do emprego.

Além do aumento da participação do setor dos serviços na atividade económica nas últimas décadas, o padrão de especialização da indústria transformadora portuguesa também sofreu grandes alterações: modernizou-se, passando da dependência das atividades industriais tradicionais para uma nova integração tecnológica. Salientam-se indústrias como a automóvel e de componentes, a eletrónica, energética, farmacêutica e novas tecnologias de informação e comunicação.



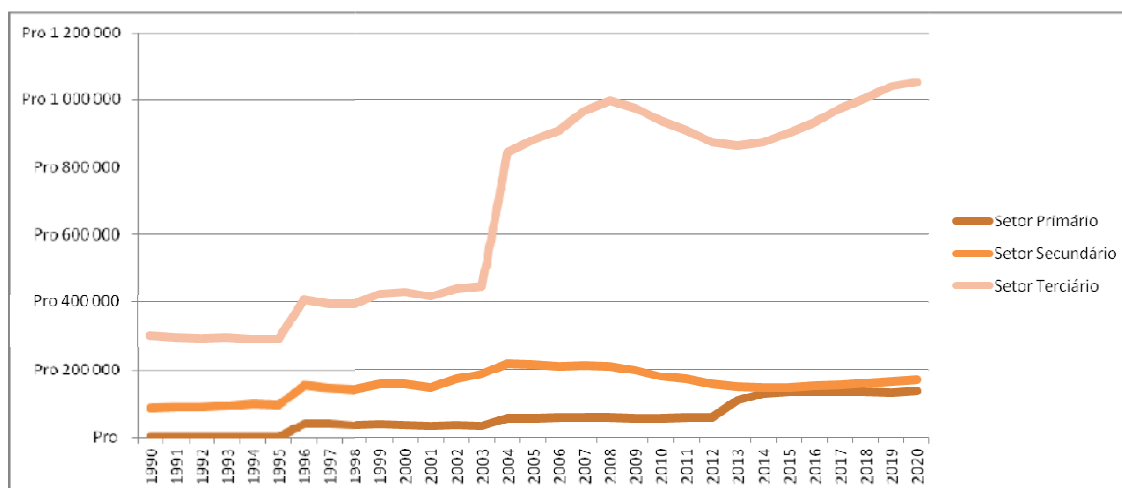


Ilustração 34 - Empresas: total e por setor de atividade económica

Fontes de Dados: INE - Inquérito Anual às Empresas (até 2003) | Sistema de Contas Integradas das Empresas (a partir de 2004)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2021-10-28

O Setor Terciário é a área de atividade que mais se desenvolveu nas últimas décadas, apresentando um constante crescimento do número de empresas de prestação de serviços, contribuindo em grande parte para o valor do PIB português.

Estimou-se que em Portugal o setor terciário no ano de 2020 englobava 1 050 716 empresas, num total de 1 354 720 empresas, o que comprova a grande presença deste setor na economia portuguesa, e que por sua vez, evidencia ser uma economia terceirizada. Em Portugal, o setor terciário foi o setor que mais se desenvolveu nas últimas décadas, contribuindo para o crescimento económico e a criação de emprego.

Este crescimento deveu-se a vários fatores, tais como a melhoria do nível de vida, aumento do número de mulheres nos serviços, o que levou a um aumento da procura por escolas e creches. O surgimento de novas atividades, o desenvolvimento de serviços sociais e administração pública, o desenvolvimento da educação e da saúde, a expansão do comércio, o desenvolvimento técnico e tecnológico do Setor Primário e Secundário e o aumento da diversificação do turismo, lazer e cultura têm contribuído em grande parte também para o processo de terciarização e atualmente está a avançar um processo de “quaternização”, alinhado com o processo da digitalização das economias mundiais.

Ainda assim, desde 1990 verificam-se alguns períodos de crescimento e estagnação no número de empresas ligadas ao setor primário, muito potenciadas pela inovação tecnológica nesta área de atividade. Contrariamente, o setor secundário verificou períodos de crescimento

e ciclos de estagnação do número de empresas até ao ano de 2004, a partir de então sofreu um decréscimo neste número, mas voltou a crescer a partir de 2014.

Pode-se associar a quebra no crescimento do número de empresas no setor primário e também a diminuição deste valor no setor secundário e terciário, entre os anos de 2008 e 2013, ao período de Crise Financeira em Portugal entre 2010 e 2014, que se iniciou a par dos efeitos da Crise Financeira Global de 2007 e 2008.

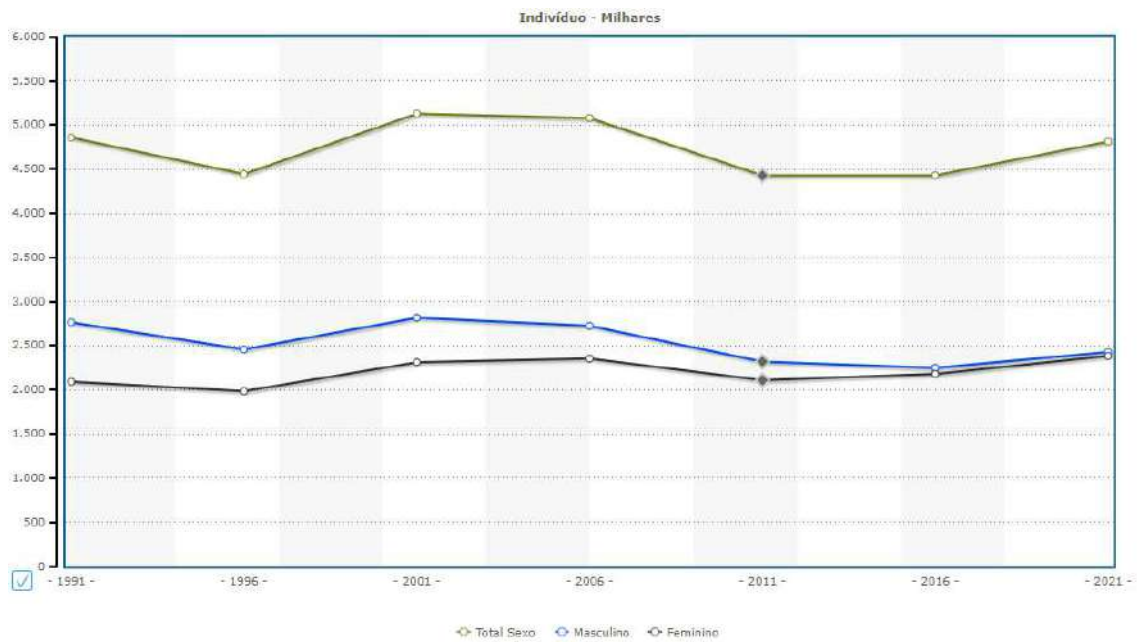


Ilustração 35 - População empregada: total e por sexo

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego
 Fonte: PORDATA
 Última atualização: 2022-02-10

Analisando o gráfico, podemos verificar que a participação do sexo feminino no mercado de trabalho e na economia tem vindo a aumentar comparativamente à masculina desde 1991 com algumas oscilações entre 1991 e 2001, atingindo o valor mínimo apresentado no gráfico de cerca 1 986 000 mulheres empregadas, e entre 2006 e 2021, com um decréscimo da população feminina empregada atingindo em 2011 cerca de 2 110 600 mulheres. Um facto importante de salientar é que 2021 foi o ano em que mais mulheres estão empregadas, totalizando um valor de cerca 2 383 700 mulheres.

Pelo contrário, a participação do sexo masculino no mercado de trabalho tem verificado uma tendência de descida, variando entre os 2 816 100 em 2006 e atingindo o seu valor mínimo de 2 249 300 em 2016.

Analisando a par com a situação macroeconómica de crise económica vivida em Portugal entre os anos de 2010 e 2013, fica clara a razão da diminuição da população total e por sexo emprega no ano de 2011.



Caracterização do Setor do IT em Portugal

A tecnologia e a humanidade caminham lado-a-lado. Hoje em dia, a tecnologia é capaz de transformar indústrias e de agitar economias, e assume um papel fundamental tanto para as empresas como para os próprios países.

Assistimos a uma transformação tecnológica em todo o mundo, à medida que as empresas digitalizam as suas operações e processos. A maioria dos analistas, concorda que isso aumentará a visão dos líderes sobre o negócio e a sua eficiência a um nível nunca antes considerado possível.

A trajetória da transformação digital portuguesa mostra que os países podem dar um salto em frente com a estratégia e visão política certas, sustentadas ao longo do tempo. Mostra também que tais estratégias podem gerar resultados. A visão do Portugal Digital, como impulsionador de transformação do país, é acelerar Portugal, “sem deixar ninguém para trás, e projetar o país no mundo”. A sustentabilidade de um cenário tecnológico é uma prioridade para Portugal. O governo está a considerar ferramentas económicas capazes de atrair start-ups britânicas, americanas, neerlandesas e até alemães. Nesta estratégia, Lisboa pretende desempenhar um papel de liderança.

Portugal é um país em grande crescimento tecnológico e isso fica demonstrado por ser considerado um dos principais HUBs tecnológicos a nível europeu, o que tem permitido atrair ofertas e serviços de grandes multinacionais e que servirá para conduzir o processo de transformação digital em direção à nuvem.

Desde 2014, as startups sediadas em Lisboa, que podem incluir desde uma agência de SEO até fintechs e outros negócios digitais, arrecadaram mais de 200 milhões de euros. Desde 2018, foram criadas em Lisboa 7.264 empresas, 743 delas do setor de alta tecnologia, um dos mais populares da capital. Mas a verdadeira questão que se coloca é, “Como irá o setor tecnológico europeu desenvolver-se até 2030?”.

Na próxima década, as empresas tecnológicas vão ser confrontadas com novas barreiras económicas, tecnológicas, sociais e políticas, que podem proporcionar oportunidades significativas ou obstáculos exigentes.

A UE está a ficar para trás na corrida global à tecnologia e, se quiser continuar a ser uma potência económica e global, de acordo com o relatório da Comissão Especial sobre



Inteligência artificial, deverá igualmente tornar-se uma potência global no campo da inteligência artificial. Se a UE não agir rápida e corajosamente, acabará por se tornar numa "colónia digital" da China, dos EUA e de outros Estados e correrá o risco de perder a sua estabilidade política, a sua segurança social e as suas liberdades individuais, como frisado no relatório. Além disso, as tecnologias emergentes podem levar a uma deslocação do poder global para fora do mundo ocidental.

Segundo Axel Voss, o fracasso da UE em comercializar inovações tecnológicas significa que "as nossas melhores ideias, os talentos e as empresas" estão a deslocar-se para outro lugar. Voss alertou para o facto de que a janela de oportunidades se está a fechar e afirmou que a União Europeia precisa de "se concentrar, priorizar, investir".

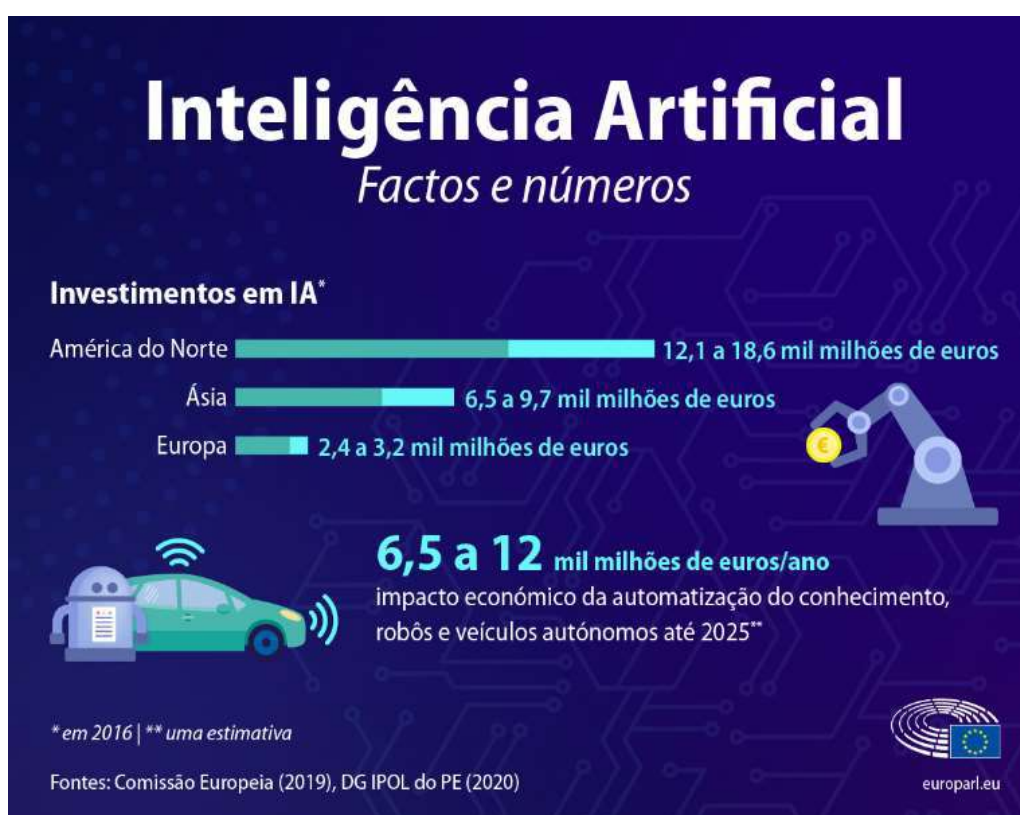


Ilustração 36 - Infografia com factos e números sobre a Inteligência Artificial tais como o nível de investimentos e a importância económica deste setor

Deve a Europa dar prioridade ao desenvolvimento de certas tecnologias? Será o investimento financeiro a resposta para alcançar a grande escala? E como será o futuro do setor tecnológico europeu na próxima década? São estas as dúvidas que pairam, porém sem dúvida que a inteligência artificial (IA) constitui uma parte importante da transformação digital da nossa sociedade. É difícil imaginar a vida sem o uso da IA em bens e serviços, sendo que estão previstas outras mudanças nas áreas de emprego, negócios, finanças, saúde, segurança,

agricultura, e não só. A IA também é crucial para o Pacto Ecológico Europeu e a recuperação face à COVID-19.

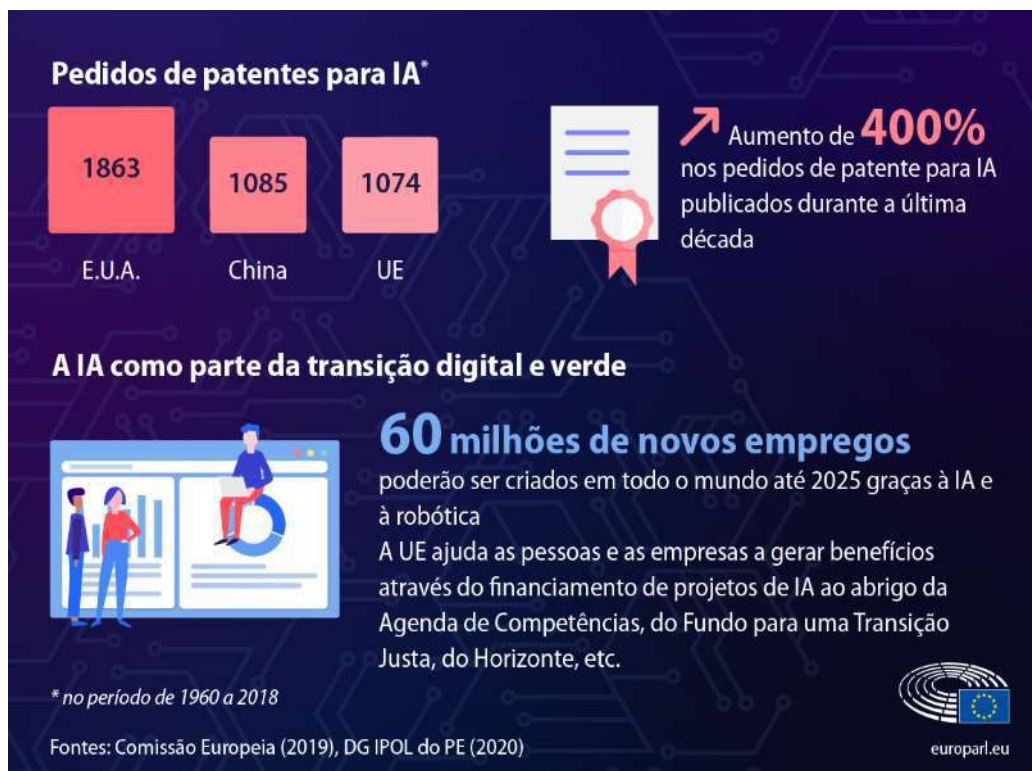


Ilustração 37 - Infografia com dados sobre o número de pedidos de patentes de IA e o número de postos de trabalho que a IA pode ajudar a criar até 2025

A transformação digital é a integração das tecnologias digitais pelas empresas e o impacto das tecnologias na sociedade. As plataformas digitais, a Internet das Coisas, a computação em nuvem e a inteligência artificial estão entre as tecnologias mais presentes.

Afeta vários setores como os transportes, a energia, as telecomunicações, os serviços financeiros, a produção industrial, os cuidados de saúde, o setor agroalimentar, e transformam a vida das pessoas. As tecnologias podem ajudar a otimizar a produção, reduzir as emissões e o desperdício, aumentar as vantagens competitivas das empresas e trazer novos serviços e produtos aos consumidores.

A área digital desempenha um papel essencial em todas as políticas da UE. A crise da COVID-19 acentuou a necessidade de uma resposta centrada no futuro que beneficiará a sociedade e a competitividade a longo prazo. As soluções digitais representam oportunidades importantes e são essenciais para assegurar a recuperação da Europa e a sua posição competitiva na economia global.

O plano de recuperação económica da UE exige que os Estados-Membros atribuam pelo menos 20% dos 672,5 mil milhões de euros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência à transição digital. Os programas de investimento, como o Horizonte Europa - centrado na investigação e na inovação e o Mecanismo Interligar a Europa (ou Connecting Europe Facility em inglês) -centrado nas infraestruturas, também mobilizam montantes substanciais para os progressos digitais.

Em abril de 2021, o Parlamento Europeu aprovou o Programa Europa Digital - o primeiro instrumento financeiro da UE criado especialmente para capacitar as empresas e os cidadãos em termos de tecnologias.

O objetivo do programa consiste no investimento em infraestruturas digitais para que as tecnologias estratégicas possam ajudar a impulsionar a competitividade da Europa e a transição verde, bem como a garantir a sua soberania tecnológica.

Ao abrigo do Europa Digital serão investidos 7 588 milhões de euros em projetos em 5 áreas: computação de alto desempenho (2 227 milhões de euros), inteligência artificial (2 062 milhões de euros), cibersegurança (1 650 milhões de euros), capacidades digitais e interoperabilidade (1 072 milhões de euros) e competências digitais avançadas (577 milhões de euros).

Economia das plataformas

As plataformas em linha (ou online) são uma parte importante da economia e da vida das pessoas. Elas oferecem grandes oportunidades enquanto mercados e são canais de comunicação importantes. No entanto, também há desafios significativos. A UE está a trabalhar na nova legislação relativa aos serviços digitais, com o objetivo de promover a competitividade, a inovação e o crescimento e de, ao mesmo tempo, reforçar a segurança em linha, combater os conteúdos ilegais e garantir a proteção da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e da democracia.

Cibersegurança

Como os mundos digital e físico estão cada vez mais interligados, surgem novos perigos, o que torna a cibersegurança importante para áreas que vão desde a segurança do consumidor online até o funcionamento normal dos hospitais, bem como o abastecimento de água e de energia.



O Parlamento também aprovou recentemente regras sobre um novo centro europeu de cibersegurança e para impedir a disseminação de conteúdos terroristas online.

O êxito do desenvolvimento da IA na Europa depende em grande medida do êxito de uma Estratégia europeia para os dados. O Parlamento salientou o potencial que os dados industriais e públicos representam para as empresas e os investigadores da UE e apelou à criação de espaços de dados europeus, de infraestruturas de megadados e de uma legislação que permita maior fiabilidade.

Inteligência Artificial e Estratégia para os Dados

A IA poderia beneficiar as pessoas com o acesso a melhores cuidados de saúde, carros mais seguros e serviços personalizados. Ela pode melhorar os processos de produção e conferir uma vantagem competitiva às empresas europeias, incluindo naqueles setores onde as empresas da UE já detêm posições fortes: economia verde e circular, maquinaria, agricultura, turismo, entre outros.

Para garantir que a Europa aproveite ao máximo as possibilidades da IA, os eurodeputados acentuaram a necessidade de uma legislação centrada no ser humano que vise estabelecer um quadro de IA que seja fiável, implementar normas éticas, apoiar empregos, ajudar a construir uma "IA fabricada na Europa" que seja competitiva e influenciar os padrões globais. A Comissão Europeia apresentou a sua proposta de regulamento sobre a IA a 21 de abril de 2021.

O êxito do desenvolvimento da IA na Europa depende em grande medida do êxito de uma Estratégia europeia para os dados. O Parlamento salientou o potencial que os dados industriais e públicos representam para as empresas e os investigadores da UE e apelou à criação de espaços de dados europeus, de infraestruturas de megadados e de uma legislação que permita maior fiabilidade.

Competências digitais e educação

A pandemia demonstrou a importância das competências digitais para o trabalho e as interações, mas também acentuou o fosso das competências digitais e a necessidade de aumentar a educação no campo digital. O Parlamento quer que a Agenda de Competências



para a Europa assegure que os cidadãos e as empresas possam tirar pleno partido dos avanços tecnológicos, dado que **42%** dos cidadãos da UE **não possuem competências digitais básicas**.

Tributação equitativa da economia digital

A maioria das regras fiscais foram estabelecidas muito antes da economia digital existir. Para reduzir a evasão fiscal e tornar os impostos mais justos, os eurodeputados apelam a uma taxa mínima para os impostos sobre as sociedades a nível global e a novos direitos tributários, o que permitiria que mais impostos fossem pagos onde o valor está a ser criado, como sempre foi o conceito por detrás da tributação, em detrimento de onde as taxas são mais baixas.

Inovação Tecnológica ligada ao Setor da Saúde

Ao longo das últimas décadas os profissionais de Saúde portugueses construíram um sistema de saúde que funciona bem e que tem um enorme potencial de desenvolvimento futuro, é claro que com algumas falhas, mas nada nasce perfeito. É com esse espírito e motivação que todos os dias milhares de profissionais de saúde dão o melhor de si, para torná-lo cada vez melhor. Temos um conjunto de Unidades de Saúde que prestam, em geral, um bom serviço aos utentes, nos quais se salientam alguns hospitais de grande qualidade.

Temos uma rede de farmácias que funciona com satisfação dos utentes, produtores farmacêuticos e de dispositivos médicos com muito bons produtos, alguns dos quais apostam no mercado global. Temos um conjunto de Universidades que investem atualmente em inovação em Saúde e institutos de investigação com brilhantes investigadores, que publicam nas melhores revistas. As exportações portuguesas do setor têm vindo a crescer ano após ano, aproximando-se dos mil milhões de euros, o que o torna uma referência nas exportações portuguesas.

Tendências do Setor

Entre os principais desafios do setor de saúde, estão as dificuldades de implantar sistemas que atendam de maneira satisfatória à procura, a necessidade de análises avançadas de indicadores para apoiar a tomada de decisões estratégicas e o controle sobre os dados. No entanto, para todas estas questões a saída é uma só: inovação em saúde.

A relação com a tecnologia tem proporcionado resultados substanciais no desenvolvimento de soluções avançadas para atendimento, diagnóstico e tratamento de pacientes, sem perder a proximidade com as pessoas. Por isso, a tendência é o crescimento do investimento em tecnologias para melhorar processos, aumentar a produtividade do corpo clínico e melhorar o cuidado com o paciente.

Inovação em saúde e transformação digital são dois processos interdependentes que impulsionam instituições médicas a uma nova cultura organizacional, mais visionária, ágil, empática e centrada na experiência das pessoas.

Hospitais, clínicas e laboratórios inovadores, têm implantado tecnologias para beneficiar médicos, gestores e pacientes. Com isso, há um controle maior dos dados — o que favorece a tomada de decisões, identificação de erros e desenvolvimento de novas soluções —



, aumento de produtividade — principalmente com uso de sistemas integrados —, redução de custos e do desperdício de materiais.

Hospital 4.0

O conceito de hospital 4.0 tem uma relação direta com o grau de transformação digital de uma instituição, pois se refere à implantação de novas práticas para otimizar processos, a produtividade e o atendimento. E isso envolve todo o ecossistema, desde o primeiro contato com o paciente para o agendamento de uma consulta, até o controle do estoque da farmácia.

A conectividade é fundamental nesse movimento, pois permite gerar dados sobre diversas atividades e setores da instituição, como rupturas de stock. A tecnologia é capaz de identificar e mensurar esses dados para então disponibilizar índices em tempo real, o que contribui para a solução rápida de problemas e tomada de decisões.

As tecnologias também ajudam a reduzir custos e atendimentos presenciais de baixa complexidade. Em muitos casos, os pacientes resolvem as suas questões apenas com a prescrição de um medicamento. Nesses casos, uma teleconsulta é suficiente e evita o deslocamento até uma unidade hospitalar em vão.

Inteligência Artificial

A IA é uma tecnologia muito mais robusta e oferece recursos ilimitados devido ao machine learning e a computação cognitiva que a compõem. É por isso, que a vemos por vezes a auxiliar em cirurgias, a organizar os workflows de trabalho, pré-diagnósticos e outras tarefas que têm proporcionado crescimento económico, redução de erros e melhorias na recuperação do paciente.

Ao contrário do que muitos pensam, o atendimento com inteligência artificial não se torna menos humanizado, pelo contrário. A tecnologia é tão eficiente, que o paciente dificilmente se dá conta de que está conversando com uma máquina.



Plataformas de apoio à decisão clínica

Quando a cultura de inovação é consolidada numa instituição, os seus profissionais devem permanecer atentos para adotar novas soluções e criar modelos para melhorar as suas

rotinas, tornando-as mais rápidas e eficientes, principalmente os atendimentos. No entanto, para que isso seja possível, é importante contar com ferramentas tecnológicas no apoio à decisão clínica.

O apoio à tomada de decisão clínica tem como objetivo melhorar as escolhas e ações realizadas, baseadas em conhecimento clínico organizado — baseado em evidências —, para que erros sejam reduzidos e os pacientes tenham uma melhor experiência.

Essa é uma questão sensível para hospitais e clínicas, pois envolve a vida de alguém. Portanto, um médico deve ter condições de elaborar diagnósticos, indicar tratamentos e medicamentos com a maior precisão possível. Dessa forma, as evidências devem ser elaboradas com base em pesquisas, estudos, análises, protocolos e dados clínicos, e centralizadas em ferramentas digitais que possam ser acedidas por médicos e pacientes.

Vantagens das plataformas de apoio à decisão clínica:

- Estabelece um padrão de atendimento seguro;
- Permite a avaliação do desempenho profissional a partir das análises de dados e comparações com as melhores práticas;
- Fornece diagnósticos mais precisos e exames mais adequados às necessidades do paciente.

Shaping the future of European Healthcare

De acordo com o Shaping the future of European Healthcare em Portugal, **81% dos médicos e enfermeiros** considera que a pandemia levou os hospitais a tornarem-se mais digitais mas, ainda assim, Portugal está abaixo da média europeia na utilização de tecnologias 4.0 no setor da saúde.

Principais problemas a destacar sobre a realidade em Portugal:

- Baixa adoção de soluções digitais 4.0, neste momento existem apenas tecnologias digitais associadas à eficiência e prestação de cuidados aos pacientes de forma mais ágil, contudo ainda existe um caminho a percorrer no que diz respeito às tecnologias focadas na prevenção e bem-estar;
- Incerteza tecnológica e formação considerados como os pilares para o desenvolvimento;



- Portugal apresentou um maior número de utilizações de tecnologia, após o início da pandemia.~

Principais pontos a destacar sobre a realidade Europeia:

- A adoção de soluções digitais melhora o serviço de cuidados de saúde prestado, uma melhor gestão de dados do paciente e potencia um cruzamento de dados entre pacientes que partilhem da mesma patologia, de forma a melhorar as técnicas, procedimentos ou até mesmo métodos usados para curar o paciente;
- O Electronic health record é a solução digital mais adotada de entre os vários países, software este que permite fazer prescrições médicas eletrónicas e o agendamento de consultas online. Segundo o estudo, quando se perguntou aos inquiridos “Qual das [...] tecnologias digitais usa para dar apoio à prestação de cuidados de saúde?”, 81% escolheu por Registo Eletrónico de Saúde, 62% escolheu a Prescrição Online, 54% escolheu Marcação de Consulta Online, entre outras. Países como a Holanda, a Dinamarca e a Noruega já adotaram soluções digitais como, apps para profissionais de saúde; plataformas de acesso online nos cuidados de saúde primários; e a automatização das farmácias.

Como Portugal poderá acelerar a transformação digital das Organizações de Saúde:

- Reforço do conhecimento de tecnologias que possam melhorar a interação com o paciente, assim como de tecnologias que permitam adotar medidas preventivas;
- Melhorar a interoperabilidade e a utilização dos dados dos pacientes, que permitam a evolução da prestação dos cuidados de saúde para uma lógica mais preventiva e de bem-estar;
- Promover a formação dos profissionais de saúde na adoção destas tecnologias, quer seja online, workshops ou formação em sala.
- O futuro da saúde será bastante diferente, muito mais tecnologia, muito menos filas de espera, hospitais só serão para emergências, os centros de saúde serão orientados para a prevenção e acompanhamento de doenças crónicas, e para que tudo isto resulte todo o ecossistema de saúde, modelo de negócio serão bastante diferentes dos atuais, onde a educação/formação, modelos de financiamento e infraestruturas terão um papel muito importante neste contexto.

O Technology Cluster em Portugal

O **Cluster das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica - TICE.PT** foi constituído em 2008, com sede em Aveiro. O TICE.PT envolve e mobiliza atores relevantes em todo o país, e em particular nas regiões de Braga, Porto, Coimbra e Lisboa, abrangendo toda a cadeia de valor na área das TICE. A plataforma de concertação TICE.PT garante e promove as interfaces entre o mundo académico, representado por universidades e institutos de I&D, e o mundo dos negócios, representado pelos associados e também através de redes, em especial das PME, representado pelas suas associações.

O Pólo de competitividade e Tecnologias TICE.PT, Cluster das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica, foi reconhecido formalmente pelo Governo Português em Agosto de 2009, no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva do QREN.

O TICE.PT pretende fomentar e alavancar as estratégias de Rede para o setor. Rede entre as empresas e os centros de I&D, de forma a induzir uma renovação ativa no tecido económico nacional, produzir efeitos positivos na oferta nacional potenciados pela inovação e conhecimento criando assim capacidade de exportação e criação de valor nos produtos nacionais.

Missão

Construir uma plataforma de concertação que envolva e mobilize os principais atores do setor das TICE nos processos de inovação, I&DT, transferência de conhecimento, formação avançada, desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e serviços, marketing e internacionalização.

Visão

Fazer de Portugal, até 2020, uma localização de referência mundial no setor tice, apostando na liderança tecnológica, nas respostas aos desafios sociais e na capacitação das empresas e pessoas, com reflexos na sustentabilidade da economia nacional.

Objetivos

- Reforço de exportação e presença em novos mercados;
- Valorização da oferta por via da IDI;



- Maior envolvimento colaborativo das empresas;
- Reforço de competências.

Alguns dos associados são, por exemplo:

- GLINTT;
- Deloitte;
- Altice;
- Huawei;
- NOS;
- BOSCH.



O Technology Cluster em Portugal emprega cerca de 10,6 milhares de pessoas, apresenta um Volume de Negócios de 3.811.000.000,00€, contribui com 896.000.000,00€ em Exportações e apresenta um Valor Acrescentado Bruto de 915.000.000€.

O Health Cluster em Portugal

O **Health Cluster Portugal** foi criado em 2008, por um grupo de 55 entidades, como **uma associação privada sem fins lucrativos**, o **Health Cluster Portugal (HCP)** é um cluster de abrangência nacional que reúne atualmente mais de **190 Associados**, incluindo instituições de I&D, universidades, hospitais, organizações da sociedade civil e empresas das áreas da farmacêutica, biotecnologia, dispositivos médicos, TICE e serviços, entre outras.

O HCP assume como missão tornar Portugal num player competitivo na investigação, conceção, desenvolvimento, fabrico e comercialização de produtos e serviços associados à Saúde, em nichos de mercado e de tecnologia selecionados, tendo como alvo os mais exigentes e mais relevantes mercados internacionais, num quadro de reconhecimento da excelência, do seu nível tecnológico, e das suas competências e capacidades no domínio da inovação.

Juntos, o HCP e os seus Associados desenvolvem projetos inovadores em áreas como a investigação de translação e clínica, envelhecimento ativo e saudável, turismo de saúde e eHealth, tendo em vista a transformação do conhecimento em novas soluções que contribuam para a melhoria da saúde e bem-estar humanos. E, também juntos, trabalham para fazer de Portugal o sítio certo para investir e construir parcerias em Saúde.



Alguns dos associados são, por exemplo:

- GLINTT;
- Accenture;
- Altice;
- Apifarma;
- ANF;
- Astrazeneca;
- Bayer;
- CUF;
- Deloitte;
- ISCTE-IUL;
- Pfizer.



O Health Cluster em Portugal emprega cerca de 16,7 milhares de pessoas, apresenta um Volume de Negócios de 4.379.000.000,00€, contribui com 625.000.000,00€ em Exportações e apresenta um Valor Acrescentado Bruto de 1.697.000.000€.

Lei de Bases da Saúde

Lei n.º 95/2019 de 4 de setembro

Base 1

Direito à proteção da saúde

1 - O direito à proteção da saúde é o direito de todas as pessoas gozarem do melhor estado de saúde físico, mental e social, pressupondo a criação e o desenvolvimento de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam níveis suficientes e saudáveis de vida, de trabalho e de lazer.

2 - O direito à proteção da saúde constitui uma responsabilidade conjunta das pessoas, da sociedade e do Estado e compreende o acesso, ao longo da vida, à promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, a cuidados continuados e a cuidados paliativos.

3 - A sociedade tem o dever de contribuir para a proteção da saúde em todas as políticas e setores de atividade.

4 - O Estado promove e garante o direito à proteção da saúde através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), dos Serviços Regionais de Saúde e de outras instituições públicas, centrais, regionais e locais.

Base 2

Direitos e deveres das pessoas

1 - Todas as pessoas têm direito:

- a) À proteção da saúde com respeito pelos princípios da igualdade, não discriminação, confidencialidade e privacidade;
- b) A aceder aos cuidados de saúde adequados à sua situação, com prontidão e no tempo considerado clinicamente aceitável, de forma digna, de acordo com a melhor evidência científica disponível e seguindo as boas práticas de qualidade e segurança em saúde;
- c) A escolher livremente a entidade prestadora de cuidados de saúde, na medida dos recursos existentes;
- d) A receber informação sobre o tempo de resposta para os cuidados de saúde de que necessitem;
- e) A ser informadas de forma adequada, acessível, objetiva, completa e inteligível sobre a sua situação, o objetivo, a natureza, as alternativas possíveis, os benefícios e riscos das intervenções propostas e a evolução provável do seu estado de saúde em função do plano de cuidados a adotar;

- f) A decidir, livre e esclarecidamente, a todo o momento, sobre os cuidados de saúde que lhe são propostos, salvo nos casos excepcionais previstos na lei, a emitir diretivas antecipadas de vontade e a nomear procurador de cuidados de saúde;
- g) A aceder livremente à informação que lhes respeite, sem necessidade de intermediação de um profissional de saúde, exceto se por si solicitado;
- h) A ser acompanhadas por familiar ou outra pessoa por si escolhida e a receber assistência religiosa e espiritual;
- i) A apresentar sugestões, reclamações e a obter resposta das entidades responsáveis;
- j) A intervir nos processos de tomada de decisão em saúde e na gestão participada das instituições do SNS;
- k) A constituir entidades que as representem e defendam os seus direitos e interesses, nomeadamente sob a forma de associações para a promoção da saúde e prevenção da doença, de ligas de amigos e de outras formas de participação que a lei preveja;
- l) À promoção do bem-estar e qualidade de vida durante o envelhecimento, numa perspetiva inclusiva e ativa que favoreça a capacidade de decisão e controlo da sua vida, através da criação de mecanismos adaptativos de aceitação, de autonomia e independência, sendo determinantes os fatores socioeconómicos, ambientais, da resposta social e dos cuidados de saúde.

2 - As pessoas com deficiência têm direito às adaptações necessárias para a efetivação do previsto no número anterior.

3 - As pessoas cuidadas e os respetivos cuidadores informais têm direito a ser apoiados nos termos da lei, que deve prever direitos e deveres, a capacitação, a formação e o descanso do cuidador.

4 - Todas as pessoas têm o dever de:

- a) Respeitar os direitos das outras pessoas;
- b) Colaborar com os profissionais de saúde em todos os aspetos relevantes para a melhoria do seu estado de saúde;
- c) Observar as regras sobre a organização, o funcionamento e a utilização dos estabelecimentos e serviços de saúde a que recorrem.

Base 3

Cuidadores informais

1 - A lei deve promover o reconhecimento do importante papel do cuidador informal, a sua responsabilização e capacitação para a prestação, com qualidade e segurança, dos cuidados básicos regulares e não especializados que realizam.



2 - A lei estabelece o estatuto dos cuidadores informais de pessoas em situação de doença crónica, deficiência, dependência parcial ou total, transitória ou definitiva, ou noutra condição de fragilidade e necessidade de cuidados, os seus direitos e deveres e medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas.

3 - O Estado, através do ministério responsável pela área da saúde, deve ainda assegurar a articulação entre a pessoa cuidada, o cuidador informal e os serviços de saúde e a implementação do plano integrado de prestação de cuidados de saúde de que a pessoa carece.

Base 4

Política de saúde

1 - A política de saúde tem âmbito nacional e é transversal, dinâmica e evolutiva, adaptando-se ao progresso do conhecimento científico e às necessidades, contextos e recursos da realidade nacional, regional e local, visando a obtenção de ganhos em saúde.

2 - São fundamentos da política de saúde:

- a) A promoção da saúde e a prevenção da doença, devendo ser consideradas na definição e execução de outras políticas públicas;
- b) A melhoria do estado de saúde da população, através de uma abordagem de saúde pública, da monitorização e vigilância epidemiológica e da implementação de planos de saúde nacionais, regionais e locais;
- c) As pessoas, como elemento central na conceção, organização e funcionamento de estabelecimentos, serviços e respostas de saúde;
- d) A igualdade e a não discriminação no acesso a cuidados de saúde de qualidade em tempo útil, a garantia da equidade na distribuição de recursos e na utilização de serviços e a adoção de medidas de diferenciação positiva de pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade;
- e) A promoção da educação para a saúde e da literacia para a saúde, permitindo a realização de escolhas livres e esclarecidas para a adoção de estilos de vida saudável;
- f) A participação das pessoas, das comunidades, dos profissionais e dos órgãos municipais na definição, no acompanhamento e na avaliação das políticas de saúde;
- g) A gestão dos recursos disponíveis segundo critérios de efetividade, eficiência e qualidade;
- h) O desenvolvimento do planeamento e a institucionalização da avaliação em saúde como instrumentos promotores de uma cultura de transparência das escolhas e de prestação de contas;



- i) O incentivo à investigação em saúde, como motor da melhoria da prestação de cuidados;
- j) O reconhecimento da saúde como um investimento que beneficia a economia e a relevância económica da saúde;
- k) A divulgação transparente de informação em saúde;
- l) O acesso ao planeamento familiar, à saúde sexual, escolar, visual, auditiva e oral e o diagnóstico precoce.

3 - Cabe ao membro do Governo responsável pela área da saúde propor a política de saúde a definir pelo Governo, promover a respetiva execução e fiscalização, e coordenar a sua ação com a dos outros ministérios e entidades.

4 - A política de saúde deve incentivar a adoção de medidas promotoras da responsabilidade social, individual e coletiva, nomeadamente apoiando voluntários, cuidadores informais e dadores benévolos.

Base 5

Participação

- 1 - O Estado promove a participação das pessoas na definição, acompanhamento e avaliação da política de saúde, promovendo a literacia para a saúde.
- 2 - A participação a que se refere o número anterior pode ocorrer a título individual ou através de entidades constituídas para o efeito.

Base 6

Responsabilidade do Estado

- 1 - A responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde efetiva-se primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos, podendo, de forma supletiva e temporária, ser celebrados acordos com entidades privadas e do setor social, bem como com profissionais em regime de trabalho independente, em caso de necessidade fundamentada.
- 2 - O Estado pode cometer a associações públicas profissionais o controlo do acesso e exercício da profissão, a possibilidade de propor normas técnicas, princípios e regras deontológicas específicos e um regime disciplinar autónomo.
- 3 - O Estado assegura o planeamento, regulação, avaliação, auditoria, fiscalização e inspeção das entidades que integram o SNS e das entidades do setor privado e social.

Base 7

Regiões Autónomas

1 - Cabe aos órgãos próprios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a organização, o funcionamento e o desenvolvimento dos sistemas regionais de saúde, a adaptação regional da presente lei e a definição e a execução da respetiva política de saúde.

2 - Na promoção e na defesa da realização regional do direito à proteção da saúde, e de acordo com os princípios de solidariedade e de unidade nacionais, podem o Governo da República e os Governos Regionais, através dos respetivos serviços públicos de saúde, estabelecer a articulação e a referenciação para efeitos do acesso às prestações de saúde necessárias.

Base 8

Autarquias locais

1 - As autarquias locais participam na efetivação do direito à proteção da saúde, nas suas vertentes individual e coletiva, nos termos da lei.

2 - A intervenção das autarquias locais manifesta-se, designadamente, no acompanhamento aos sistemas locais de saúde, em especial nos cuidados de proximidade e nos cuidados na comunidade, no planeamento da rede de estabelecimentos prestadores e na participação nos órgãos consultivos e de avaliação do sistema de saúde.

Base 9

Sistemas locais de saúde

Aos sistemas locais de saúde, constituídos pelos serviços e estabelecimentos do SNS e demais instituições públicas com intervenção direta ou indireta na saúde, cabe assegurar, no âmbito da respetiva área geográfica, a promoção da saúde, a continuidade da prestação dos cuidados e a racionalização da utilização dos recursos.

Base 10

Saúde pública

1 - Compete ao Estado acompanhar a evolução do estado de saúde da população, do bem-estar das pessoas e da comunidade, através do desenvolvimento e da implementação de instrumentos de observação em saúde.

2 - O membro do Governo responsável pela área da saúde deve identificar áreas específicas de intervenção, programas e ações de promoção da saúde e da prevenção da doença ao longo da vida, tendo presentes os problemas de saúde com maior impacto na



morbilidade e na mortalidade, os desafios sociodemográficos e a existência de determinantes não modificáveis, bem como sociais, económicos, comerciais, ambientais, de estilo de vida e de acesso aos serviços.

Base 11

Saúde e genómica

O Estado reconhece a importância da genómica no âmbito da saúde pública, devendo a lei regular a genómica para fins terapêuticos, a realização de testes e o conhecimento de base de dados para prestação de cuidados de saúde e investigação, no respeito dos seguintes princípios:

- a) Dignidade e direitos de todas as pessoas, independentemente das suas características genéticas;
- b) Consentimento livre e esclarecido em matéria de testes genómicos preditivos, realizados em contexto de saúde e precedidos do indispensável aconselhamento genético;
- c) Confidencialidade dos dados genómicos associados a uma pessoa identificável;
- d) Não discriminação injustificada, com base nas características genéticas da pessoa, em particular se associadas a doença ou deficiência;
- e) Liberdade de investigação científica na área da genómica, atenta a sua importância para a melhoria da saúde dos indivíduos e da Humanidade;
- f) Ampla divulgação dos conhecimentos disponíveis na área da genómica e promoção do seu intercâmbio a nível nacional e internacional.

Base 12

Literacia para a saúde

1 - O Estado promove a literacia para a saúde, permitindo às pessoas compreender, aceder e utilizar melhor a informação sobre saúde, de modo a decidirem de forma consciente e informada.

2 - A literacia para a saúde deve estar sempre presente nas decisões e intervenções em saúde pública, impondo a articulação com outras áreas governamentais, em particular a da educação, do trabalho, da solidariedade social e do ambiente, com as autarquias e com os organismos e entidades do setor público, privado e social.

Base 13

Saúde mental

- 1 - O Estado promove a melhoria da saúde mental das pessoas e da sociedade em geral, designadamente através da promoção do bem-estar mental, da prevenção e identificação atempada das doenças mentais e dos riscos a elas associados.
- 2 - Os cuidados de saúde mental devem ser centrados nas pessoas, reconhecendo a sua individualidade, necessidades específicas e nível de autonomia, e ser prestados através de uma abordagem interdisciplinar e integrada e prioritariamente a nível da comunidade.
- 3 - As pessoas afetadas por doenças mentais não podem ser estigmatizadas ou negativamente discriminadas ou desrespeitadas em contexto de saúde, em virtude desse estado.

Base 14

Saúde ocupacional

- 1 - Todos os trabalhadores têm o direito de beneficiar de medidas que lhes permitam proteger a saúde no âmbito da sua vida profissional.
- 2 - Devem ser tidos em conta, em especial, os riscos psicossociais dos trabalhadores particularmente vulneráveis, tais como trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes, trabalhadores menores e titulares de uma relação de trabalho a termo ou temporário.

Base 15

Informação de saúde

- 1 - A informação de saúde é propriedade da pessoa.
- 2 - A circulação da informação de saúde deve ser assegurada com respeito pela segurança e proteção dos dados pessoais e da informação de saúde, pela interoperabilidade e interconexão dos sistemas dentro do SNS e pelo princípio da intervenção mínima.

Base 16

Tecnologias de informação e comunicação

- 1 - O Estado deve promover a utilização eficiente das tecnologias de informação e comunicação no âmbito da saúde e da prestação de cuidados, tendo em atenção a necessidade da proteção dos dados pessoais, da informação de saúde e da cibersegurança.



2 - As tecnologias de informação e comunicação são instrumentais à prestação de cuidados de saúde, sendo utilizadas numa abordagem integrada e centrada nas pessoas, com vista à melhoria da prestação de cuidados de saúde, à salvaguarda do acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade e à gestão eficiente dos recursos.

3 - As tecnologias de informação e comunicação são desenvolvidas com vista a melhorar o acesso das pessoas aos serviços de saúde e prestações conexas e a maximizar as condições de trabalho dos profissionais e a eficiência das organizações.

Base 17

Tecnologias da saúde

1 - As tecnologias da saúde, designadamente os medicamentos e dispositivos médicos, devem ser desenvolvidas e utilizadas de forma eficaz e eficiente, garantindo o equilíbrio entre a qualidade e equidade no acesso e sustentabilidade do sistema de saúde.

2 - A utilização das tecnologias da saúde deve reforçar a humanização e a dignidade da pessoa.

3 - A instalação de tecnologias médicas pesadas obedece ao planeamento nacional definido pelo membro do Governo responsável pela área da saúde.

4 - A política do medicamento deve contribuir para a promoção do desenvolvimento médico e científico e contribuir para os ganhos em saúde e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, promovendo o uso racional dos medicamentos e a utilização de medicamentos genéricos.

Base 18

Conselho Nacional de Saúde

1 - O Conselho Nacional de Saúde é um órgão de participação independente, que desempenha funções consultivas do Governo na definição das políticas de saúde e representa os interessados no funcionamento do sistema de saúde.

2 - A composição, a competência e o funcionamento do Conselho Nacional de Saúde são definidos por lei.

Base 19

Sistema de saúde

1 - O funcionamento do sistema de saúde não pode pôr em causa o papel central do SNS enquanto garante do cumprimento do direito à saúde.

2 - A lei prevê os requisitos para a abertura, modificação e funcionamento dos estabelecimentos que prestem cuidados de saúde, independentemente da sua natureza jurídica ou do seu titular, com vista a garantir a qualidade e segurança necessárias.

Base 20

Serviço Nacional de Saúde

1 - O SNS é o conjunto organizado e articulado de estabelecimentos e serviços públicos prestadores de cuidados de saúde, dirigido pelo ministério responsável pela área da saúde, que efetiva a responsabilidade que cabe ao Estado na proteção da saúde.

2 - O SNS pauta a sua atuação pelos seguintes princípios:

- a) Universal, garantindo a prestação de cuidados de saúde a todas as pessoas sem discriminações, em condições de dignidade e de igualdade;
- b) Geral, assegurando os cuidados necessários para a promoção da saúde, prevenção da doença e o tratamento e reabilitação dos doentes;
- c) Tendencial gratuitidade dos cuidados, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos;
- d) Integração de cuidados, salvaguardando que o modelo de prestação garantido pelo SNS está organizado e funciona de forma articulada e em rede;
- e) Equidade, promovendo a correção dos efeitos das desigualdades no acesso aos cuidados, dando particular atenção às necessidades dos grupos vulneráveis;
- f) Qualidade, visando prestações de saúde efetivas, seguras e eficientes, com base na evidência, realizadas de forma humanizada, com correção técnica e atenção à individualidade da pessoa;
- g) Proximidade, garantindo que todo o país dispõe de uma cobertura racional e eficiente de recursos em saúde;
- h) Sustentabilidade financeira, tendo em vista uma utilização efetiva, eficiente e de qualidade dos recursos públicos disponíveis;
- i) Transparência, assegurando a existência de informação atualizada e clara sobre o funcionamento do SNS.

3 - O SNS dispõe de estatuto próprio, tem organização regionalizada e uma gestão descentralizada e participada.

Base 21

Beneficiários do Serviço Nacional de Saúde

- 1 - São beneficiários do SNS todos os cidadãos portugueses.
- 2 - São igualmente beneficiários do SNS os cidadãos, com residência permanente ou em situação de estada ou residência temporárias em Portugal, que sejam nacionais de Estados-Membros da União Europeia ou equiparados, nacionais de países terceiros ou apátridas, requerentes de proteção internacional e migrantes com ou sem a respetiva situação legalizada, nos termos do regime jurídico aplicável.
- 3 - A lei regula as condições da referenciação para o estrangeiro e o acesso a cuidados de saúde transfronteiriços dos beneficiários do SNS.
- 4 - A lei regula a assistência em saúde aos beneficiários do SNS reclusos em estabelecimentos prisionais ou internados em centros educativos.

Base 22

Organização e funcionamento do Serviço Nacional de Saúde

- 1 - A lei regula a organização e o funcionamento do SNS e a natureza jurídica dos vários estabelecimentos e serviços prestadores que o integram, devendo o Estado assegurar os recursos necessários à efetivação do direito à proteção da saúde.
- 2 - A organização e funcionamento do SNS sustenta-se em diferentes níveis de cuidados e tipologias de unidades de saúde, que trabalham de forma articulada, integrada e intersetorial.
- 3 - A organização interna dos estabelecimentos e serviços do SNS deve basear-se em modelos que privilegiam a autonomia de gestão, os níveis intermédios de responsabilidade e o trabalho de equipa.
- 4 - O funcionamento dos estabelecimentos e serviços do SNS deve apoiar-se em instrumentos e técnicas de planeamento, gestão e avaliação que garantam que é retirado o maior proveito, socialmente útil, dos recursos públicos que lhe são alocados.
- 5 - O funcionamento do SNS sustenta-se numa força de trabalho planeada e organizada de modo a satisfazer as necessidades assistenciais da população, em termos de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade, evoluindo progressivamente para a criação de mecanismos de dedicação plena ao exercício de funções públicas, estruturadas em carreiras, devendo ser garantidas condições e ambientes de trabalho promotores de satisfação e desenvolvimento profissionais e da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.
- 6 - Ao SNS incumbe promover, nos seus estabelecimentos e serviços e consoante a respetiva missão, as condições adequadas ao desenvolvimento de atividades de ensino e de investigação clínica.

Base 23

Financiamento do Serviço Nacional de Saúde

- 1 - O financiamento do SNS é assegurado por verbas do Orçamento do Estado, podendo ser determinada a consignação de receitas fiscais para o efeito, sem prejuízo de outras receitas previstas em lei, regulamento, contrato ou outro título.

2 - A lei define os critérios objetivos e quantificáveis para o financiamento do SNS, podendo estabelecer valores mínimos a observar, em função de indicadores demográficos, sociais e de saúde.

3 - O financiamento a que se refere o n.º 1 deve permitir que o SNS seja dotado dos recursos necessários ao cumprimento das suas funções e objetivos.

4 - O investimento do SNS obedece a uma planificação plurianual.

Base 24

Taxas moderadoras

1 - A lei deve determinar a isenção de pagamento de taxas moderadoras, nomeadamente em função da condição de recursos, de doença ou de especial vulnerabilidade, e estabelecer limites ao montante total a cobrar.

2 - Com o objetivo de promover a correta orientação dos utentes, deve ser dispensada a cobrança de taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e, se a origem da referenciação for o SNS, nas demais prestações de saúde, nos termos a definir por lei.

Base 25

Contratos para a prestação de cuidados de saúde

1 - Tendo em vista a prestação de cuidados e serviços de saúde a beneficiários do SNS, e quando o SNS não tiver, comprovadamente, capacidade para a prestação de cuidados em tempo útil, podem ser celebrados contratos com entidades do setor privado, do setor social e profissionais em regime de trabalho independente, condicionados à avaliação da sua necessidade.

2 - Os cuidados de saúde prestados nos termos do número anterior respeitam as normas e princípios aplicáveis ao SNS.

Base 26

Terapêuticas não convencionais

1 - O exercício das terapêuticas não convencionais é regulado pela lei, efetuado de modo integrado com as terapêuticas convencionais e de forma a garantir a proteção da saúde das pessoas e das comunidades, a qualidade assistencial e tendo por base a melhor evidência científica.

2 - É competência do ministério responsável pela área da saúde a credenciação, tutela e fiscalização da prática das terapêuticas não convencionais, de acordo com a definição aprovada pela Organização Mundial de Saúde.

Base 27

Seguros de saúde

1 - A subscrição de um seguro ou plano de saúde deve ser precedida da prestação, pelo segurador, de informação, clara e inteligível quanto às condições do contrato, em especial no que diz respeito ao âmbito, exclusões e limites da cobertura, incluindo informação expressa quanto à eventual interrupção ou descontinuidade de prestação de cuidados de saúde caso sejam alcançados os limites de capital seguro contratualmente estabelecidos.

2 - Os estabelecimentos de saúde informam as pessoas sobre os custos a suportar pela prestação de cuidados de saúde ao abrigo de seguros e planos de saúde, incluindo os da

totalidade da intervenção proposta, salvo quando justificadamente não dispuserem dos elementos necessários à prestação dessa informação.

Base 28

Profissionais de saúde

- 1 - São profissionais de saúde os trabalhadores envolvidos em ações cujo objetivo principal é a melhoria do estado de saúde de indivíduos ou das populações, incluindo os prestadores diretos de cuidados e os prestadores de atividades de suporte.
- 2 - Os profissionais de saúde, pela relevante função social que desempenham ao serviço das pessoas e da comunidade, estão sujeitos a deveres éticos e deontológicos acrescidos, nomeadamente a guardar sigilo profissional sobre a informação de que tomem conhecimento no exercício da sua atividade.
- 3 - Os profissionais de saúde têm direito a aceder à formação e ao aperfeiçoamento profissionais, tendo em conta a natureza da atividade prestada, com vista à permanente atualização de conhecimentos.
- 4 - Os profissionais de saúde têm o direito e o dever de, inseridos em carreiras profissionais, exercer a sua atividade de acordo com a *legis artis* e com as regras deontológicas, devendo respeitar os direitos da pessoa a quem prestam cuidados, mas podendo exercer a objeção de consciência, nos termos da lei.
- 5 - O membro do Governo responsável pela área da saúde organiza um registo nacional de profissionais de saúde, incluindo aqueles cuja inscrição seja obrigatória numa associação pública profissional.
- 6 - Os profissionais de saúde que exerçam funções no âmbito de estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde estão sujeitos a auditoria, inspeção e fiscalização do ministério responsável pela área da saúde, sem prejuízo das atribuições cometidas a associações públicas profissionais.
- 7 - Os profissionais de saúde em regime de trabalho independente devem ser titulares de seguro contra os riscos decorrentes do exercício da sua atividade.

Base 29

Profissionais do SNS

- 1 - Todos os profissionais de saúde que trabalham no SNS têm direito a uma carreira profissional que reconheça a sua diferenciação na área da saúde.
- 2 - O Estado deve promover uma política de recursos humanos que garanta:
 - a) A estabilidade do vínculo aos profissionais;
 - b) O combate à precariedade e à existência de trabalhadores sem vínculo;
 - c) O trabalho em equipa, multidisciplinar e de complementaridade entre os diferentes profissionais de saúde;
 - d) A formação profissional contínua e permanente dos seus profissionais.
- 3 - O Estado deve promover uma política de recursos humanos que valorize a dedicação plena como regime de trabalho dos profissionais de saúde do SNS, podendo, para isso, estabelecer incentivos.

Base 30

Profissionais de saúde com necessidades especiais

Os profissionais de saúde com deficiência ou com doença crónica incapacitante têm direito a que sejam adotadas medidas apropriadas para adaptar as condições de trabalho às suas necessidades, quer quanto ao acesso aos locais de trabalho, às tecnologias e sistemas de informação e de comunicação, quer quanto à formação profissional inicial e contínua.

Base 31

Investigação

1 - A investigação em saúde deve observar, como princípio ético orientador, a vida humana enquanto valor máximo a promover e a salvaguardar.

2 - É apoiada a investigação em saúde e para a saúde e a investigação clínica e epidemiológica, devendo ser incentivada a colaboração neste domínio entre os departamentos governamentais responsáveis pelas áreas da saúde e da ciência, os organismos responsáveis pela investigação científica e tecnológica e outras entidades.

3 - As condições a que deve obedecer a investigação em saúde, em particular a experimentação em seres humanos e os ensaios clínicos, são definidos em legislação própria, devendo ser tidos especialmente em consideração:

- a) O respeito pela dignidade e pelos direitos fundamentais, a segurança e o bem-estar das pessoas que nela participam, não comportando para a pessoa envolvida riscos e incómodos desproporcionais face aos potenciais benefícios, e o reconhecimento das especificidades de mulheres e de homens;
- b) A realização de acordo com as regras da boa prática de investigação, nomeadamente as aplicáveis à investigação em seres humanos e à investigação em animais;
- c) A inexistência de contrapartida, designadamente quaisquer incentivos ou benefícios financeiros para a pessoa envolvida, sem prejuízo do reembolso de despesas e do ressarcimento pelos prejuízos sofridos pela participação na investigação.

Base 32

Formação superior

1 - Os ministérios responsáveis pelas áreas da saúde, da educação e da ciência e ensino superior colaboram com as instituições públicas de ensino superior na definição de políticas de formação pré-graduada, com o objetivo de adequar o conteúdo curricular dos cursos com as necessidades de prestar cuidados de saúde de elevada qualidade e adequar o número de alunos às necessidades do país.

2 - Os ministérios responsáveis pelas áreas da saúde, da educação e da ciência e ensino superior, em articulação com as universidades, as unidades de saúde e as estruturas e associações representativas dos profissionais de saúde, coordenam as políticas de formação pós-graduada, com o objetivo de assegurar a todos os profissionais de saúde o acesso à formação pós-graduada de elevado nível científico, técnico e humanista.

3 - O SNS garante a formação pós-graduada em todas as áreas de saúde de forma a assegurar a existência de um adequado número de profissionais por especialidades.

Base 33

Inovação

O Estado deve promover o acesso equitativo à inovação em saúde nas suas vertentes integradas e complementares de ciências de informação e comunicação, nanotecnologia, genética e computação, em particular no recurso à robótica e à inteligência artificial, com salvaguarda das questões éticas por esta suscitadas.

Base 34

Autoridade de saúde

1 - À autoridade de saúde compete a decisão de intervenção do Estado na defesa da saúde pública, nas situações suscetíveis de causarem ou acentuarem prejuízos graves à saúde dos cidadãos ou das comunidades, e na vigilância de saúde no âmbito territorial nacional que derive da circulação de pessoas e bens no tráfego internacional.

2 - Para defesa da saúde pública, cabe, em especial, à autoridade de saúde:

a) Ordenar a suspensão de atividade ou o encerramento dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública e privada, quando funcionem em condições de risco para a saúde pública;

b) Desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a pessoas que, de outro modo, constituam perigo para a saúde pública;

c) Exercer a vigilância sanitária do território nacional e fiscalizar o cumprimento do Regulamento Sanitário Internacional ou de outros instrumentos internacionais correspondentes, articulando-se com entidades nacionais e internacionais no âmbito da preparação para resposta a ameaças, deteção precoce, avaliação e comunicação de risco e da coordenação da resposta a ameaças;

d) Proceder à requisição de serviços, estabelecimentos e profissionais de saúde em casos de epidemias graves e outras situações semelhantes.

3 - Em situação de emergência de saúde pública, o membro do Governo responsável pela área da saúde toma as medidas de exceção indispensáveis, se necessário mobilizando a intervenção das entidades privadas, do setor social e de outros serviços e entidades do Estado.

Base 35

Defesa sanitária das fronteiras

1 - O Estado promove a defesa sanitária das suas fronteiras, com respeito pelas regras gerais emitidas pelos organismos competentes.

2 - Cabe, em especial, aos organismos competentes estudar, propor, executar e fiscalizar as medidas necessárias para prevenir a importação ou exportação das doenças submetidas ao Regulamento Sanitário Internacional, enfrentar a ameaça de expansão das doenças transmissíveis e promover todas as operações sanitárias exigidas pela defesa da saúde da comunidade internacional.

Base 36

Relações internacionais e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



- 1 - O Estado apoia as organizações internacionais com intervenção na área da saúde e garante o cumprimento dos compromissos internacionais a que está vinculado.
- 2 - O Estado garante a cooperação na vigilância, alerta rápido e resposta a ameaças graves para a saúde com dimensão transfronteiriça, nomeadamente no quadro do Regulamento Sanitário Internacional.
- 3 - O Estado desenvolve uma política de cooperação que incide na melhoria sustentável da saúde e do bem-estar humanos, numa perspetiva de saúde global, promovendo a cooperação bilateral, em particular com os Estados-Membros da União Europeia e com os Estados que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- 4 - É incentivada a cooperação com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no âmbito da prestação de cuidados de saúde, do ensino, da formação e da investigação em saúde.

Base 37

Avaliação

- 1 - Os programas, planos ou projetos, públicos ou privados, que possam afetar a saúde pública devem estar sujeitos a avaliação de impacto, com vista a assegurar que contribuem para o aumento do nível de saúde da população.
- 2 - A avaliação a que se refere o número anterior visa assegurar que o processo de tomada de decisão integra a ponderação dos impactos relevantes em termos de saúde, tendo em conta o nível de saúde já alcançado, a ponderação de alternativas, os efeitos cumulativos decorrentes de outros programas em execução e os contributos recebidos de participação pública.

Impacto da Invasão Militar da Ucrânia na Economia Portuguesa

A Invasão Militar da Ucrânia que está a ser levada a cabo pela Federação Russa, liderada por Vladimir Putin, sem dúvida alguma que está a ter reflexos em todo o Globo. A inflação a subir, os preços dos combustíveis cada vez mais altos, os preços dos produtos alimentares mantém a tendência de subida e uma Guerra sem fim à vista. Todo este acontecimento está a ter grandes repercussões nas economias mundiais, e a portuguesa não foge à regra.

De acordo com as últimas projeções realizadas pelo Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá manter um perfil de crescimento no horizonte dessa projeção, porém num contexto de Guerra existe uma elevada incerteza. Prevê-se que o PIB irá crescer 4,9%, mas nos anos seguintes verifica-se um do ritmo de crescimento atingindo os valores de 2,9p.p em 2023 e 2,0% em 2024.

Pelo contrário, a inflação aumenta em 2022 para 4,0%, e reduz-se para 1,6% em 2023 e 2024. O aumento da inflação em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de estrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. A recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação. Estes efeitos dissipam-se no horizonte de projeção, mas são parcialmente contrabalançados por pressões acrescidas sobre salários e preços, num contexto de utilização mais intensiva dos recursos na economia portuguesa.

	Pesos 2021	BE março 2022				BE dezembro 2021			
		2021	2022 ^(p)	2023 ^(p)	2024 ^(p)	2021 ^(p)	2022 ^(p)	2023 ^(p)	2024 ^(p)
Produto interno bruto (PIB)	100,0	4,9	4,9	2,9	2,0	4,8	5,8	3,1	2,0
Consumo privado	64,2	4,4	3,6	1,9	1,6	5,0	4,8	2,2	1,8
Consumo público	19,2	5,0	1,5	-1,5	-0,1	4,8	1,4	-1,3	-0,1
Formação bruta de capital fixo	19,7	6,1	9,2	6,0	3,9	4,9	7,2	6,6	3,9
Procura interna	103,0	5,0	4,3	2,1	1,8	5,1	4,6	2,4	1,9
Exportações	-42,0	13,0	14,2	7,5	3,8	9,6	12,7	7,8	3,9
Importações	-45,0	12,8	12,3	5,5	3,3	10,3	9,3	6,2	3,6
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em pp) ^(a)									
Procura interna		2,5	1,6	1,0	1,0	3,1	2,6	1,2	1,1
Exportações de bens		0,9	-0,3	0,5	0,4	1,1	0,2	0,6	0,4
Exportações de serviços		1,5	3,5	1,4	0,7	0,6	3,0	1,2	0,6
Emprego (número de indivíduos) ^(b)		2,1	1,4	0,6	0,4	2,5	1,6	0,5	0,3
Emprego (horas trabalhadas) ^(b)		5,0	5,1	2,2	0,4	8,3	4,0	0,6	0,3
Taxa de desemprego ^(c)		6,6	5,9	5,7	5,6	6,6	6,0	5,7	5,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,7	-0,4	1,8	0,7	0,2	1,8	2,6	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-2,6	-4,1	-2,7	-2,1	-3,0	-2,1	-1,2	-1,0
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,9	4,0	1,6	1,6	0,9	1,8	1,1	1,3
Bens energéticos		7,5	14,2	-2,1	-1,8	7,8	6,3	-1,3	-0,8
Excluindo bens energéticos		0,4	3,1	1,9	2,0	0,4	1,3	1,4	1,5

A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros. No exercício de projeção, assume-se que não se verifica uma escalada do conflito e o impacto destes fatores se dissipa no médio prazo.

A atividade económica beneficia de maiores recebimentos de fundos da União Europeia e da manutenção de condições financeiras favoráveis, apesar de o mercado antecipar um aumento gradual das taxas de juro. A projeção assenta também no pressuposto de que os constrangimentos de oferta global se extinguem em 2023.

A economia portuguesa volta a convergir com a área do euro no período 2022-24 e continua a apresentar taxas de inflação inferiores. A taxa de crescimento média do PIB em Portugal no período 2022-24 é superior em 0,6 pp à projetada pelo BCE para a área do euro em março. À semelhança do observado em 2021, a evolução do IHPC é mais moderada em Portugal, traduzindo-se num diferencial de inflação de -0,7 pp em média no período considerado.

Apesar do impacto negativo do conflito na Ucrânia, as hipóteses para a atividade e comércio mundial permanecem favoráveis no horizonte de projeção. Estas hipóteses assumem que não se observa uma escalada do conflito e que não se materializam riscos mais adversos, incluindo interrupções no fornecimento de energia por parte da Rússia, que impliquem paragens na produção na Europa, disrupções mais intensas das cadeias de produção global ou turbulência financeira com impacto sobre os bancos. Nestas condições, a atividade mundial continua a expandir-se em 2022-24, embora a um ritmo menor do que antecipado no BE de dezembro. Para a área do euro, as projeções de março do BCE apontam para um crescimento do PIB de 3,7% em 2022, 2,8% em 2023 e 1,6% em 2024. O ritmo de crescimento progressivamente menor ao longo do horizonte reflete a retirada das políticas de estímulo e as limitações da oferta no mercado de trabalho. Assume-se uma dissipação gradual dos constrangimentos sobre as cadeias de produção globais, que registaram algum alívio no início do ano. O crescimento económico na área do euro foi revisto em baixa face às projeções de dezembro, em 0,5 pp em 2022 e em 0,1 pp em 2023, em larga medida associadas ao impacto do conflito nos preços da energia, na confiança dos agentes económicos e nos fluxos comerciais

Economia Digital

Posição Portuguesa

O Digital Economy and Society Index (DESI) é um índice composto e elaborado anualmente pela Comissão Europeia desde 2014 que avalia a competitividade digital dos Estados-Membros e acompanha a sua evolução ao longo do tempo. O índice mede a maturidade digital das economias da UE através do cálculo de um conjunto de indicadores quantitativos que compõem a pontuação final.

O DESI 2021 considera 33 indicadores e avalia a performance de cada país com base em 4 dimensões de competitividade digital: 1) Capital Humano; 2) Conectividade; 3) Integração das Tecnologias Digitais; e 4) Serviços Públicos Digitais. Através da recolha e tratamento de um conjunto de dados nas várias dimensões consideradas, o índice permite a comparação entre as diferentes economias ao longo do tempo, incentivando-as a competir por uma regulação mais eficiente e oferecendo benchmarks quantitativos com o objetivo de apoiar a melhoria das políticas públicas nacionais no âmbito da inovação e da transição digital.

A Comissão Europeia publica ainda, anualmente, relatórios para cada uma das 4 dimensões consideradas essenciais, detalhando os resultados apresentados no DESI em cada uma das áreas chave. Por fim, são ainda divulgados os resultados do Women in Digital Scoreboard (WiD) que procura avaliar a inclusão das mulheres em empregos, carreiras empreendedorismo digital.

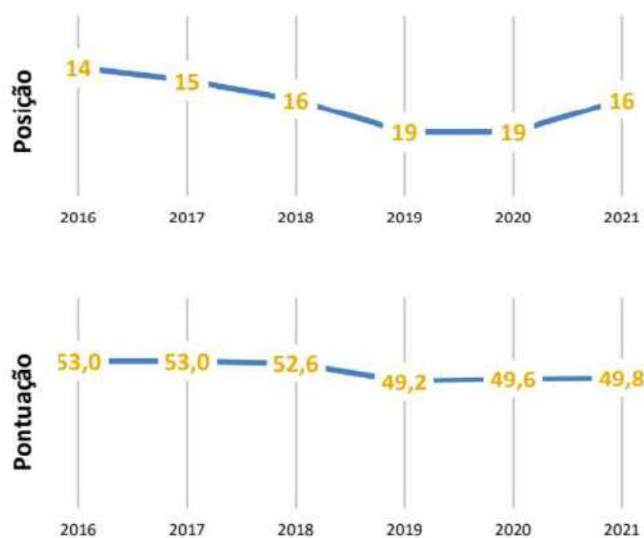
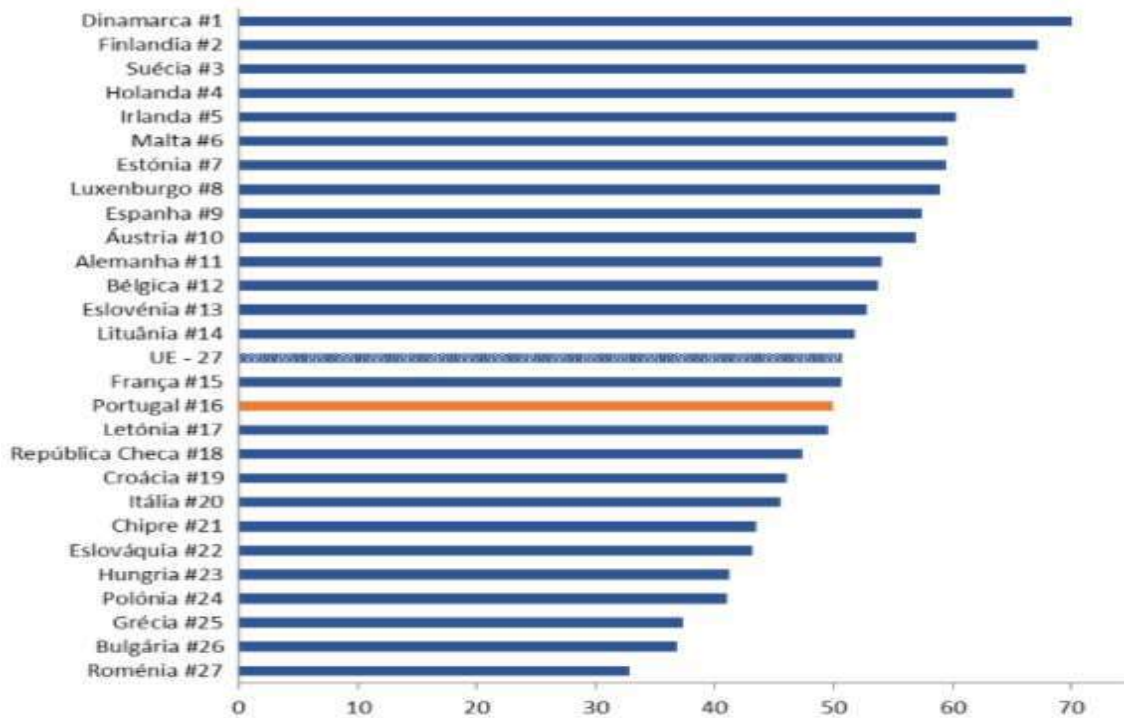


Figura 2 - DESI composite index

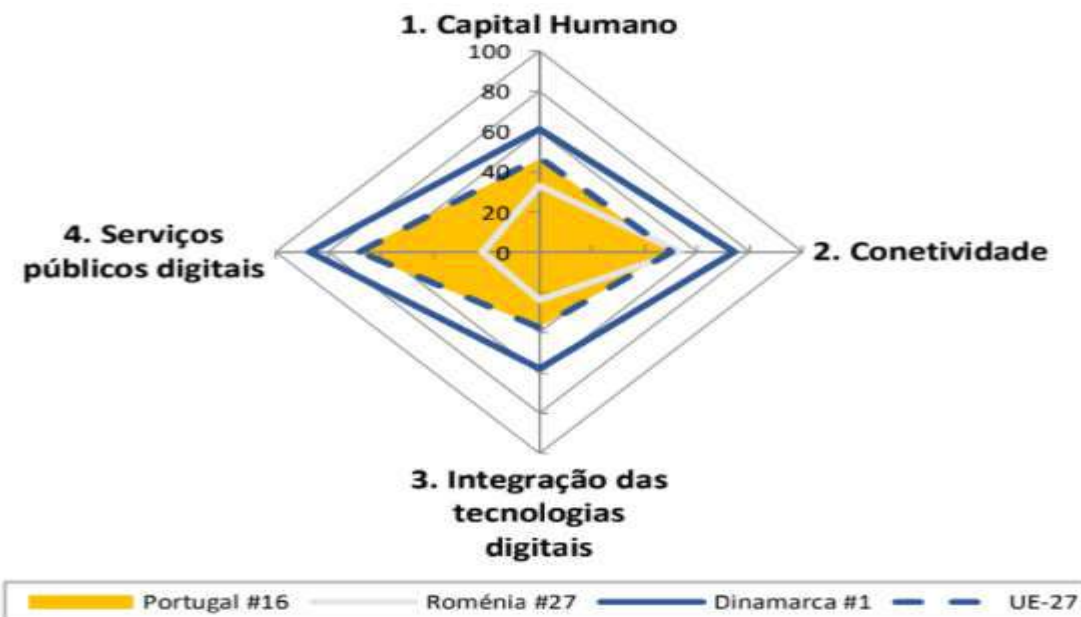
Fonte: Comissão Europeia.





Fonte: Comissão Europeia.

Na edição de 2021 do DESI, Portugal apresentou um score de 49,83, ocupando a 16ª posição num conjunto de 27 estados-membros (19ª posição na edição anterior entre 28 estados-membros). As primeiras posições do índice são ocupadas pela Dinamarca (1ª posição), Finlândia (2ª posição) e Suécia (3ª posição), e as últimas pela Grécia (25ª posição), Bulgária (26ª posição) e Roménia (27ª posição).



Fonte: Comissão Europeia.

A economia portuguesa tem registado melhorias na maior parte das dimensões e a classificação global de Portugal no DESI encontra-se próxima da média dos países da UE-27. Portugal apresenta melhores resultados na dimensão Serviços Públicos Digitais.

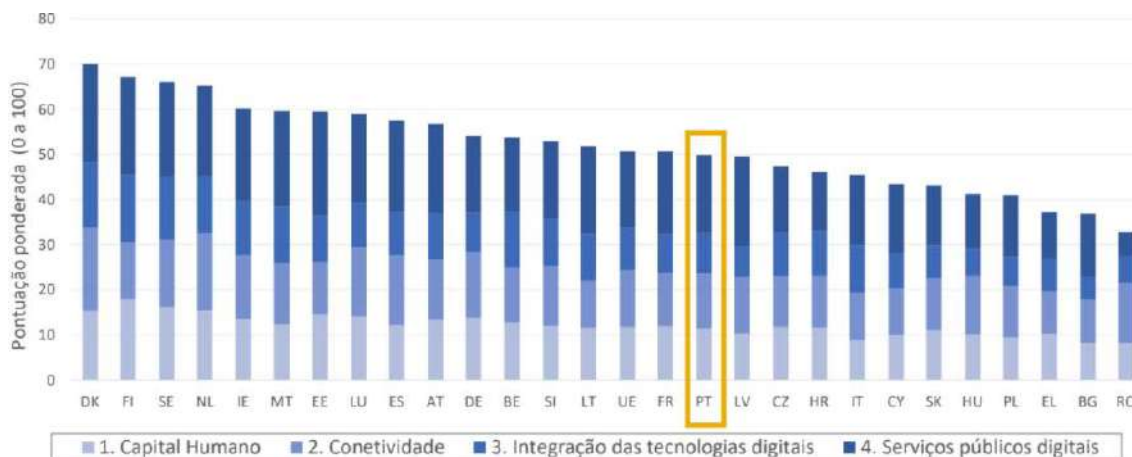
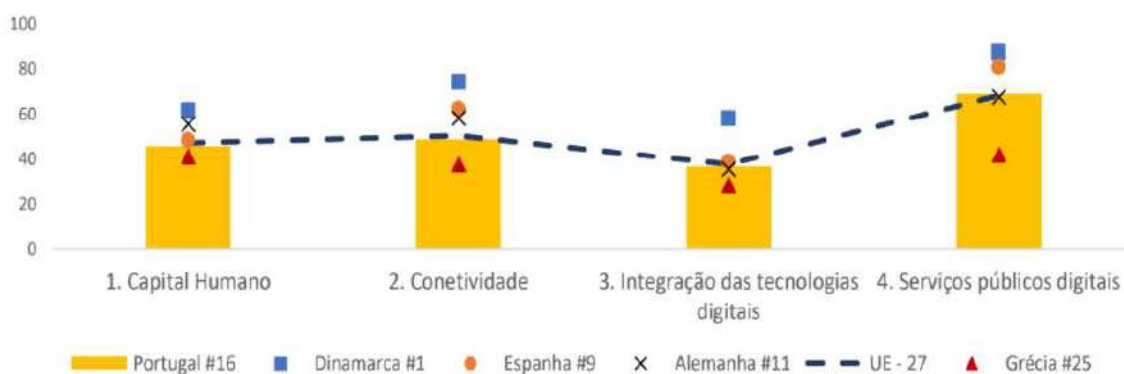


Ilustração 38 - DESI 2021 – Dimensões

Fonte: Comissão Europeia.

Em contrapartida, Portugal está relativamente pior classificado nas dimensões Capital Humano e Integração das Tecnologias Digitais. O ranking é liderado pela Dinamarca, Finlândia e Suécia, que apresentam pontuações acima da média da UE-27 em todas as dimensões



consideradas.

Ilustração 39 - DESI 2021 – Pilares

Fonte: Comissão Europeia.

Capital Humano

A dimensão de Capital Humano do DESI procura avaliar o nível de preparação e competências digitais da população dos países em análise. Os indicadores selecionados para esta dimensão recaem sobre os diversos graus de competências digitais da população, desde as mais elementares às mais avançadas, assim como no predomínio de especialistas em TIC, quer no mercado de trabalho - com particular importância para a participação feminina - quer na formação profissional e de grau superior.

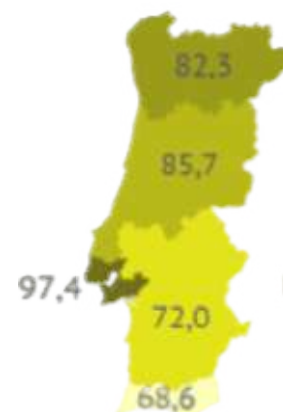
Relativamente à dimensão do capital humano, Portugal apresenta-se no 18º lugar entre os 27 países da UE — um progresso de três lugares comparativamente com o ano anterior, mas ainda aquém da média da UE. A percentagem de população portuguesa que não possui, pelo menos, as competências digitais básicas tem vindo cada vez mais a diminuir, aproximando Portugal da média europeia.

Em Portugal, o número de especialistas em TIC tem vindo a aumentar, mas representa ainda uma parcela inferior da população ativa comparativamente com a média da UE. Relativamente à percentagem de mulheres especialistas em TIC, Portugal tem evoluído positivamente e apresenta um valor superior à média da UE-27.

A percentagem de licenciados em áreas ligadas às TIC no conjunto total de licenciados também tem vindo a melhorar nos últimos anos, mas esta percentagem continua a ser muito baixa em relação à média da UE-27.

Conectividade

A dimensão de Conectividade do DESI tem como objetivo medir a disponibilidade, o nível de acesso e o grau de preparação da infraestrutura digital dos países em análise. De forma particular, esta dimensão encontra-se estruturada em torno de um conjunto de indicadores como sejam o nível adesão à banda larga fixa e móvel, a cobertura da banda larga rápida, a cobertura da rede fixa de capacidade muito elevada, a cobertura de rede móvel 4G, assim como o grau de preparação dos países para a adoção da rede móvel 5G ou o índice de preços praticados na banda larga.



Portugal ocupa o 15º lugar na dimensão de Conetividade do DESI 2021, apresentando uma boa adesão e velocidade (+100Mbps) na banda larga fixa, bem como uma boa cobertura da rede fixa de capacidade muito elevada, à frente dos valores registados na média da UE. Portugal apresenta ainda uma boa cobertura e adesão às bandas largas fixa e rápida, situando-se em valores semelhantes ao da média da UE. No que diz respeito à rede móvel 4G, Portugal atingiu um nível de adesão superior à média da UE.

Apesar de melhorias substanciais, Portugal continua atrás da média da UE no que diz respeito às taxas de adesão à banda larga móvel e encontra-se muito aquém da média da UE nos preços praticados na banda larga que são superiores à média da UE.

A performance de Portugal na dimensão de Conetividade foi particularmente afetada pelo desempenho verificado nos indicadores de preparação e cobertura 5G e pelo índice de preços da banda larga.

Integração das Tecnologias Digitais

A dimensão de Integração das Tecnologias Digitais procura medir a adoção de tecnologias digitais por parte das empresas europeias na condução da sua atividade. Esta dimensão integra um conjunto de indicadores que vão desde a intensidade digital à utilização de redes sociais, passando pelo comércio eletrónico, passando pelas formas de adoção digital mais avançadas como sejam a utilização de computação em nuvem ou a utilização de megadados.

Na dimensão de Integração das Tecnologias Digitais, Portugal está classificado no 17º lugar na UE, tendo obtido uma pontuação global inferior à média da UE-27.

Por outro lado, a percentagem de empresas portuguesas que partilham informações por via eletrónica, que utilizam as suas TIC para a sustentabilidade ambiental ou que usam a inteligência artificial comparam de forma muito positiva com a média das congéneres da UE.

Em termos de comércio eletrónico, nomeadamente no caso das PME, Portugal encontra-se acima da média da UE-27, e relativamente às vendas em linha transfronteiriças apresenta um valor semelhante à média dos estados-membros. Em contrapartida, a intensidade digital das PME, a utilização de redes sociais e de faturação eletrónica, e a utilização de tecnologias mais avançadas como megadados ou computação em nuvem que colocam Portugal abaixo da média da UE.



Serviços Públicos Digitais

A dimensão de Serviços Públicos Digitais procura medir a adoção de tecnologias digitais por parte das entidades públicas no seu relacionamento com os cidadãos e empresas. Esta dimensão baseia-se num conjunto de indicadores que tentam refletir esta realidade, seja através de dados sobre a disponibilização de formulários pré-preenchidos, sobre a prestação de serviços online a cidadão e empresas, ou sobre a disponibilidade de acesso a dados abertos.

Nesta dimensão, Portugal ocupa o 14º lugar entre os 27 Estados-Membros com uma classificação acima da média da UE. Na disponibilização de formulários pré-preenchidos e nos serviços públicos digitais para cidadãos e empresas Portugal encontra-se acima da média da UE-27.

O desempenho de Portugal na interação em linha entre os utilizadores da Internet e as autoridades públicas, não obstante o desempenho positivo, encontra-se abaixo da média do estados-membros da UE.

Finalmente, Portugal atinge 48% no indicador de maturidade dos dados abertos, comparativamente com a média da UE de 78%.

GLINTT - Global Intelligent Technologies, SA

A Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., é uma multinacional tecnológica de origem Portuguesa, emitente de ações, atualmente admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext de Lisboa. Encontra-se sediada em Portugal e opera em mais três países – Espanha, Brasil e Angola – totalizando mais de 1.100 colaboradores em todo o Mundo.

Com mais de 20 anos de experiência, a Glintt é uma empresa de referência na Península Ibérica em Consultoria e Serviços Tecnológicos. Através da inovação, pretende ajudar a transformar as organizações e melhorar a vida das pessoas.

É líder Ibérico no mercado de Saúde onde desenvolve, implementa e suporta um conjunto diversificado de produtos próprios para Hospitais, Clínicas e Farmácias. As suas soluções são utilizadas em mais de 250 Hospitais, 500 Clínicas e 14.000 Farmácias em Portugal, Espanha, Brasil e Angola.

Para o segmento de Farmácia Comunitária desenvolve ainda uma oferta completa de serviços que engloba consultoria, conceção e projeção de espaço de lojas, automação, infraestruturas e consumíveis.

Outro pilar de atuação é a consultoria tecnológica, através da sua marca **Nexllence**, promovendo a adoção e o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologias e infraestruturas emergentes para a Administração Pública e organizações de vários setores de atividade.

Mas não são apenas os mercados de Healthcare e Farmácia que contam com a Glintt. A tecnológica colabora com algumas das maiores e mais competitivas entidades públicas e privadas, presentes em vários países da Europa, na área dos Serviços Financeiros, Telecomunicações e Administração Pública, nas quais executa projetos transformacionais de elevada complexidade e serviços de gestão aplicacional e de infraestruturas.

A equipa da Glintt é uma combinação de fortes competências em Saúde com formação em Farmácia, Enfermagem, Biomédica, Tecnologia e Sistemas de Informação, Matemática e Gestão, garantindo aos clientes e parceiros de negócio o know-how necessário para responder aos seus desafios. A empresa acredita ainda que a ligação dos canais físicos e digitais, através



de uma experiência de utilização transparente e sem barreiras, é uma das chaves na retenção e captura de novos clientes.

Em resultado do compromisso com a excelência e o elevado investimento em I&D, promovido não só por iniciativas autónomas, como em parceria com universidades e consórcios internacionais, a Glintt orgulha-se de deter um notável portfólio de propriedade intelectual, reconhecido pelo Sistema Científico e Tecnológico Português e certificado por várias entidades nacionais e estrangeiras.



Fonte: Relatório de Contas Glintt – 2020

Enquadramento da Empresa

Oferta e Mercados

O **Modelo Operativo da Glintt** ambiciona estimular uma cultura empresarial “**Ser Maior**”, através de uma visão integrada da gestão comercial e de uma lógica **win-win / lose-lose** entre Mercados e Negócio. Este Modelo Operativo é do tipo Matricial com três Unidades transversais: **Nexllence, Glintt Solutions e Corporate Services Group**.

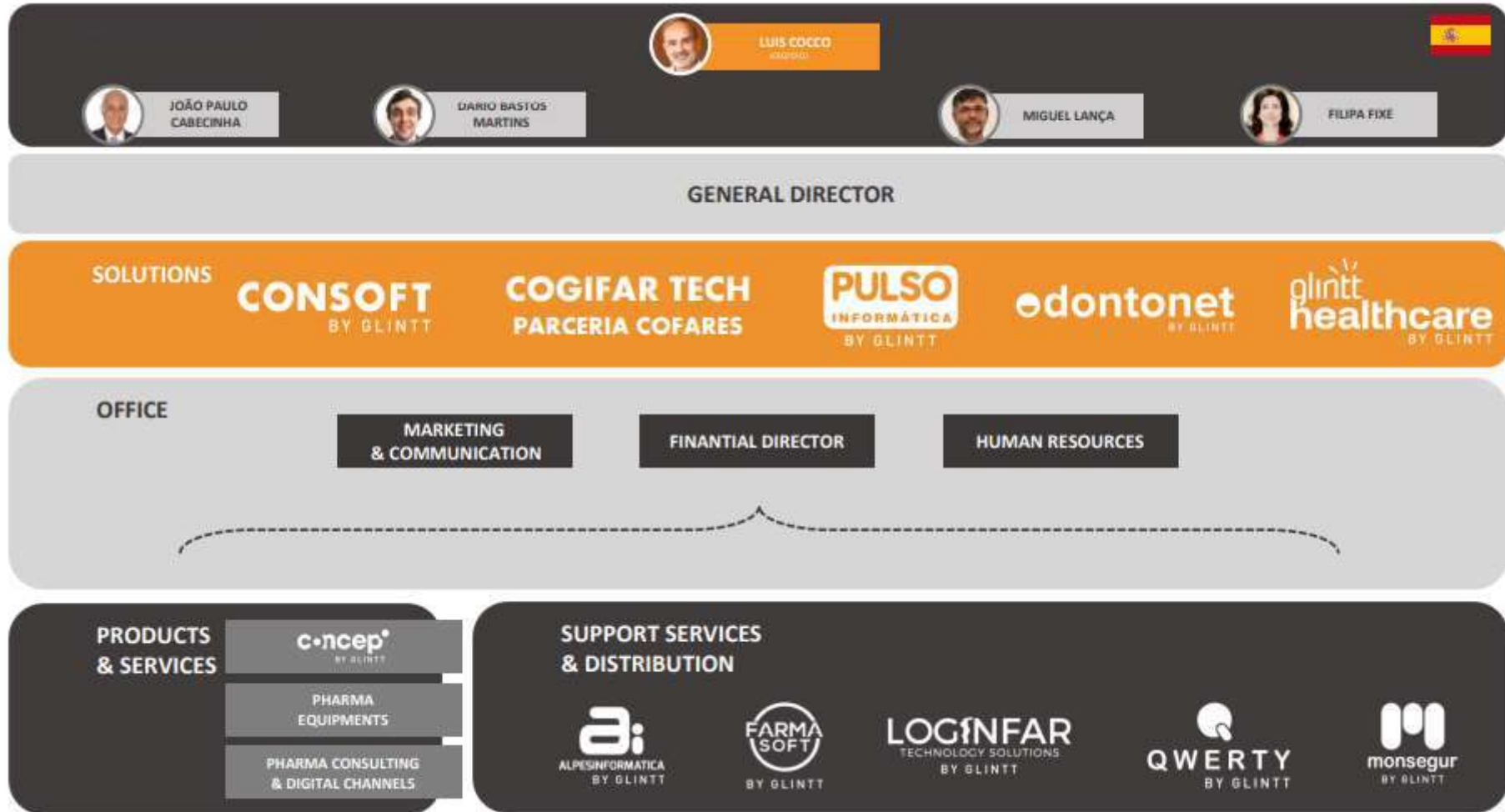
A matriz firma-se em dois eixos verticais numa vertente de negócio em Portugal, Espanha e Internacional, que figuram os mercados de atuação: **Healthcare e Pharma**, e quatro eixos horizontais que representam o Negócio/Oferta Glintt (**Business Consulting, Physical Design, Equipments & Automation e Support Services**). Este modelo permite um maior âmago em quatro fatores chave essenciais: **Pessoas | Inovação | Crescimento | Clientes**.

Por outro lado, a estrutura organizacional da Glintt garante a existência de **Unidades de Mercado**, com um foco eminentemente comercial, e **Unidades de Negócio** focadas ao nível da entrega de produtos, serviços e gestão da oferta. Este modelo pretende potenciar maior foco nas necessidades dos clientes e maior qualidade e eficácia na entrega dos seus produtos e serviços. Existem **Unidades Corporativas** que garantem o funcionamento dos serviços da Organização e uma melhor gestão e organização interna.

Estrutura Organizacional Portugal



Estrutura Organizacional Espanha



Âmbito de Atuação Internacional

Para dar suporte às operações em lançamento, possuem mais um eixo vertical, associado ao Internacional (geografias target, exceto Espanha). A venda é liderada por equipas afetas à geografia e o delivery é efetuado por equipas das **Unidades de Negócio**, sendo a gestão destas equipas suportada pelo Managing Director da Geografia.

Cada geografia tem um Managing Director que tem como principais responsabilidades o desenvolvimento de negócio nessa geografia e a gestão do orçamento de custos do escritório e da operação.

Unidades de Mercado

As Unidades de Mercado da Glintt estão divididas em Pharma e Healthcare numa vertente de negócio Ibérico (Portugal e Espanha) e encontram-se organizadas em duas grandes áreas: uma relativa à venda no mercado ibérico e uma segunda relativa à componente de Inovação e Desenvolvimento de Negócio.

Internacional

Associado ao Internacional (geografias target, exceto Espanha), a venda é liderada por equipas afetas à geografia e a entrega é efetuada por equipas das Unidades de Negócio, sendo a gestão destas equipas suportada pelo Managing Director da geografia.



Unidades de Negócio

As Unidades de Negócio estão divididas em **Business Consulting**, **Physical Design**, **Equipments & Automation** e **Support Services**. São responsáveis pela gestão de portfólio e gestão do serviço prestado ao cliente.

Negócio / Oferta	
Business Consulting	Prestação de serviços de consultoria de negócio, estratégica e operacional.
Physical Design	Gestão, desenho e conceção de layout e imagem de espaços físicos.
Equipments & Automation	Gestão de produtos ao nível da tecnologia digital e operação. Inclui também a gestão da logística e robótica .
Support Services	Prestação de serviços de suporte em aplicações e postos de trabalho, com um ponto único de contacto, de forma transversal a todos os clientes Glintt.

Nexllence

A **Nexllence** é uma marca, criada pela Glintt, para consolidar as competências de consultoria tecnológica e gestão aplicacional e de infraestruturas, corporizando o forte investimento que o Grupo Glintt tem vindo a efetuar neste domínio, nomeadamente nas chamadas tecnologias de nova geração, reforçando e criando soluções tecnológicas de excelência para as organizações que vão liderar o futuro digital.

Com matriz Ibérica, e focada no espaço Europeu, reúne atualmente capacidades únicas para ajudar as empresas no Pós-Covid, alinhando tecnologia e negócio e garantindo a competitividade das empresas, bem como um serviço de excelência aos cidadãos, por parte das entidades de administração pública.

Áreas de negócio envolvidas: Low-Code Application Development, Advanced Analytics, Middleware, Process Automation, Service & Application Management, Cloud Management, e Cybersecurity.



Esta nova entidade permite aos clientes maior racionalidade nos seus investimentos em inovação, criando fatores de diferenciação relevantes, através de novos modelos de negócio baseados na economia digital, maior eficiência das suas operações, maior produtividade dos seus colaboradores, num ecossistema digital e integrado de clientes e fornecedores, através do acesso a competências, altamente diferenciadas com formatos de entrega ajustados às suas necessidades, com experiência nos modelos full-fledge agile e output driven.

Corporate Services Group

As Direções Corporativas do Grupo estão organizadas em:

Digital Transformation:

Definir, implementar, manter e operar os sistemas de informação corporativos do Grupo ANF, garantindo a sua permanente atualização tecnológica e adequação às necessidades de negócio, suportando todo o processo de Transformação Digital do Grupo ANF e respetivas empresas / Áreas de Negócio.

CSO (Chief Security Officer):

- Promoção de um ambiente seguro e confiável e a melhoria contínua dos serviços prestados, através da dinamização das atividades na área da gestão de risco e segurança desenvolvidas em colaboração com todas as áreas e empresas do Grupo;
- Reforço e demonstração da segurança nos sistemas das Farmácias, fortalecendo a confiança dos utentes;
- Reforço da capacidade de controlo transversal a todo o Grupo;
- Reforço da capacidade de garantia de conformidade em todas as áreas e empresas do Grupo.

DMO (Data Management Officer):

- Caracterização dos dados existentes no ecossistema Sifarma, alargando posteriormente para outros softwares de Farmácia e de Hospitais;
- Definição dos conceitos de dados chave e caracterização dos seus atributos e origem. A análise foca-se nos conceitos de dados chave na saúde, independentemente de residirem em sistemas internos do Grupo ANF ou externos;



- Identificação de outros conceitos chave, e sua caracterização, que possam contribuir para a correta implementação de uma estrutura e indicadores-chave dos cuidados com a saúde baseados em valor (VBHC);
- Caracterização das atuais fontes de dados para os conceitos dicionarizados, identificação de possíveis medidas de melhoria e criação de iniciativas para sua concretização;
- Identificação de potenciais fontes de dados para dados inexistentes nos sistemas internos do Grupo ANF e implementação de medidas que conduzam à sua obtenção;
- Implementação de medidas de governação de dados que garantam a gestão dos conceitos de dados chave, a sua integridade, qualidade, disponibilidade, segurança e sua utilização legal e ética.

Marketing & Communication:

O âmbito de atuação da área de Marketing & Communication incorpora a comunicação interna, institucional, gestão de eventos Glintt e apoio ao nível do Marketing e Comunicação de produtos e serviços Glintt.

PMO (Project Management Officer):

- Gestão do portfólio de projetos de IT do Grupo, com o objetivo de garantir a realização dos projetos que permitem a prossecução da estratégia de IT do Grupo e o retorno do investimento realizado;
- Definição, atualização e gestão de processos de IT (AT e Grupo);
- Acompanhamento e análise de KPI's e níveis de serviço prestados aos Clientes, de modo a apoiar a melhoria contínua dos mesmos.

Corporate Services Glintt

As Direções Corporativas da Glintt estão organizadas em:

Human Resources

A Direção de Recursos Humanos tem como principais responsabilidades os seguintes âmbitos de atuação: Gestão de Carreiras, Recrutamento, Formação, Política Retributiva, Gestão da Performance e Desenvolvimento e Mobilidade.



Organizational Development

A Direção de Organizational Development atua em três vertentes: Organização e Processos, Compliance & Assurance e Melhoria Contínua.

Management Control

A Direção de Management Control é a ferramenta corporativa que monitoriza os objetivos operacionais e estratégicos da organização, auxiliando-a na tomada de decisão. Principais vertentes de atuação: planeamento, orçamentação, contabilidade analítica, medição e controlo de desvios, verificação de indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação do desempenho das Unidades e relatórios de controlo orçamental.

Economic and Financial

Collections and Credit Control: atua essencialmente na garantia de que a organização concede crédito apenas aos clientes que apresentam indicadores de que cumprirão as suas responsabilidades para com o Grupo, onde se inclui a aprovação e atribuição de créditos e de limite de crédito. Efetua os contactos com os clientes para cobrança dos valores em dívida, de modo a garantir que não haja atrasos significativos nos recebimentos. Efetua também a análise das moras mais significativas, encaminhando estes casos, quando necessário, para o Departamento Jurídico.

Banks and Treasury: inclui essencialmente o controlo do cash flow do Grupo, garantindo uma boa gestão entre as cobranças e os pagamentos a fornecedores, colaboradores e outras entidades. Efetua a gestão dos diversos produtos financeiros, com vista ao controlo dos níveis de endividamento do Grupo. Relacionamento com as diversas entidades bancárias.

Gabinete de Apoio à Comissão Executiva

O Gabinete de Apoio à Comissão Executiva atua em três vertentes: Secretariado de Administração, Gestão de Correspondência e Gestão de Serviços Externos.

Business Performance & Risk Analysis

Monitoriza o desempenho da organização com o objetivo de avaliar os riscos do



negócio e atuar sobre:

- As ameaças à rentabilidade e liquidez das Unidades de Negócio;
- O desenho e implementação de ferramentas de controlo e mecanismos de medição de performance;
- A implementação de práticas de Revenue Assurance;
- As atividades de Controlo Interno, com vista a supervisionar a gestão do risco e apurar a fiabilidade na produção de informação e tratamentos de dados críticos para o negócio;
- A execução de assessments de natureza financeira e/ou operacional ao negócio, para suporte à tomada de decisões de gestão.

Glintt Solutions

Divide-se em três grandes áreas:

Pharma Solutions

A Unidade de Pharma Solutions é responsável pela gestão, arquitetura e desenvolvimento de soluções próprias do Mercado Pharma, que engloba essencialmente as Farmácias, sendo prioridade desta equipa pensar e conceber espaços de saúde e bem-estar, onde a arquitetura comercial e a rentabilidade coexistem com as novas tecnologias. A equipa Pharma pensa e executa as Farmácias de hoje, tornando-as nas Farmácias do futuro. Líder a nível internacional em soluções globais para espaços de saúde, a oferta deste mercado inclui nomeadamente projetos de Arquitetura, Construção, Obras, Robótica e Imagem, fornecimento e manutenção de Software e Hardware.

Inov

A **Innovation** atua como uma plataforma de inovação, promovendo a geração de ideias, desenvolvimento de conhecimento e apoiando projetos que possam ter um impacto disruptivo na forma como o ecossistema alargado da saúde atua, promovendo uma melhoria sustentável da qualidade de vida das pessoas.

Atua essencialmente em 3 áreas:

- Funding – responsável pelo apoio aos líderes de projeto na identificação de fontes de



financiamento, na manutenção de um relacionamento regular com entidades que apoiem projetos de R&D e no apoio na elaboração de candidaturas a programas de financiamento;

- Business Development – apoia no desenho do modelo de negócio, identifica mercados e canais que potenciem clientes alvo, assim como opções de desenvolvimento que maximizem a geração de valor para os promotores;
- Marketing – responsável por dar a conhecer o impacto que o projeto tem na comunidade, atraindo talento e garantindo a notoriedade necessária para atingir os objetivos definidos.

Healthcare Solutions

A Unidade Healthcare Solutions divide-se em:

📌 **Globalcare** – Os principais objetivos são:

- Redução de Problemas;
- Melhoria da Qualidade;
- Libertar Capacidade para a Inovação;
- Processo e Metodologia.

📌 **Operações** – Os principais objetivos são:

- Visão Integrada das Operações;
- Reforço nos Processos de Qualidade;
- Reduzir Tempo de Resolução;
- Análise da Causa Raiz;

📌 **Delivery** – Os principais objetivos são:

- Âmbitos bem fechados;
- Responsabilidade técnica até ao fecho do projeto;
- Entregar Valor ao Cliente;
- Qualidade da Entrega e reduzir “Retrabalho”;

Engloba quer o setor público quer o privado e abrange todas as unidades de saúde, clínicas, unidades de cuidados continuados e domiciliários, entidades pagadoras e tutela. Com mais de 20 anos de experiência, a Glintt possui um vasto conhecimento do mercado, o qual - aliado à relação de credibilidade e de confiança construída com os seus parceiros - lhe permite



compreender o que é relevante e transformar o conhecimento em soluções sustentáveis e de valor para as organizações.

Contribuir com inovação tecnológica para liderar a transformação digital com as organizações, sempre com o foco nas pessoas e na melhoria do bem-estar da sociedade global em que vivemos.

Missão

Liderar a transformação digital, com foco nas pessoas e no bem-estar da sociedade global.

Visão

Com inovação tecnológica, transformar as organizações e melhorar a vida das pessoas.

Valores

Superação | Inovação | Ética | Sustentabilidade

Cultura e Valores

- Talento / Conhecimento – aposta no talento e na especialização do conhecimento dos colaboradores como premissas chave para a execução de soluções de excelência.
- Mudança / Melhoria Contínua – acredita na revisão e melhoria contínua dos processos como premissas chave para a promoção do aumento da produtividade e competitividade da nossa organização.
- Confiança / Proximidade – acredita em relações duradouras assentes em confiança e proximidade, quer junto dos acionistas, quer junto dos demais stakeholders com quem colaboram.
- Iniciativa / Inovação – agem com iniciativa e inovação para atribuir valor às áreas em que atuam.

Objetivos e Estratégia

A Glintt pretende ser reconhecida como empresa líder, junto dos clientes de referência, inovadora, sustentável e socialmente responsável, mediante cumprimento e prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

- **Foco no cliente** – investindo cada vez mais na comunicação e posicionamento junto dos clientes.
- **Sustentabilidade** – investindo em modelos de negócios que permitam crescimentos sólidos e com atribuição de valor para os diversos stakeholders, garantindo robustez do balanço.
- **Competitividade e eficiência** – garantindo a utilização eficaz e eficiente dos recursos, com vista à maximização da competitividade da organização e maximização do resultado operacional.
- **Previsibilidade e controlo de risco** – introduzindo ferramentas e medidas claras de forma a efetuar a adequada gestão e controlo de risco operacional, diminuindo o grau de incerteza e aumentando níveis de previsibilidade dos resultados.

Inovação e Empreendedorismo

A Inovação e o espírito crítico fazem parte dos valores core das pessoas da Glintt: este é o desafio que todos os dias procuram dinamizar junto das suas equipas, para que no desenvolver dos diferentes projetos sejam utilizadas todas as competências e para que nunca fique uma solução por explorar. Só o melhor é suficiente!

Por isso, mantêm o compromisso para com a Inovação e o Empreendedorismo, que compreende as seguintes vertentes:

- Incentivar a procura ativa e a partilha de conhecimento com vista à inovação tecnologicamente eficiente;
- Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento pessoal, em que todas as pessoas são convidadas a participar e partilhar a sua experiência em prol dos projetos dos nossos clientes;
- Participar ativamente em projetos de investigação na área das Tecnologias de Informação, quer ao abrigo de iniciativas nacionais, quer internacionais.

Nos últimos 2 anos a Inovação esteve bastante presente de forma transversal nas nossas vidas, nas organizações, em todas as tarefas, processos e em todos os projetos. Foi um desafio à escala global, não só pela Pandemia da COVID - 19, mas também pelo impacto causado nas nossas vidas, quer a nível pessoal, quer profissional.

Mantêm também o compromisso para com a Inovação Interna da Glintt e adotaram o conceito de “Inovação Colaborativa”, através da exploração de parcerias com várias entidades externas que permitiu:

- a elaboração de candidaturas a programas de financiamento público, com diferentes parceiros institucionais, empresas e faculdades;
- a submissão de ideias no Portal Inov;
- o processo de aceleração de Startups na Glintt;
- o financiamento público para projetos de inovação.

Em 2020, por exemplo, foram lançados e/ou acompanhados, 7 novos projetos, onde se inclui o desenvolvimento de um Chatbot para o Sistema Sifarma (projeto EVA), o Game4Life, uma plataforma de adesão à terapêutica com recurso a técnicas de Gamificação, o Knowlogis, um projecto financiado construído em copromoção com o INESC-TEC sobre eficiência na logística e recursos hospitalares com base em Inteligência Artificial, o PharaOn, uma plataforma de monitorização e registo de prestação de cuidados ao domicílio, o WoW, bioadesivos de monitorização de sinais vitais em ambiente hospitalar, o Sifarma.Where, um aplicativo de venda mobile em farmácia e o H2Farma, uma App de ligação entre o ambiente hospitalar e o ambiente farmácia, no âmbito dos medicamento de dispensa exclusiva em ambulatório hospitalar.

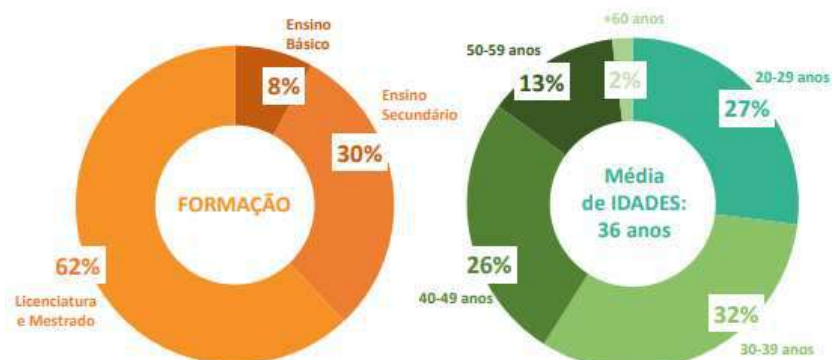
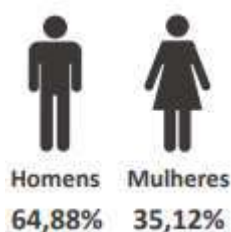
O projeto EVA constituiu a primeira Startup que nasceu no seio do processo de inovação da Glintt. Este, foi assim, o ano em que se afirmaram como o “Hub de Open Innovation na área de Digital Health”.

Principais Indicadores

Resultados



Colaboradores



Sites



Centros de I&D de Software



Projetos



A GLINTT atua principalmente em 4 grandes áreas que são:



Onde cria e desenvolve todo o seu negócio em Portugal.

Pharma Portugal

Para o segmento de Farmácia Comunitária desenvolvem uma oferta completa de serviços, que engloba Soluções Tecnológicas, Consultoria, Conceção e Projeção de Espaço de Lojas, Automação, Infraestruturas e Consumíveis.

Acompanham diariamente as Farmácias no seu objetivo de serem uma rede de cuidados de saúde de proximidade, ao mesmo tempo que lidam com desafios de gestão e de sustentabilidade económico-financeira. É prioridade para a Glintt conceber, em conjunto com as Farmácias, espaços de saúde e de bem-estar, onde a arquitetura comercial e a rentabilidade coexistem com as novas tecnologias. O objetivo é estarem cada vez mais próximos das Farmácias e continuarem a ser o seu parceiro de negócio, numa ótica de 360º.

Assim, mais do que uma escolha entre o físico e o digital, o desafio é ajudar as Farmácias a integrar soluções e a potenciar sinergias. Será essencial adaptar o espaço físico para otimizar a experiência de consumo e de como esta se estende para o digital, através de uma transformação tecnológica. Treinam as equipas para pensar e executar as Farmácias de Hoje, tornando-as nas Farmácias do Futuro!

VISÃO

Com inovação tecnológica,
transformar as Farmácias
e melhorar a vida das pessoas.



COMPROMISSO

PROXIMIDADE | EFICIÊNCIA | QUALIDADE

MISSÃO

Conceber, em conjunto com as
Farmácias, espaços de saúde e bem-
estar, onde a **arquitetura comercial**
e a as **novas tecnologias** contribuem
para a **rentabilidade** do negócio.

Esta área de negócio conta com cerca de 280 colaboradores, e uma Equipa Pluridisciplinar: Gestores de Cliente; Consultores de Negócio; Gestores de Produto; Arquitetos e Designers; Gestores de Projeto e Pós-Venda; Técnicos de Assistência; Business Support.

2021 em Números:

- + 740 Farmácias Consultoria”Adjustt”;
- +2 400 Farmácias Software Sifarma;
- +15 000 equipamentos (de informática) instalados;
- +1 100 equipamentos instalados (ex: Cashlogy, Balança, g-Counter, Termohigrómetro...);
- +300 intervenções de obra e novas instalações;
- +26 projetos de robótica ROWA.

Posicionamento

OFERTA 360º

Portfólio alargado de soluções com impacto direto no negócio dos nossos clientes – Áreas: Negócio, Projetos, Equipamentos, Consumíveis, Software e Hardware e respetivo suporte técnico.

PORTFÓLIO ALINHADO À CUSTOMER JOURNEY

Soluções pensadas para potenciar a experiência do consumidor no espaço da Farmácia, com vista à potenciação da venda e profissionalização do serviço farmacêutico.

COMPLEMENTARIDADE DE SOLUÇÕES

Soluções integradas para potenciar a operação, a logística, a gestão e a rentabilidade do negócio. Ex. Obra + Consultoria + Robótica + Equipamentos



INOVAÇÃO

Procura permanente em desafiar o Mercado para novas soluções e tendências de mercado.

Objetivos 2022

Posicionar a Proposta Global – Visão 360º

Promover o cross-selling de soluções com vista a aumentar o footprint de produtos no Mercado. Potenciar o fator diferencial enquanto única empresa no Mercado com capacidade para entregar soluções para todas as necessidades tecnológicas e operacionais das Farmácias.

Exemplo: Unplugged | Balcão Móvel

DESAFIO:

A criação de um balcão móvel surgiu na sequência da evolução e reinvenção que tem acompanhado a transformação digital das Farmácias e as novas exigências dos consumidores. Associar o conceito de livre serviço ao aconselhamento profissional dos Farmacêuticos, sem a barreira física do balcão, que está sempre no mesmo sítio e não permite uma maior proximidade e um trabalho em conjunto de quem está a prestar aconselhamento e que está preocupado se as necessidades dos utentes são preenchidas. Resolver a falta de acompanhamento e movimentação da pessoa na Farmácia.

SOLUÇÃO:

Trata-se de um posto de trabalho com mobilidade e autonomia, que pode ser utilizado em qualquer sítio dentro da loja.

- Balcão de apoio a campanhas;
- Definição de fluxos alternativos de circulação;
- Balcão para renting em Farmácias com picos sazonais;
- Noites de Serviço - Postigo - Balcão mais cockpit alargado;
- Ilha para apoio ao livre serviço - criação de nova centralidade dentro da zona de atendimento;
- Piloto - teste das zonas ideais para novo layout e localização dos balcões fixos;
- Apoio temporário ao Gabinete do Utente;
- Apoio à entrada de grandes encomendas;



- Farmácias com espaço limitado - alternativa a balcão adicional fixo;
- Transferência de posto entre Farmácias do mesmo grupo de acordo com a respetiva necessidade.

BENEFÍCIO:

- Maior rapidez durante todo o atendimento;
- Maior flexibilidade;
- Redução do tempo de espera dos utentes;
- Proximidade entre utentes e Farmacêuticos torna-se ainda mais estreita;
- Atendimento mais personalizado;
- Redução de custos, na medida em que a criação de mais postos fica facilitada;
- O projeto-piloto vai permitir o aperfeiçoamento do balcão, como por exemplo com o aumento do tamanho das rodas ou com a colocação de uma pega para facilitar ainda mais a deslocação;

Healthcare

São líderes Ibéricos no mercado da Saúde onde desenvolvem, implementam e suportam um conjunto diversificado de soluções especializadas para Hospitais, Clínicas e Farmácias Hospitalares.

Mais de 430 Hospitais e 600 Clínicas em Portugal e Espanha utilizam as soluções GLINTT, que respondem aos requisitos críticos de todos os serviços de uma unidade hospitalar: desde a admissão do utente, da prescrição ao registo de atos e medicamentos, até à relação do utente com a unidade de saúde a partir da sua residência.

Têm reforçado as nossas competências em áreas que consideram chave para uma eficaz transição digital na Saúde, tais como a Interoperabilidade de Sistemas de Informação, Cibersegurança, Proteção de Dados, Integração de Sistemas de Informação na Saúde, Gestão do Medicamento e Nutrição Hospitalar.

Para tal, têm apostado em parcerias com empresas de referência no mercado da Saúde. Em Portugal com a HealthySystems (transformação digital em Saúde com competências nas áreas de Interoperabilidade de SI, Cibersegurança e Proteção de Dados) e em Espanha com a FarmaTools (soluções digitais para a Gestão de Farmácia Hospitalar).

A tecnologia permite ao cidadão ter o poder e a perceção de controlo sobre a sua jornada terapêutica, capacitando-o para a gestão ativa da sua saúde. Simultaneamente, disponibiliza aos profissionais de saúde o conhecimento imprescindível para a prestação de cuidados de saúde de qualidade, potenciando uma relação de proximidade com o cidadão.



A HEALTHCARE Portugal em números



- +250 Hospitais e Clínicas;
- +10 000 Médicos;
- +1 000 000/mês Prescrições de Medicamentos;
- +1 000 M€/ano Faturação;
- +350 000/mês Pedidos de Exames;
- +525 000/mês Notas Clínicas.

A HEALTHCARE Espanha em números



- +180 Hospitais e Clínicas;
- +60 000 Doentes/Dia Doente Servidos/Dia;
- +1 000 000/mês Prescrições de Medicamentos;
- 2 Produtos FarmaTools | DietTools.

Oferta HEALTHCARE

DECISÃO

Apoiar o cliente na transformação e evolução dos seus processos tecnológicos através de consultoria de negócio. Potenciar a Informação dos clientes através de Business Analytics/Algoritmos.



INOVAÇÃO

Uma nova solução que potencia o ecossistema de soluções de saúde focada em 3 pilares, o apoio à decisão clínica, a informação certa no momento certo e a mobilidade dos profissionais de Saúde.



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Capacitar as Unidades de Saúde de sistemas de gestão clínico-hospitalares para suporte à transformação tecnológica dos processos de negócio com foco na segurança do doente e na decisão assistida.



SEGURANÇA

Entregar aos clientes soluções de Segurança e Interoperabilidade entre sistemas de saúde.

Exemplo: APP Mordomo Digital | Reconhecimento de Voz

DESAFIO:

Um dos principais desafios tem sido garantir que a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) acompanha a designada transformação digital, ou seja, que consegue tirar partido das novas tecnologias para satisfazer as necessidades de todas as partes interessadas, quer sejam externas ou internas. Neste contexto, a SCMP tem apostado em iniciativas como o desenvolvimento da APP do Médico em conjunto com a Glintt, com aplicação de alguns dos

aceleradores de inovação, nomeadamente o reconhecimento de voz devidamente integrado.

SOLUÇÃO:

A solução Mordomo Digital é uma APP Móvel que visa simplificar a atividade clínica com garantia de registo da informação com segurança no doente certo, recorrendo a mecanismos de reconhecimento de voz para o diário clínico de internamento com acesso à informação em tempo real de dados de suporte e à prestação de cuidados clínicos.

BENEFÍCIO:

Redução do risco de diagnósticos errados, mediante acesso imediato ao Processo Clínico Eletrónico AnyWhere, AnyTime.; visão 360º do utente com otimização da interação direta com o utente; processo de registo de dados mediante recurso a algoritmos de voice to text recognition, maior agilidade com redução dos tempos de registo dos dados de suporte à prestação de cuidados de saúde dos episódios clínicos dos utentes.

Nexllence

A Nexllence surge da evolução de duas unidades de negócio (consultoria aplicacional e infraestruturas), que atuam em áreas tecnológicas de grande especialidade. Uma marca que alinha tecnologia e negócio, garantindo a competitividade das empresas e o foco na sua transformação digital.

Oferecem aos clientes um conjunto muito abrangente de competências e com inúmeras certificações de qualidade, para os seus desafios de digitalização. O compromisso, para com as empresas que confiam na GLINTT, obriga a estar em contacto muito próximo com os fabricantes de software especializado. Em Low Code, trabalham com a OutSystems. Em Desenvolvimento Aplicacional, com a Microsoft e a Oracle. E em Analytics, trabalham com soluções de Inteligência Artificial.

Em todas estas tecnologias são altamente reconhecidos no mercado como uma consultora de aceleração de negócios da era digital e acreditam que são um ator decisivo no ecossistema da inovação e da transformação digital dos clientes.



Nexllence em números

- +90 Clientes em Portugal e Espanha
- 5 Linhas de oferta e 5 competências tecnológicas
- 5 setores de atuação: Serviços Financeiros | Utilities | Administração Pública | TELCO | Indústria
- 240 Projetos em Portugal | Benelux | Espanha | França ~
-
- Exemplo: CHAVE MÓVEL DIGITAL | AMA (PUBLIC ADMINISTRATION)

DESAFIO:

Libertar os cidadãos da necessidade de usar um leitor de cartões sempre que precisarem de se autenticar nos serviços online da Administração Pública ou assinar digitalmente um documento.

SOLUÇÃO:

A Chave Móvel Digital (CMD) é um projeto da Glintt em co-parceria com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA). É uma forma simples e segura de autenticação em vários sites públicos e privados, apenas com um número de telemóvel e um PIN de 4 a 8 dígitos. Possibilita a realização de inúmeros serviços online - para cidadãos e empresas - mas também a assinatura de documentos PDF entre outros formatos.

No site Autenticação.Gov explicamos como fazer. Também pode usar a App "Autenticação.GOV". A solução CMD foi a grande vencedora dos Portugal Digital Awards 2018 na categoria Best Digital Transformation, em 2018.

BENEFÍCIO:

Principais serviços para cidadãos: Todos os serviços do Portal de Cidadão, do Portal das Finanças, do Portal da Saúde e da Segurança Social Direta, Registo Criminal Online, renovação da Carta de Condução, Escola 360 e pedido de Certidões de Registo Civil.

Principais serviços para empresas: Todos os serviços do Balcão do Empreendedor, criação e Registo de Empresas, Marca na Hora, Certidão de Registo Comercial, Estabelecimentos Comerciais e Industriais, Registo de Alojamento Local e Mediação Mobiliária.

Pharma Espanha

Em Espanha oferecem soluções de software para Hospitais, Farmácias e Clínicas Dentárias e reafirmam o compromisso de desenvolver ferramentas e sistemas para melhorar a saúde de todos. O vasto conhecimento do mercado e a relação de credibilidade e de confiança construída com os parceiros permite à GLINTT compreender o que é relevante e transformar o conhecimento em soluções sustentáveis e de valor para as organizações.

Garantem uma cobertura nacional das mais de 12 000 Farmácias, que funcionam com os softwares GLINTT e têm um acompanhamento diário através da rede de distribuidores.

É através da oferta adaptada de 360º, dividida pelas áreas de Software, Reformas e Design, Consultoria e Serviços, e Equipamentos, que conseguem ajudar os clientes no cumprimento dos seus objetivos de negócio, bem como no seu percurso rumo à transformação digital. Estar a par das suas necessidades é essencial para a GLINTT, no desenvolvimento de ferramentas e sistemas que permitem fazer crescer o negócio dos clientes. Hoje em dia, oferecer ao cliente uma melhor experiência de compra e um melhor serviço é a chave para fidelização e atração de novos clientes.

Oferecem a possibilidade de implementar ferramentas e soluções para melhorar a gestão das Farmácias e Clínicas Dentárias. Co-criam com os clientes, espaços e negócios mais rentáveis, funcionais e tecnológicos.

Pharma Espanha e Clínicas em números



11 Empresas

Farmasoft:	Concep
Qwerty	Cogifar
Alpes	Glintt Espanha
Informática	Odontonet
Monsegur	Pulso
Loginfar	Consoft

70 Distribuidores

glintt | 360°



glintt | 360°



COGIFAR JV 50/50 Glintt-Cofares

A COGIFAR nasce em 2019 como uma PLATAFORMA TECNOLÓGICA, fruto de uma joint venture entre a Glintt e o Grupo Cofares. A missão é acelerar a transformação digital das Farmácias, através da ligação entre os serviços e os softwares de gestão de Farmácia.

wolcare

A Wolcare consolida um produto totalmente integrado no ERP da Farmácia e interligado com o restante ecossistema, expandindo a omnicanalidade dos serviços. Os benefícios passam por uma melhoria do nível de serviço da Farmácia e dos diferentes intervenientes, assim como de uma homogeneização e centralização do atendimento, aumentando o nível de atenção ao cliente. O objetivo é criar novos canais de comunicação e serviço entre os vários stakeholders e o cliente, enriquecendo sempre o valor da Farmácia como elemento central nesta relação.

O Employee Experience e o Plano para a Igualdade de Género 2021/2022

Com o objetivo de assegurar uma representação equilibrada nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades cotadas em bolsa e de promover uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, foi publicada, no dia 1 de agosto de 2017, a Lei n.º 62/2017.

Este diploma determina que as empresas devem elaborar planos anuais para a igualdade, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Considerando a importância do contributo de todas as organizações rumo a uma sociedade democrática e inclusiva, a GLINTT GIT SA – GLINTT Global Intelligent Technologies, SA, incorpora os princípios da diversidade e igualdade de género no seu dia a dia.

Assim, e em cumprimento do determinado pelo Despacho Normativo n.º 18/2019 de 21 de junho, especialmente no seu artigo 4.º, com base no Guião para a elaboração do Plano de igualdade publicado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE), a GLINTT reviu o seu Plano de Igualdade, para os anos de 2021/2022.

O presente plano abrange todas as sociedades integralmente detidas, direta ou indiretamente pela GLINTT GIT SA e apresenta de forma global a sua estratégia, diagnóstico e ações implementadas e/ou em curso.

Estratégia GLINTT

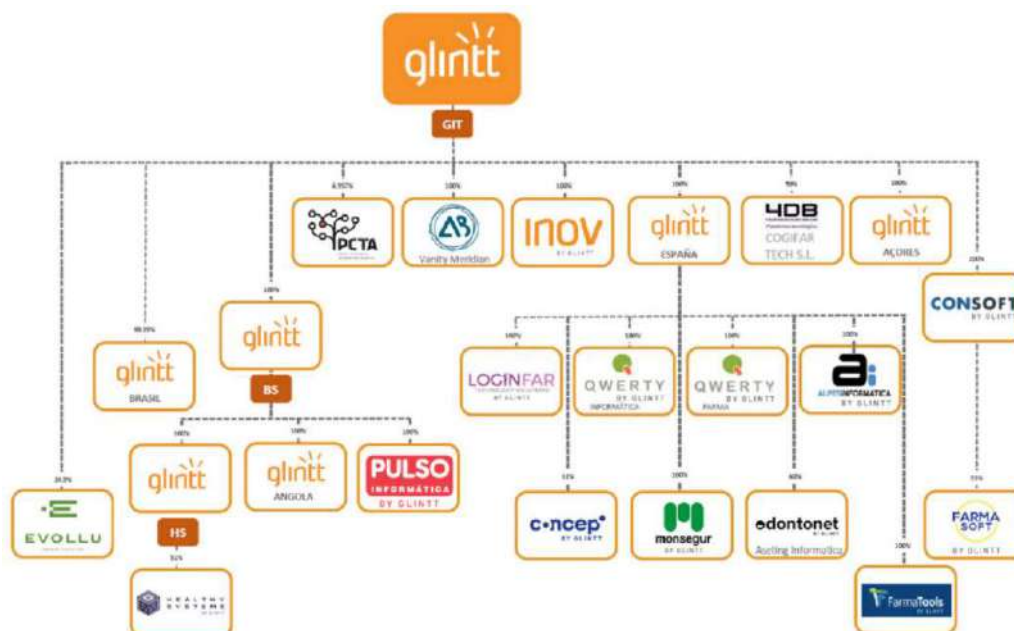
A GLINTT conta com mais de 1100 pessoas (colaboradores e colaboradoras, doravante designadas por Glintters), que operam a partir de 10 escritórios em Lisboa, Porto, Coimbra, Açores, Madrid, Barcelona, Valência, San Sebastián, Dénia e Luanda.

Resultado do compromisso com a excelência e significativo investimento em I&D em parceria com universidades líderes e em consórcios internacionais, e nas empresas do Grupo, detêm um notável portfolio de propriedade intelectual, já reconhecido como parte do Sistema Científico e Tecnológico Português e certificado por várias entidades nacionais e internacionais

que escolhe a Glintt como parceira de negócios.

Estrutura empresarial do Grupo GLINTT

Atualmente, o Universo GLINTT conta com mais de 20 empresas (detidas pela holding Global Intelligent Technologies SA), localizadas em diferentes Países.



Foco

Mantêm o foco nos seguintes vetores:

- Pessoas;
- Clientes;
- Inovação;
- Crescimento.

No que respeita às Pessoas, destacam-se alguns dos principais projetos desenvolvidos:

Academia Glintt

A Academia GLINTT teve início em 2016 e promove o recrutamento de mais de 50 jovens talentos por ano. O projeto desenvolve-se ao longo de 12 meses, durante os quais, cada trainee adquire competências direcionadas à sua função, e integra planos de desenvolvimento individuais. Deste modo a GLINTT promove profissionais de topo.

Real Summer Trainees

O projeto “Real Summer Trainees” é o programa de Estágios de Verão da GLINTT e foi criado com o objetivo de proporcionar uma primeira experiência de trabalho aos jovens estudantes e finalistas universitários.



Academia de Liderança

Projeto de formação e desenvolvimento de líderes, que passa pela criação e promoção de um programa destinado aos Glintters com funções de chefia, e cujo objetivo é dotar os participantes de ferramentas para liderarem as suas equipas.

Plano de Formação Comum

O desenvolvimento contínuo de competências é um pilar estratégico na gestão de recursos humanos. A política da GLINTT nesta área assenta em promover a formação e o desenvolvimento de todos, com base numa cultura de evolução e crescimento sustentado a nível profissional e pessoal. Apostar nas competências técnicas, nas comportamentais, na formação de líderes e gestores ou na capacitação tecnológica das equipas, são apenas alguns exemplos que caracterizam a cultura de desenvolvimento de competências da GLINTT.

GLINTT Women Tech Talks

As GWTT surgem da vontade de dar a conhecer histórias e experiências inspiradoras e de sucesso, em contexto corporativo, proporcionando momentos de networking e de maior descontração entre os colaboradores e colaboradoras. Estes eventos tiveram



início em março de 2020 e ocorrem trimestralmente desde então.

Esta iniciativa também contribui para a promoção diária da igualdade de oportunidades, progressão e conciliação com a vida pessoal de todos o nosso Universo.

Participação no projeto "WE Health - Empowering Women Entrepreneurs in Health Innovation"

Entre 2019 e 2021 a Glintt participou na realização de eventos no âmbito do projeto "WE Health - Empowering Women Entrepreneurs in Health Innovation", financiado pelo EIT Health.

O EIT Health é um consórcio europeu que reúne parceiros da área da saúde, por sua vez, o WE Health - Empowering Women Entrepreneurs in Health Innovation é um programa estratégico do EIT Health com o objetivo de desenvolver atividades de mentoria focadas na resolução das necessidades específicas das mulheres e na criação de um espaço à promoção da capacidade de liderança das mulheres.



Programa UQUIO



O programa Uquio, lançado em janeiro 2020, tem como objetivo tornar a vida dos Glintters mais simples, para que possam viver melhor o seu dia-a-dia através da promoção de dicas em diversas áreas pessoais (alimentação, relaxamento, movimento, desenvolvimento, envolvimento e pensamento).

Estes programas são comunicados internamente além do que estão disponíveis a todos os colaboradores na intranet corporativa e via aplicação móvel.

Diagnóstico

Para a realização do diagnóstico na GLINTT foram considerados os seguintes contributos:

- Guião para elaboração dos planos de igualdade anuais, disponibilizado pela CITE;
- Dados resultantes da avaliação de clima organizacional;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Monitorização dos indicadores de referência no âmbito;
- Recomendações decorrentes da análise da CITE ao plano publicado em 2020.

A elaboração do Plano assenta num conjunto de diferentes iniciativas por meio de uma equipa multidisciplinar (integrada por elementos de vários níveis de responsabilidade e de distintos departamentos) e considerou os objetivos já em vigor na GLINTT, desde já vários anos, e que por isso já integram naturalmente a nossa cultura diária e de melhoria contínua.

Caracterização do Universo GLINTT

Sabemos que o capital humano é uma das peças fundamentais para o sucesso das organizações. E é por isso que alicerçamos a nossa atividade numa cultura empresarial onde cada Glintter funciona como um empresário(a), que absorve a missão e os objetivos confiados e colabora diretamente com uma equipa de Técnicos(as) e Consultores(as), dedicados(as) ao sucesso dos projetos que desenvolve.

Atualmente contamos com cerca de 1.100 Glintters com uma estratégia de expansão bem definida no Mercado Internacional.

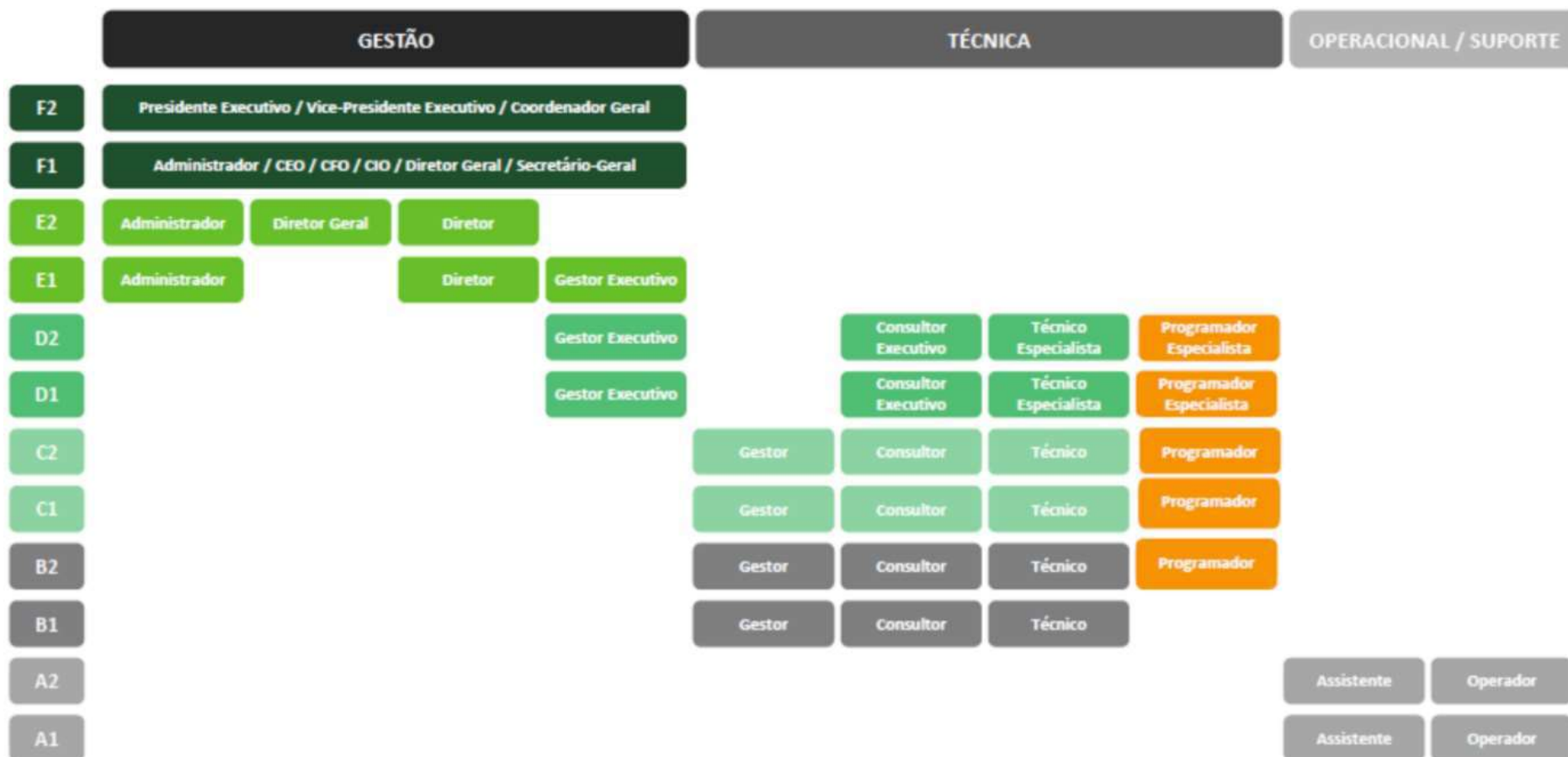


Não são reconhecidos comportamentos discriminatórios na nossa organização, em especial, com base na raça, etnia, género, idade, incapacidade física, orientação sexual, opiniões políticas ou convicções religiosas. É compromisso de todos os colaboradores e colaboradoras:

- Respeitar a dignidade e a diversidade da pessoa;
- Não pactuar com quaisquer comportamentos de assédio ou discriminatórios, em particular, no momento de entrevista e recrutamento, no acesso à formação, na progressão ou na avaliação e aquando da cessação do vínculo laboral;
- Tratar cada individuo com justiça e igualdade de oportunidades, com preocupação em fomentar o seu desenvolvimento profissional e pessoal, com incentivo à participação ativa e participação em programas de formação;
- Adotar métodos de avaliação justos, claros e rigorosos que deverão ser previamente divulgados aos seus destinatários.

Modelo de Carreiras:

O Modelo de Carreiras da GLINTT consiste em 12 Job Grades (A1 a F2), 3 percursos de carreiras (Gestão, Técnica e operacional/Suporte) e 19 designações funcionais:



Descrição dos Job Grades (F2-A1):

F2	Job Grade F	Funções com poder de definição da Missão, Visão e objetivos do Grupo com responsabilidades e atividades ao nível mais estratégico da organização.
F1		
E2	Job Grade E	Funções com poder de decisão e divulgação da visão e objetivos do Grupo com poder de negociação e influência, autonomia, planeamento e organização.
E1		
D2	Job Grade D	Funções que compreendem o planeamento, execução, implementação e supervisão da atividade ao nível da coordenação e gestão de equipas e recursos. Atuam diretamente nos resultados do Grupo e são determinantes para o funcionamento da estrutura intermédia da empresa.
D1		
C2	Job Grade C	Funções com execução de tarefas técnicas. O Exercício destas funções requer conhecimentos técnicos, operacionais e resolução de problemas no âmbito da execução de rotinas e conhecimentos genéricos da área.
C1		
B2	Job Grade B	Funções que implicam iniciativa e disponibilidade, flexibilidade e capacidade de adaptação a mudanças. O exercício destas funções assenta, geralmente na execução de rotinas, procedimentos de suporte ao negócio e conhecimentos genéricos da área.
B1		
A2	Job Grade A	Funções de execução e/ou suporte às atividades regulares, com uma natureza técnico-administrativa e operacional.
A1		

Caracterização Global da diversidade de género do Universo Glintt:

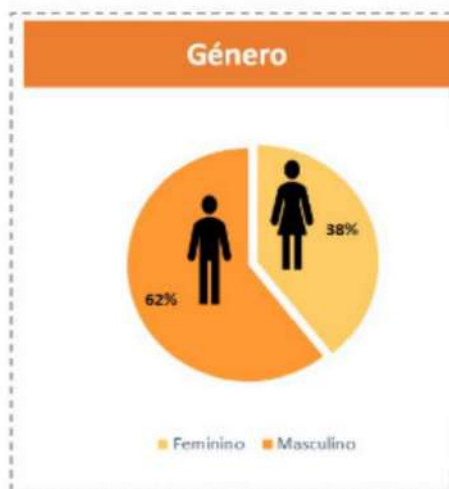
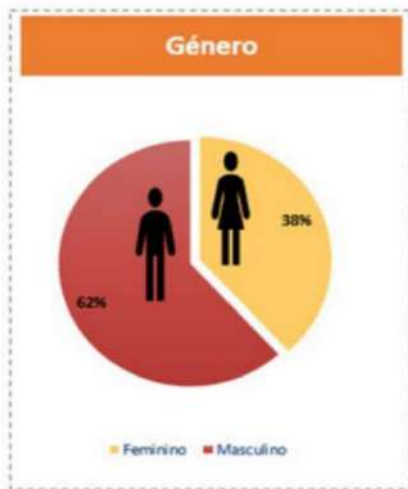
Conselho de Administração



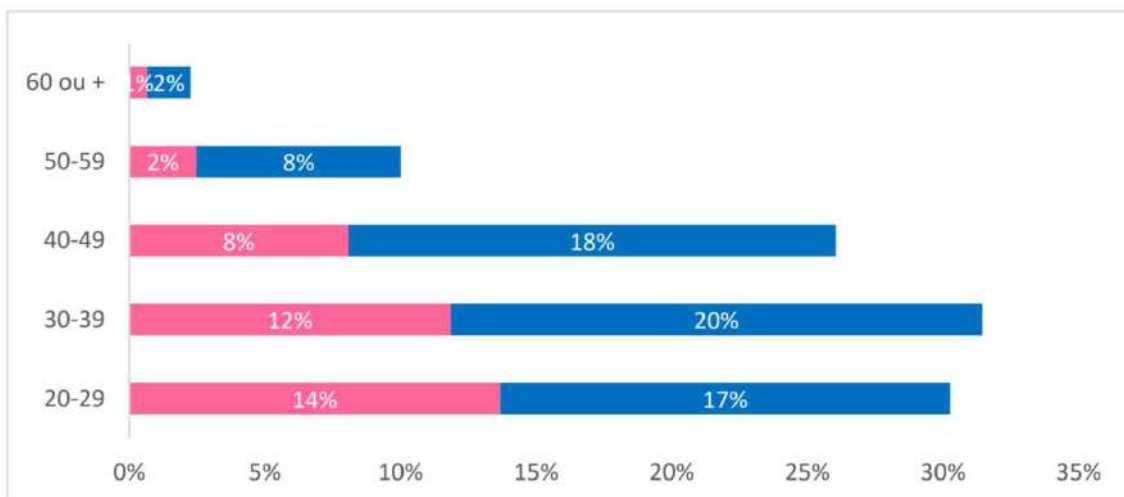
Mantem-se a distribuição entre género desde 2019:

DEZ 2019

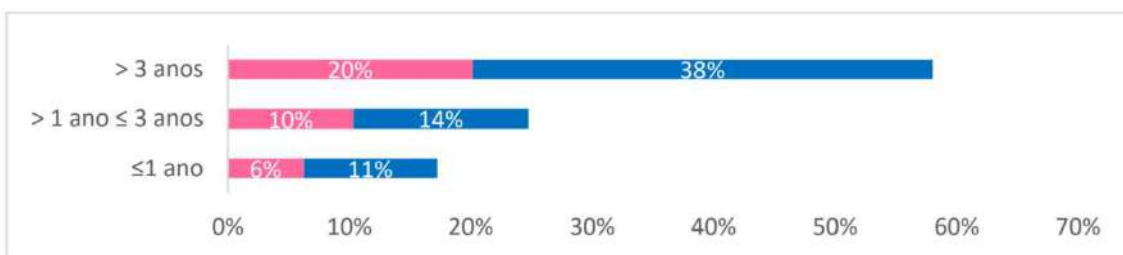
DEZ 2020



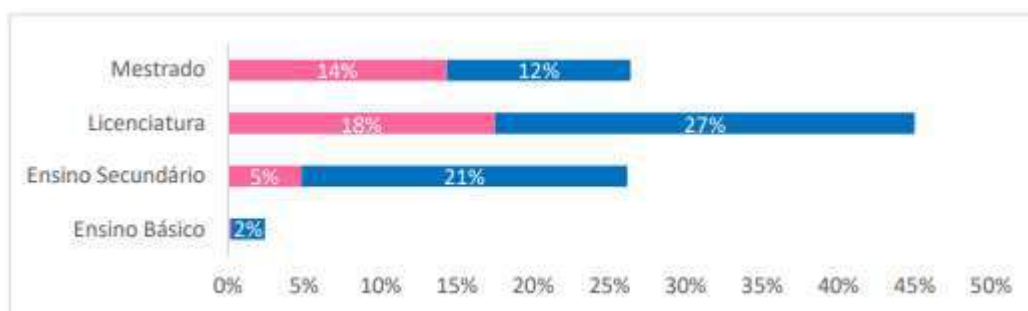
Atual distribuição de género por grupo etário



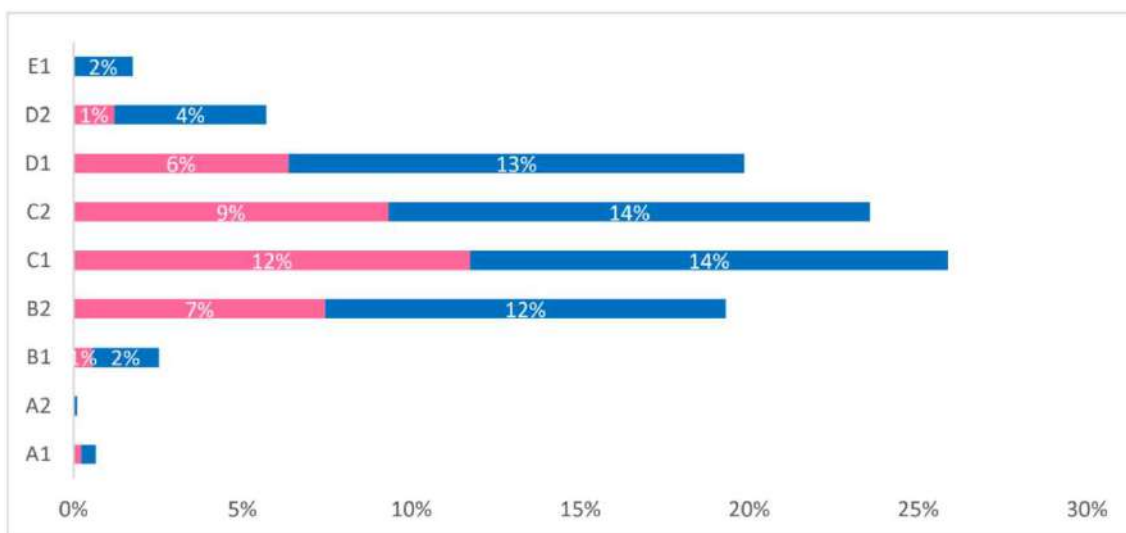
Atual distribuição de género por antiguidade



Distribuição de género por nível de habilitação



Evolução da progressão de carreira por género



(*) Os níveis de carreira apresentados (F2-A1) encontram-se descritos no modelo de carreiras descrito na página 46.

Embora se verifique alguma disparidade que resulta, em grande medida, pela natureza tradicionalmente masculina na área tecnológica, o sucesso se deve ao trabalho de uma equipa competente e dedicada, apostando na retenção de talentos e na captação de novos talentos, sendo inquestionável que, para a GLINTT e para qualquer empresa que labore na economia portuguesa, europeia e mundial, ter talento não tem nem deve ter género.

Sustentabilidade

A Glintt tem consciência de que o capital humano é uma das peças fundamentais para o sucesso da organização. E é por isso que institui uma cultura empresarial que promove a igualdade de oportunidades e de desenvolvimento pessoal e profissional de todos os colaboradores.

O grande foco são as pessoas dentro e fora da organização, sendo os seus principais objetivos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU:



Plano de Sustentabilidade

Na Glintt os princípios de sustentabilidade são incorporados nos valores, cultura, estratégia, stakeholders e na Política Glintt Responsável.

Como consultora tecnológica tem no futuro o seu presente. Desta forma, a visão estratégica de sustentabilidade tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável das organizações e melhorar a vida das pessoas.

Princípios de atuação:

1. Modelo Operativo sustentável: a gestão de topo compromete-se com as melhores práticas de gestão corporativa (nacional e internacional), mantendo o equilíbrio na distribuição hierárquica funcional e diversidade da Comissão Executiva.

2. Crescimento e rentabilidade do negócio: evoluímos de forma sustentável a nossa estratégia organizacional, garantindo a rentabilidade do negócio e o seu retorno aos nossos acionistas.

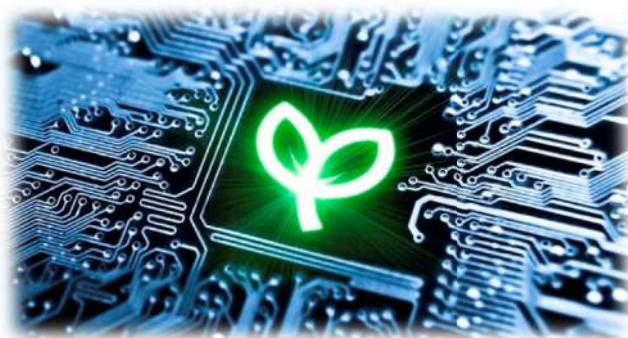
3. Prestação de serviços sustentável: temos presente na nossa atividade o compromisso e contribuição para os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), mitigando os riscos subsequentes. Desenvolvemos produtos que permitam os nossos clientes serem mais sustentáveis, garantindo a conformidade com os regulamentos aplicáveis.

4. Aposta nas Pessoas: criamos mecanismos de integração, desenvolvimento profissional e de retenção de talentos, mantendo o equilíbrio entre a vida profissional e familiar e a diversidade e igualdade de género.

5. Inovação: incentivamos a procura e partilha de conhecimento no desenvolvimento das nossas soluções e produtos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e bem-estar da sociedade em que vivemos.

6. Glintt Solidária: promovemos e participamos em ações de voluntariado e de cariz solidário que promovam o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e sustentável por meio da tecnologia e inovação.

7. Redução Pegada ecológica: mitigamos o impacto da nossa atividade no meio ambiente (emissão de carbono, papel e água) promovendo os princípios de economia circular e auscultando regularmente todas as partes interessadas identificadas na nossa análise de contexto.



Qualidade

Política de Gestão Glintt

Qualidade, Inovação, Segurança e Privacidade.

Para cumprir o objetivo de "construir, com os Clientes e Parceiros, soluções tecnológicas, inovadoras e úteis que contribuam para o progresso sustentado das organizações" a Glintt optou por definir uma Política de Gestão que assenta em oito compromissos de atuação com os Stakeholders:

1. Clientes: A Glintt compromete-se em continuar a desenvolver soluções evoluídas e competitivas, capazes de integrar as diferentes tecnologias, reduzir a sua complexidade através de avanços no estado da arte e melhorar a sua gestão proporcionando-lhes vantagens competitivas, com garante da qualidade e requisitos legais.

2. Colaboradores: A Glintt compromete-se em criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, incentivando os seus colaboradores a traduzir as suas competências, criatividade e experiência na criação de valor através das atividades do dia-a-dia e a participar ativamente na melhoria da organização e no processo de Inovação. A Glintt procura continuamente a melhoria das condições de trabalho dos seus colaboradores, permitindo a conciliação da vida profissional com a pessoal.

3. Acionistas: A Glintt compromete-se em garantir a rentabilidade do negócio através da gestão eficaz e eficiente dos recursos, atuando de acordo com os princípios da ética.

4. Parceiros e Partes Interessadas: A Glintt compromete-se em receber com espírito de equipa todos os parceiros estratégicos e partes interessadas, de modo a agir em conjunto na procura das melhores soluções para satisfazer os Clientes finais.

5. Fornecedores: A Glintt compromete-se em manter uma relação estável, permanente e de mútua confiança com os seus fornecedores, garantindo a qualidade ao longo da cadeia de valor das suas soluções.

6. Segurança: A Glintt compromete-se na defesa e respeito pelos princípios de Segurança da Informação, Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade, de acordo com a Política Global de Segurança da Informação do Grupo.



7. Inovação: A Glintt compromete-se em incentivar a procura e partilha do conhecimento e desenvolver "Soluções Glintt" que incorporam toda a sua experiência, processos de qualidade e resultados de uma vigilância de mercado, tecnológica e organizacional eficiente. A Glintt compromete-se também a participar ativamente em projetos de investigação e desenvolvimento aplicáveis às Tecnologias de Informação.

8. Melhoria contínua: A Glintt compromete-se na promoção e orientação para resultados, no sentido de superar desafios cada vez mais exigentes, com vista ao aumento da qualidade, da eficiência e eficácia das soluções e serviços prestados. Compromete-se em adotar procedimentos claros para uma execução e controlo rigorosos e efetuar uma revisão periódica dos processos, objetivos e metas no sentido de eliminar o supérfluo e reforçar o que for estratégico, seguindo as normas legais e regulamentares exigidas. Compromete-se em melhorar continuamente a eficácia do seu Sistema de Gestão cumprindo rigorosamente com os requisitos legais, regulamentares e normativos aplicáveis, antevendo e ultrapassando todas as falhas e erros, rumo à excelência e ao aumento da qualidade do serviço.

Sistema de Gestão de Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade Glintt concretiza os princípios definidos na sua política de gestão através da uniformização de processos que ajustam as práticas e asseguram os requisitos necessários ao funcionamento da organização, sobretudo nos aspetos críticos da sua atividade e na persecução dos seus objetivos.

Seguidamente identifica-se o âmbito da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo o referencial ISO 9001: 2015, para cada uma das empresas Glintt:

Glintt - Business Solutions, Lda.:

Pré-atendimento, Help-desk, Assistência Técnica e Suporte a Hardware e Software do cliente Farmácias. Conceção, instalação e remodelação de Farmácias.

Glintt GIT – Global Intelligent Technologies, S.A.:

Comercialização, planeamento, implementação e suporte pós-venda de soluções standard de gestão. Comercialização, conceção, desenvolvimento, integração, implementação e suporte de soluções aplicacionais.

Comercialização, conceção, planeamento. Implementação e suporte pós-venda de soluções na área das tecnologias de informação incluindo redes, segurança informática e gestão de infraestruturas. Serviços de consultoria de arquitetura e planeamento de sistemas de informação.

Glintt - Healthcare Solutions, S.A.:

Conceção, desenvolvimento, comercialização, implementação, manutenção e suporte de soluções ou aplicações informáticas para a área da saúde.

Sistema de Gestão de Segurança da Informação

A Glintt implementou um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que se encontra certificado, segundo o referencial ISO/IEC 27001:2013, para as empresas:

- **Glintt HS – Healthcare Solutions, S.A.:** Gestão comercial de projetos de consultoria tecnológica e soluções ou aplicações informáticas para a área da saúde;
- **Glintt GIT – Global Intelligent Technologies, S.A.:** Gestão de acessos e autenticações em produção, aos sistemas tecnológicos transversais no Grupo ANF.

Sistema de Gestão de IDI

A Glintt Inov implementou um Sistema de Gestão de IDI (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) que se encontra certificado, segundo o referencial NP 4457:2007, no seguinte âmbito: Investigação, desenvolvimento e inovação nos domínios técnicos e científicos das ciências da informação e comunicação.

A Glintt posiciona-se no mercado como uma empresa que está atenta ao estado da arte e é capaz de transformar a inovação tecnológica em conhecimento e este em valor, tanto para a organização, como para os nossos clientes. Dessa forma a Glintt pretende contribuir para a melhoria dos níveis de Saúde e Bem-estar na sociedade em que vivemos.



International
Organization for
Standardization

Responsabilidade Social

"A solidariedade constrói-se com verdadeiros e concretos gestos de partilha de bens e de dons. A Comunidade Vida e Paz celebra com gratidão todos os gestos humanos e materiais da Glintt e dos seus colaboradores, pois é isso que nos faz alimentar a esperança na causa em que quotidianamente nos entregamos para que outros tenham uma vida digna".

Henrique Joaquim - Presidente da Direção | Comunidade Vida e Paz

A Glintt possui e incentiva uma cultura de responsabilidade social e corporativa, tendo publicado na sua **Política " Glintt Responsável"**, um conjunto de compromissos assumidos pelo Grupo para dar resposta às preocupações em matérias sociais, económicas e ambientais.

Para isso, definiu três pilares de atuação:

Somos economicamente responsáveis

1. Garantir transparência e rigor nos negócios e na informação prestada.
2. Promover as ações possíveis e necessárias para mitigar atos de suborno, extorsão e/ou corrupção.
3. Promover a participação das partes interessadas, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões.

Somos socialmente responsáveis

4. Apoiar e respeitar os direitos humanos, proteger o direito ao trabalho e promover o equilíbrio entre a esfera profissional e familiar.
5. Promover e incentivar a participação em ações de voluntariado empresarial.
6. Promover o desenvolvimento das Comunidades onde exerce a sua atividade, através de ações de investimento social e de cariz filantrópico.

Somos ambientalmente responsáveis

7. Preservar o ambiente e promover a adoção de procedimentos ambientalmente responsáveis juntos da cadeia de valor.
8. Garantir o encaminhamento adequado de resíduos gerados pela atividade e promover a reciclagem e/ou reutilização dos mesmos.



Inovação

Relativamente à inovação, a Glintt pretende estar sempre na vanguarda do conhecimento sobre a tecnologia, colaborando com projetos que resolvam problemas na área de Digital Health. Foi nesse sentido que, em 2018, nasceu a Glintt Inov, um Centro de Inovação que tem como missão apoiar o desenvolvimento de soluções inovadoras e disruptivas que respondam aos desafios cada vez mais complexos do setor da saúde.

O objetivo da Glintt é desenvolver inovação e promover o empreendedorismo por meio da tecnologia e de novos modelos de negócios para melhorar, de forma sustentável, a qualidade de vida da comunidade em geral. Objetivo, Foco, Compromisso, Tecnologia, Inovação, Saúde e Presença Ibérica são os motores deste ecossistema.

Como resultado do foco na excelência, de um significativo investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), das parcerias que estabelecem com universidades líderes e na participação em vários consórcios internacionais, a Glintt torna-se assim numa empresa orgulhosamente proprietária de um notável portfólio de propriedade intelectual.

Áreas de Atuação

Financiamento

Tem como objetivo maximizar o financiamento dos projetos através da participação em programas nacionais e europeus de apoio à inovação, nomeadamente H2020, P2020, EIT Health, entre outros.



Gestão de Projeto

Acompanhar e monitorizar todo o processo, de forma a garantir a viabilidade do projeto e a sua entrada para o mercado.

Open Innovation

Fomentar a inovação e captar a atenção de empreendedores, startups, estudantes e de todas as pessoas que tenham ideias ou projetos aliciantes para o ecossistema da saúde, com o objetivo de ser uma One Stop Shop para startups e uma Open Door para a geração de ideias.

Posicionamento no Mercado

OFERTA 360º

Portfólio alargado de soluções com impacto direto no negócio dos nossos clientes – Áreas: Negócio, Projetos, Equipamentos, Consumíveis, Software e Hardware e respetivo suporte técnico.

PORTFÓLIO ALINHADO À CUSTOMER JOURNEY

Soluções pensadas para potenciar a experiência do consumidor no espaço da Farmácia, com vista à potenciação da venda e profissionalização do serviço farmacêutico.

COMPLEMENTARIDADE DE SOLUÇÕES

Soluções integradas para potenciar a operação, a logística, a gestão e a rentabilidade do negócio. Ex. Obra + Consultoria + Robótica + Equipamentos

INOVAÇÃO

Procura permanente em desafiar o Mercado para novas soluções e tendências de mercado.

Objetivos 2022

Posicionar a Proposta Global – Visão 360º

Promover o cross-selling de soluções com vista a aumentar o footprint de produtos no Mercado. Potenciar o fator diferencial enquanto única empresa no Mercado com capacidade para entregar soluções para todas as necessidades tecnológicas e operacionais das Farmácias.



Análise SWOT



Forças

Empresa de bases sólidas, incluída num grupo de referência na Saúde:

- A Glintt, é uma multinacional tecnológica de origem Portuguesa, encontra-se sediada em Portugal e opera em mais três países – Espanha, Brasil e Angola – totalizando mais de 1.100 colaboradores em todo o Mundo.
- Conta com mais de 20 anos de experiência, e é uma empresa de referência na Península Ibérica em Consultoria e Serviços Tecnológicos.
- É líder Ibérico no mercado de Saúde onde desenvolve, implementa e suporta um conjunto diversificado de produtos próprios que são utilizados em Portugal, Espanha, Brasil e Angola em mais de:
 - 250 Hospitais;
 - 500 Clínicas;
 - e 14.000 Farmácias.

Resultados Financeiros sólidos:

- Volume de Negócios: 102,6 Milhões de Euros;
- EBITDA: 14,6 Milhões de Euros;
- Resultado Líquido: 1.604 Mil Euros.

(Dados 2021)

Forte conhecimento do mercado da Saúde em Portugal, pois é a única empresa no Mercado com capacidade para entregar soluções para todas as necessidades tecnológicas e operacionais das Farmácias.

Fortes competências tecnológicas, como:

- Application Development;
- Low Code;
- Middleware;
- Process Automation;
- Advanced Analytics.

Fraquezas

Têm empresas e oferta em Espanha, mas a marca Glintt não é conhecida no mercado Espanhol, logo deveriam efetuar algumas campanhas publicitárias para darem-se a conhecer aos clientes e até mesmo ao consumidor final, que a maioria das vezes não sabe de onde é que vem o produto ou serviço;

Ameaças

A oferta tecnológica pode ser ultrapassada pela sua concorrência, como referi no tópico anterior, se as empresas não se reinventarem, não criarem ideias inovadoras ou se deixarem de se atualizar e ficarem apenas com a versão “Alfa”, serão rapidamente absorvidas pela concorrência feroz que o mercado exige.

Quebras nas cadeias de abastecimento de materiais, fará com que haja escassez de Matéria-Prima, como os Chip, tornando-a mais cara e como consequência o preço ficará mais caro para o cliente.

Oportunidades

O mercado da Saúde continua a querer uma oferta diferenciadora, qualquer mercado procura está em constante procura por soluções mais cómodas, mais rápidas ou mais baratas, seja qual for o fator diferenciador, é importante estar à altura do mercado.

Há muita procura em produtos e soluções inovadoras para a Saúde, o mercado da saúde está sempre em constante evolução, doenças novas, curas, ou medicamentos novos, novos procedimentos, etc, por isso é importante para a GLINTT estar sempre a altura das necessidades do mercado no momento.

O Plano de Recuperação e Resiliência, o plano prevê largo investimento na transição digital e a GLINTT poderá procurar investimento para projetos futuros junto do Estado.

Marketing-Mix

Produto

Para o segmento de Farmácia Comunitária desenvolvemos uma oferta completa de serviços, que engloba Soluções Tecnológicas, Consultoria, Conceção e Projeção de Espaço de Lojas, Automação, Infraestruturas e Consumíveis.

Para o segmento da Nexllence oferecem aos clientes um conjunto muito abrangente de competências e com inúmeras certificações de qualidade, para os seus desafios de digitalização.

Para o segmento do Healthcare, implementam e suportam um conjunto diversificado de soluções especializadas para Hospitais, Clínicas e Farmácias Hospitalares.

Em Espanha oferecem soluções de software para Hospitais, Farmácias e Clínicas Dentárias e reafirmam o compromisso de desenvolver ferramentas e sistemas para melhorar a saúde de todos.

Preço

Não existe preços fixos, dado que é necessário fazer sempre um Orçamento para o Cliente.

Distribuição

- Portal-PHARMA
- EMAIL MARKETING
- REDES SOCIAIS
- HOMEPAGE SIFARMA

Promoção

Mailshots

- Agradecimento + divulgação site + CTA Lead Forms para mais informações;
- Vídeo melhores momentos;
- Divulgação de informação sobre Módulos da Solução;
- Divulgação das Lives no LinkedIn (caso tenhamos acesso a esta funcionalidade);
- Convites Sessão no Porto;
- Divulgação de notícias que saíram nos Media (aumentar a notoriedade do produto);

- Inclusão na Healthletter (setembro).



Olá.

As soluções de frio ideais para a sua Farmácia.

Campanha válida até 16 de setembro!

Queremos ajudá-lo a equipar a sua Farmácia com as melhores soluções do mercado. Por isso, preparamos uma campanha com condições exclusivas em frigoríficos da gama Kirsch e Termohigrómetros g-Log.

Pack frigorífico + termohigrómetros



! Campanha válida até 16 de setembro – Stock limitado!

- > Válido para os modelos Kirsch Linha MED (100 a 520L)
- > Implica faturação conjunta até 30 de setembro
- > Instalação até 15 de outubro

Aproveite as condições especiais e faça um upgrade aos equipamentos da sua Farmácia!

Campanha de venda de produtos “Condições Especiais Pack Frigorífico + Termohigrómetros”



Agora é a vez da sua Farmácia!

O programa “Olá, mudei a Farmácia” está de volta.

Um programa que visa garantir a sustentabilidade económico-financeira das Farmácias através da consolidação, integração e partilha do know-how de diferentes áreas de negócio, materializando-o na reformulação dos processos e espaço físico em 4 dimensões distintas:

Layout
do espaço

Sortido
de produtos

Comunicação

Segurança

olá
mudei
a farmácia

Conheça a intervenção que fizemos na Farmácia Félix Franco:



CAMPANHA GLINTT – “Agora é a vez da sua Farmácia”

para o mercado Pharma

Redes Sociais

- Vídeo Melhores Momentos;
- Divulgação do Site do Viewer;
- Divulgação de informação sobre Módulos da Solução;
- Sessões Live no LinkedIn com convidados (funcionalidade solicitada ao LinkedIn – aguardamos feedback que pode demorar aproximadamente 2 semanas);
- Notícias dos Media;
- Quotes dos intervenientes no evento: Internos e externos (que tenham autorizado a divulgação).

Site Glintt

- Banner a redirecionar para o site do Viewer
- Partilha das notícias dos media (redirecionado para o site do Viewer)
- Partilha dos posts que saírem nas redes

Calendarização das Ações

CANAIS	TEMA	DATA	STATUS	RESULTADOS
Email	Mailshot c/ agradecimento + vídeo Melhores Momentos + Lead Forms + Site Viewer	09 de julho	Feito ✓	N/A
Site Glintt	Banner a redirecionar para o site Viewer	07 de julho	Feito ✓	Cliques: 59
Redes Sociais	Divulgação do site Viewer	09 de julho	Feito ✓	LinkedIn: 3.473 impressões 64 cliques no site Facebook: 12.055 impressões 69 cliques no site
Redes Sociais	Divulgação do vídeo Melhores Momentos	15 de julho	Feito ✓	LinkedIn: 7.005 impressões 1.186 visualizações vídeo Facebook: 7.005 impressões 1.129 visualizações vídeo Instagram: 1.061 impressões
Imprensa	Press Releases sobre lançamento da Solução	30 de junho	Feito ✓	Publicação em 7 meios Atlas Saúde, IT Insight, Exame Informática, MedJournal, NetThings, O Económico, Visão
Email	Mailshot com notícias dos media	14 de julho	Feito ✓	N/A
Site Glintt Redes Sociais	Partilha de notícias dos media	Recorrente	Feito ✓	1 notícia partilhada Site: 176 visualizações LinkedIn: 6.042 impressões Facebook: 14.345 impressões

CANAIS	TEMA	DATA	STATUS	OBSERVAÇÕES / RESULTADOS
Site Glintt	Destaque de publicações feitas nas redes sociais	Recorrente	Feito ✓	N/A
Email	2 mailshots de apresentação do Viewer e respetivas vantagens + CTA Lead Forms	Quinzenal a partir de 19/julho	Feito ✓	22 de julho: 256 aberturas 43 cliques 05 de agosto: 248 aberturas 47 cliques
Base de Dados	Rever a base de dados de Healthcare	Setembro	Feito ✓	
Apresentação PPT	PPT Pitch Viewer	Setembro	Feito ✓	Entregue a 20/setembro
Eventos	Glintt Sessions Sessões com oradores de unidades hospitalares, clínicas, etc.	Mensal, a começar em dezembro	Feito ✓	
Imprensa	2 páginas na Exame	29/outubro	Feito ✓	

Performance

Por exemplo:

- Visitas, sessões, páginas visualizadas;
- Canal e dispositivo de origem;
- Fluxo comportamental e taxa de saída.
- Taxa de entrega, abertura, cliques, bounces e unsubscribers.
- Alcance, likes, comentários, partilhas.

People

Os mais de 1.100 colaboradores que trabalham na empresa, denominados por Glintters.

Posicionamento

OFERTA 360º

Portfólio alargado de soluções com impacto direto no negócio dos nossos clientes – Áreas: Negócio, Projetos, Equipamentos, Consumíveis, Software e Hardware e respetivo suporte técnico.

PORTFÓLIO ALINHADO À CUSTOMER JOURNEY

Soluções pensadas para potenciar a experiência do consumidor no espaço da Farmácia, com vista à potenciação da venda e profissionalização do serviço farmacêutico.

COMPLEMENTARIDADE DE SOLUÇÕES

Soluções integradas para potenciar a operação, a logística, a gestão e a rentabilidade do negócio. Ex. Obra + Consultoria + Robótica + Equipamentos



INOVAÇÃO

Procura permanente em desafiar o Mercado para novas soluções e tendências de mercado.

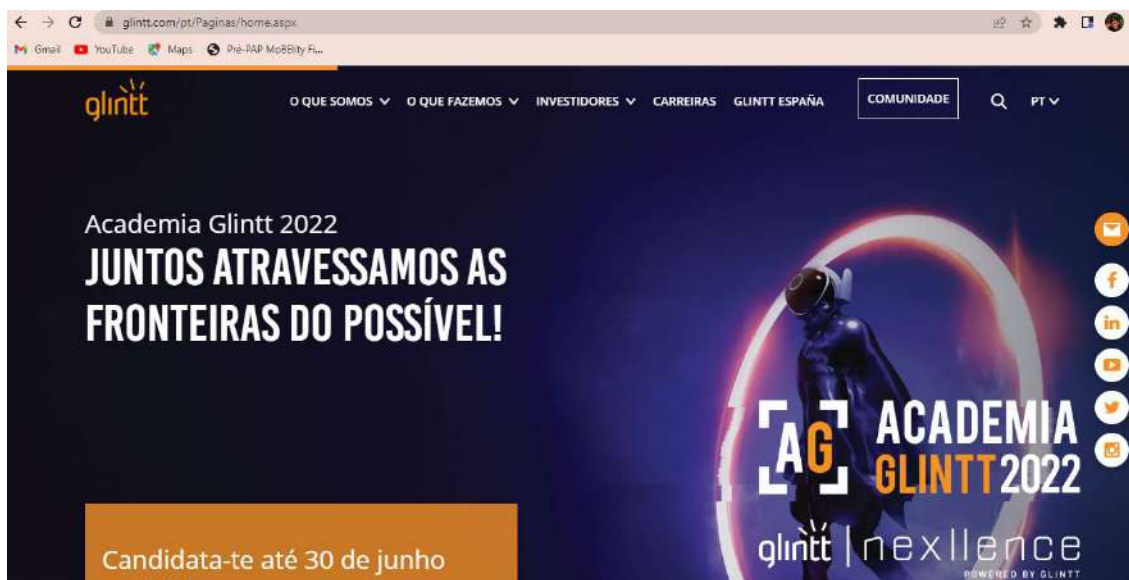
Objetivos 2022

Posicionar a Proposta Global – Visão 360º

Promover o cross-selling de soluções com vista a aumentar o footprint de produtos no Mercado. Potenciar o fator diferencial enquanto única empresa no Mercado com capacidade para entregar soluções para todas as necessidades tecnológicas e operacionais das Farmácias.

Evidências Físicas

- Escritório;
- Site;



Política de Privacidade GLINTT

A Política de Privacidade Glintt é parte integrante do corpo normativo para a proteção de dados pessoais do Grupo Glintt, tendo em consideração o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (2016/679), doravante RGPD.

Sempre que este documento é atualizado terá de ser disponibilizada nova versão, imediatamente após a sua aprovação.

A monitorização do cumprimento da presente norma é assegurada através da medição dos indicadores de avaliação dos controlos e/ou auditorias (internas ou externas), em intervalos de tempos regulares ou quando ocorram alterações significativas.

Âmbito e objetivo

A atual Política de Privacidade foi implementada com a finalidade de demonstrar o compromisso e respeito para com as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais.

Esta Política de Privacidade surge com o objetivo de dar a conhecer as regras gerais de privacidade e tratamento dos dados pessoais, que são recolhidos e tratados no estrito respeito e cumprimento da legislação comunitária e nacional de proteção de dados pessoais.

O Grupo GLINTT compromete-se a respeitar as melhores práticas no domínio da segurança e da proteção dos dados pessoais, tendo para o efeito aprovado um programa capaz de acautelar a proteção dos dados que nos são disponibilizados por todos aqueles que, de alguma forma, se relacionam com o Grupo.

Neste contexto, foi nomeado um **Data Protection Officer** e um **Chief Security Officer** responsáveis pela implementação e verificação desta Política de Privacidade bem como pela definição de regras claras de tratamento de dados pessoais, assegurando que todos aqueles que confiam os seus dados pessoais com a Glintt tenham conhecimento da forma como os mesmos são tratados e quais os direitos que lhes assistem nesta matéria.

Esta Política de Privacidade **destina-se** ao público em geral e estabelece obrigações a:

- a) Todos os colaboradores da organização;
- b) **Data Protection Officer** e **Chief Security Officer** como responsáveis pela comunicação

de não conformidade com as matérias de privacidade e proteção de dados.

Recolha e Tratamento de Dados do Titular

No âmbito das funções dos colaboradores nas empresas pertencentes ao Grupo GLINTT ocorre a recolha, registo, organização, conservação, utilização e consulta de dados pessoais. Poderão ainda ocorrer outras operações que, nos termos do RGPD são denominadas por “tratamento de dados pessoais”.

Os dados pessoais recolhidos respeitam não só a colaboradores como também a fornecedores, candidatos e a clientes.

Aquando da recolha dos Dados Pessoais, as empresas pertencentes ao Grupo GLINTT prestam aos titulares dos dados informações detalhadas acerca da natureza dos dados recolhidos e acerca da finalidade e do tratamento que será realizado relativamente aos dados pessoais, e, bem assim, as informações relativas ao direito de acesso aos dados pessoais.

Entidades Subcontratadas

No âmbito do tratamento dos dados do titular, o Grupo GLINTT recorre ou poderá recorrer a entidades terceiras, por si subcontratadas, para, em seu nome, e de acordo com as instruções dadas por este, procederem ao tratamento dos dados do titular, em estrito cumprimento com o disposto na lei e na presente Política de Privacidade.

Estas entidades subcontratadas não poderão transmitir os dados do titular a outras entidades sem que o Grupo GLINTT tenha dado, previamente e por escrito, autorização para tal, estando também impedidas de contratar outras entidades sem autorização para o efeito.

O Grupo GLINTT assume o compromisso de subcontratar apenas entidades que apresentem garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a assegurar a defesa dos direitos do titular. Todas as entidades subcontratadas ficam vinculadas através de um contracto escrito no qual são regulados, nomeadamente, o objeto, a duração do tratamento, a natureza, a finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais, as categorias dos titulares dos dados e os direitos e obrigações das Partes.

Aquando da recolha dos dados pessoais, o Grupo GLINTT presta ao titular dos mesmos, informações acerca das categorias de entidades subcontratadas que, no caso concreto, possam efetuar tratamentos de dados em nome do Grupo GLINTT.

Canais de Recolha dos Dados

O Grupo GLINTT pode recolher dados de forma direta (i.e., diretamente junto do titular) ou de forma indireta (i.e., através de entidades parceiras ou terceiros). A recolha pode ser feita através dos seguintes canais:

- Recolha direta: presencialmente, por telefone ou por e-mail ou via internet;
- Recolha indireta: através de parceiros, empresas externas ou empresas do Grupo e entidades oficiais.

Princípios Gerais Aplicáveis ao Tratamento de Dados do Titular

Em termos de princípios gerais relativos ao tratamento de dados pessoais, o Grupo GLINTT compromete-se a assegurar que os mesmos são:

- a) Objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados;
- b) Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- c) Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;
- d) Exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora;
- e) Conservados de uma forma que permite a identificação do titular dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;
- f) Tratados de uma forma que garante a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, sendo adotadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

Os tratamentos de dados efetuados pelo Grupo GLINTT são lícitos quando se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- a) O titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento dos dados do titular dos dados para uma ou mais finalidades específicas;
- b) O tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- c) O tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o Grupo GLINTT esteja sujeito;
- d) O tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular;
- e) O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo Grupo GLINTT ou por terceiros (exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção dos dados pessoais).

O Grupo GLINTT compromete-se a assegurar que o tratamento dos dados do titular apenas é feito nas condições acima elencadas e com respeito pelos princípios acima mencionados.

Quando o tratamento dos dados do titular for realizado pelo Grupo GLINTT com base no consentimento do titular dos dados, este tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento. A retirada do consentimento, todavia, não compromete a licitude do tratamento efetuado pelo Grupo GLINTT com base no consentimento previamente dado pelo titular dos dados.

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é tratada.

Efetivamente, existem requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um período de tempo mínimo. Assim, e sempre que não exista uma exigência legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para as

finalidades que motivaram a sua recolha ou o seu posterior tratamento, findo o qual os mesmos serão eliminados.

Utilização e Finalidades do Tratamento de Dados do Titular

Em termos gerais, o Grupo GLINTT utiliza os dados do titular dos dados para diversas finalidades, nomeadamente a faturação e cobrança, para efeitos de marketing e para gestão recursos humanos e recrutamento de colaboradores, entre outras.

Os dados do titular recolhidos pelo Grupo GLINTT não são partilhados com terceiros sem consentimento do titular, com exceção das situações referidas no parágrafo seguinte. No caso de o titular contratar junto do Grupo GLINTT serviços que sejam prestados por outras entidades responsáveis pelo tratamento de dados pessoais, os dados do titular poderão ser consultados ou acedidos por essas entidades, na medida em que tal seja necessário à prestação dos referidos serviços.

Nos termos legais aplicáveis, o Grupo GLINTT poderá transmitir ou comunicar os dados do titular a outras entidades no caso de essa transmissão ou comunicação ser necessária para a execução do contrato estabelecido entre o titular e o Grupo GLINTT, ou para diligências pré contratuais a pedido do titular, no caso de ser necessária para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o Grupo GLINTT esteja sujeita ou no caso de ser necessária para efeito da prossecução de interesses legítimos do Grupo GLINTT ou de terceiro.

Ocorrendo uma transmissão de dados do titular a terceiros, serão envidados os esforços considerados razoáveis para que o destinatário utilize os dados de forma consentânea com esta Política de Privacidade.

Medidas Técnicas, Organizativas e de Segurança Implementadas

Para garantir a segurança dos dados do titular e a máxima confidencialidade, o Grupo GLINTT trata a informação que este forneceu de forma absolutamente confidencial, de acordo com as suas políticas e procedimentos internos de segurança e confidencialidade, os quais são atualizados periodicamente consoante as necessidades, bem como de acordo com os termos e condições legalmente previstos.

Em função da natureza, do âmbito, do contexto e das finalidades do tratamento dos dados, bem como dos riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades do

titular, o Grupo GLINTT compromete-se a aplicar, tanto no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas à proteção dos dados e ao cumprimento dos requisitos legais.

Compromete-se ainda a assegurar que apenas são tratados os dados que forem necessários para cada finalidade específica do tratamento e que esses dados não são disponibilizados a um número indeterminado de pessoas.

Em termos de medidas gerais, o Grupo GLINTT adota as seguintes:

- a) Auditorias regulares com vista a aferir a eficácia das medidas técnicas e organizativas implementadas;
- b) Sensibilização e formação do pessoal implicado nas operações de tratamento de dados;
- c) Pseudonimização e cifragem de dados pessoais, sempre que justificável;
- d) Mecanismos capazes de assegurar a confidencialidade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas de informação;
- e) Mecanismos que asseguram o restabelecimento dos sistemas de informação e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico.

Transferência de Dados para Fora da União Europeia

Os dados pessoais recolhidos e utilizados pelo Grupo GLINTT não são disponibilizados a terceiros estabelecidos fora da União Europeia. Se, no futuro, esta transferência acontecer, o Grupo GLINTT compromete-se a assegurar que a transferência observa as disposições legais aplicáveis, nomeadamente quanto à determinação da adequabilidade de tal país no que respeita a proteção de dados e aos requisitos aplicáveis a tais transferências.

Direitos dos Titulares dos Dados

Direito à Informação

Informações facultadas ao titular pelo Grupo GLINTT (quando os dados são recolhidos diretamente junto do titular dos dados):

- a) A identidade e os contactos do Grupo GLINTT, responsável pelo tratamento e, se aplicável, do seu representante;
- b) Os contactos do Data Protection Officer;
- c) As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, bem como, se aplicável, o fundamento jurídico para o tratamento;
- d) Se o tratamento dos dados se basear em interesses legítimos do Grupo GLINTT ou de um terceiro, indicação de tais interesses;
- e) Se aplicável, os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais;
- f) Se aplicável, indicação de que os dados pessoais serão transferidos para um país terceiro ou uma organização internacional, e a existência ou não de uma decisão de adequação adotada pela Comissão ou a referência a garantias de transferência apropriadas ou adequadas;
- g) Prazo de conservação dos dados pessoais ou, se não for possível, os critérios usados para definir esse prazo;
- h) A existência do direito de solicitar ao Grupo GLINTT o acesso aos dados pessoais, bem como a sua retificação, apagamento ou limitação, o direito de se opor ao tratamento e o direito à portabilidade dos dados;
- i) Se o tratamento dos dados se basear no consentimento do titular, o direito de retirar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- j) O direito de apresentar reclamação junto da CNPD ou outra autoridade de controlo;
- k) Indicação se a comunicação de dados pessoais constitui ou não uma obrigação legal ou contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato, bem como se o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados;
- l) Se aplicável, a existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, e informações relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados;

- m) No caso de os dados do titular não serem recolhidos diretamente pelo Grupo GLINTT junto do titular, além das informações referidas acima, o titular é adicionalmente informado acerca das categorias de dados pessoais objeto de tratamento e, bem assim, acerca da origem dos dados e, eventualmente, se provêm de fontes acessíveis ao público;
- n) Caso o Grupo GLINTT pretenda proceder ao tratamento posterior dos dados do titular para um fim que não seja aquele para o qual os dados foram recolhidos, antes desse tratamento ao Grupo GLINTT fornecerá ao titular informações sobre esse fim e quaisquer outras informações pertinentes, nos termos acima referidos.

Procedimentos e medidas implementadas com vista ao cumprimento do direito à informação:

- A informação supramencionada é prestada por escrito (incluindo por meios eletrónicos) pelo Grupo GLINTT ao titular previamente ao tratamento de dados pessoais em causa. Nos termos da lei aplicável, o Grupo GLINTT não tem a obrigação de prestar ao titular estas informações quando e na medida em que se presumir que o titular já tiver conhecimento das mesmas.
- As informações são fornecidas pelo Grupo GLINTT a título gratuito.

Direito de Acesso aos Dados Pessoais

O Grupo GLINTT garante os meios que permitam o acesso, pelo titular dos dados, aos seus dados pessoais. O titular dos dados tem o direito de obter do Grupo GLINTT a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e às seguintes informações:

- a) As finalidades do tratamento dos dados;
- b) As categorias dos dados pessoais em questão;
- c) Os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, nomeadamente os destinatários estabelecidos em países terceiros ou pertencentes a organizações internacionais;
- d) Se for possível, o prazo de conservação dos dados pessoais;
- e) A existência do direito de solicitar ao Grupo GLINTT a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos dados pessoais, ou do direito de se opor a esse

- tratamento;
- f) Direito de apresentar reclamação junto da CNPD ou outra autoridade de controlo;
 - g) Se os dados não tiverem sido recolhidos junto do titular, as informações disponíveis sobre a origem desses dados;
 - h) A existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, e informações relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados;
 - i) Direito a ser informado sobre as garantias adequadas associadas à transferência de dados para países terceiros para fora da UE ou organizações internacionais.

Mediante solicitação, ao Grupo GLINTT fornecerá ao titular dos dados, a título gratuito, uma cópia dos seus dados que se encontram em fase de tratamento. O fornecimento de outras cópias solicitadas pelo titular poderá acarretar custos administrativos.

Direito de Retificação dos Dados Pessoais

O titular dos dados tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a retificação dos seus dados pessoais e, bem assim, o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.

Em caso de retificação dos dados, ao Grupo GLINTT comunica a cada destinatário a quem os dados tenham sido transmitidos a respetiva retificação, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para o Grupo GLINTT.

Direito ao Apagamento dos Dados Pessoais (“Direito a ser esquecido”)

O titular dos dados tem o direito de obter, por parte do Grupo GLINTT, o apagamento dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:

- a) Os dados do titular deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- b) O titular retirar o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
- c) O titular opor-se ao tratamento ao abrigo do direito de oposição e não existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;
- d) Caso os dados do titular sejam tratados ilegalmente;

- e) Caso os dados do titular tiverem de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que ao Grupo GLINTT esteja sujeita.

Nos termos legais aplicáveis, o Grupo GLINTT não tem a obrigação de apagar os dados do titular na medida em que o tratamento se revele necessário ao cumprimento de uma obrigação legal a que o Grupo GLINTT esteja sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito do Grupo GLINTT num processo judicial.

Em caso de apagamento dos dados, o Grupo GLINTT comunica a cada destinatário/entidade a quem os dados tenham sido transmitidos o respetivo apagamento, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para ao Grupo GLINTT.

Se o Grupo GLINTT tiver tornado públicos os dados do titular e for obrigada a apagá-los ao abrigo do direito ao apagamento, ao Grupo GLINTT compromete-se a assegurar as medidas que forem razoáveis, incluindo de carácter técnico, tendo em consideração a tecnologia disponível e os custos da sua aplicação, para informar os responsáveis pelo tratamento efetivo dos dados pessoais de que o titular lhes solicitou o apagamento das ligações para esses dados pessoais, bem como das cópias ou reproduções dos mesmos.

Direito à Limitação do Tratamento dos Dados Pessoais

O titular dos dados tem o direito de obter, por parte do Grupo GLINTT, a limitação do tratamento dos seus dados, se se aplicar uma das seguintes situações (a limitação pode consistir em inserir uma marca nos dados pessoais conservados com o objetivo de limitar o seu tratamento no futuro):

- a) Se contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao Grupo GLINTT verificar a sua exatidão;
- b) Se o tratamento for ilícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- c) Se o Grupo GLINTT já não precisar dos dados do titular para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular dos dados para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- d) Caso o titular se tenha oposto ao tratamento, até se verificar que os motivos

legítimos do Grupo GLINTT prevalecem sobre os do titular.

Quando os dados do titular sejam objeto de limitação, só poderão, à exceção da conservação, ser tratados com o consentimento do titular ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial, de defesa dos direitos de outra pessoa singular ou coletiva, ou por motivos de interesse público legalmente previstos.

O titular dos dados que tiver obtido a limitação do tratamento dos seus dados nos casos acima referidos será informado pelo Grupo GLINTT antes de ser anulada a limitação ao tratamento.

Em caso de limitação do tratamento dos dados, o Grupo GLINTT comunicará a cada destinatário a quem os dados tenham sido transmitidos a respetiva limitação, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para o Grupo GLINTT.

Direito de Portabilidade dos Dados Pessoais

O titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido ao Grupo GLINTT, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, se:

- a) O tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular é parte;
- b) O tratamento for realizado por meios automatizados.

O direito de portabilidade não inclui dados inferidos nem dados derivados, i.e., dados pessoais que sejam gerados pelo Grupo GLINTT como consequência ou resultado da análise dos dados objeto de tratamento.

O titular dos dados tem o direito a que os dados pessoais sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente possível.

Direito de Oposição ao Tratamento



O titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos pelo Grupo GLINTT ou quando o tratamento for efetuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos, incluindo a definição de perfis, ou quando os dados pessoais forem tratados para fins estatísticos.

O Grupo GLINTT cessará o tratamento dos dados do titular, salvo se apresentar razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito do Grupo GLINTT num processo judicial.

Quando os dados do titular forem tratados para efeitos de comercialização direta (marketing), o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos dados que lhe digam respeito para os efeitos da referida comercialização, o que abrange a definição de perfis na medida em que esteja relacionada com a comercialização direta. Caso o titular se oponha ao tratamento dos seus dados para efeitos de comercialização direta, o Grupo GLINTT cessa o tratamento dos dados para esse fim.

O titular dos dados tem ainda o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afeta significativamente de forma similar, salvo se a decisão:

- a) For necessária para a celebração ou a execução de um contrato entre o titular e ao Grupo GLINTT;
- b) For autorizada por legislação a que o Grupo GLINTT estiver sujeita; ou
- c) For baseada no consentimento explícito do titular dos dados.

Procedimentos com Vista ao Exercício dos Direitos pelo Titular

O direito de acesso, o direito de retificação, o direito de apagamento, o direito à limitação, o direito de portabilidade e o direito à oposição podem ser exercidos pelo titular dos dados mediante contacto com o **Data Protection Officer** ou **Chief Security Officer** do Grupo GLINTT, bem como com o representante da unidade responsável pelo tratamento, tendo em atenção o tratamento em causa, ou através do e-mail privacidade@glintt.com e/ou na página

de Política de Privacidade disponível no site www.glintt.com.

O Grupo GLINTT dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) ao pedido do titular no prazo máximo de um mês a contar da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade, em que esse prazo pode ser prorrogado até dois meses.

Se os pedidos apresentados pelo titular forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, o Grupo GLINTT reserva-se o direito de cobrar custos administrativos ou recusar-se a dar seguimento ao pedido.

Violações de Dados Pessoais

Em caso de violação de dados e na medida em que tal violação seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades do titular, o Grupo GLINTT compromete-se a comunicar a violação de dados pessoais ao titular em causa sem demora injustificada.

Nos termos legais, a comunicação ao titular não é exigida nos seguintes casos:

- a) Caso o Grupo GLINTT tenha aplicado medidas de protecção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;
- b) Caso o Grupo GLINTT tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades do titular já não é suscetível de se concretizar; ou
- c) Caso a comunicação ao titular implique um esforço desproporcionado para o Grupo GLINTT. Nesse caso, o Grupo GLINTT fará uma comunicação pública ou tomará uma medida semelhante através da qual o titular será informado.

Alterações à Política de Privacidade

O Grupo GLINTT reserva-se o direito de alterar a Política de Privacidade a todo o tempo. Em caso de modificação da Política de Privacidade, a data da última alteração, disponível no topo desta página, é também atualizada. Caso a alteração seja substancial, será

colocado um aviso no Site.

Lei e Foro aplicáveis

A Política de Privacidade, bem como a recolha, tratamento ou transmissão de Dados do titular, são regidos pelo disposto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e pela legislação e regulamentação aplicáveis em Portugal. Quaisquer litígios decorrentes da validade, interpretação ou execução da Política de Privacidade, ou que estejam relacionados com a recolha, tratamento ou transmissão de Dados do titular, devem ser submetidos em exclusivo à jurisdição dos tribunais judiciais da comarca de Lisboa, sem prejuízo das normas legais imperativas aplicáveis.

Os Contratos de Trabalho

De acordo com o Código do Trabalho da República Portuguesa, artigo 11.º, um contrato de trabalho é um acordo no qual “uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade a outra ou outras pessoas, no âmbito de organização e sob autoridade destas”.

Assim, e pegando na situação mais comum, quando uma pessoa começa a trabalhar para determinada empresa, esta faz um contrato com o novo empregado: um documento onde é estipulado, entre outras coisas, o local de trabalho, o horário, o número de férias, o vencimento e respetivos bónus e subsídios, etc. Este acordo é assinado por ambas as partes e, a partir desse momento, a colaboração entre estes fica assegurada e regida pelos termos descritos no contrato.

Tipos de Contrato

Acontece que, conforme o tipo de empresa, ou de atividade, podem ser celebrados diferentes tipos de contrato e é a diferença entre eles que precisa de conhecer, de forma a assegurar que tudo decorre dentro daquilo que foi estipulado.

Os principais tipos de contrato de trabalho previstos no Código do Trabalho são:

- Contrato de trabalho a termo certo;
- Contrato sem termo;
- A termo incerto;
- Contrato de trabalho de muita curta duração;
- Trabalho Temporário;
- Contrato de trabalho a tempo parcial;
- Prestação de serviços.

Contrato de trabalho a termo certo

Este tipo de contrato de trabalho é, provavelmente, aquele que mais alterações sofreu com as novas diretrizes. O contrato a termo certo, ou a termo resolutivo, tem um prazo definido e deve ser utilizado apenas para satisfazer necessidades temporárias da empresa como um projeto específico, ou para substituir outro colaborador que esteja ausente.

De acordo com o Artigo 140.º do Código do Trabalho, o contrato de trabalho a termo certo deve ser utilizado nas situações seguintes:

- Substituição de um trabalhador ausente ou temporariamente impedido de trabalhar;
- Substituição de trabalhador em situação de licença sem retribuição;
- Acréscimo excecional de atividade da empresa;
- Atividade sazonal;
- Execução de projeto com prazo predefinido;
- Contratação de alguém em situação de desemprego de muita longa duração;
- Entre outras situações abrangidas pela legislação, que devem ser consultadas.

O contrato a termo tem uma duração máxima de dois anos, com um limite de três renovações, sendo que a duração total das renovações não pode exceder a do período inicial daquele. Além disso, este tipo de contrato só pode ser inferior a seis meses caso se trate de uma atividade sazonal ou outra muito específica em termos de tempo.

Para que possa haver renovação do mesmo, é obrigatório que as condições iniciais da empresa se mantenham, ou seja, que continue a haver a mesma necessidade temporária.

Contrato de trabalho sem termo

Há uns anos, este era o tipo de contrato que toda a gente ambicionava ter. E, na realidade, ainda há muitos que o procuram, por uma questão de segurança. Se a empresa lhe fez um contrato sem termo, significa que está efetivo, que faz parte dos quadros da empresa.

O contrato sem termo não tem um fim estipulado e representa um sinal de confiança da parte da empresa para o colaborador. Este pode surgir a seguir ao contrato a termo certo, quando é excedido o prazo de duração do anterior ou o número de renovações.

Contrato de trabalho a termo incerto

À semelhança do contrato a termo certo, o contrato de trabalho a termo incerto tem como objetivo suprir necessidades específicas e temporárias de uma empresa. A diferença é que o termo é incerto, ou seja, não existe uma data de término definida na altura da assinatura.

A duração vai sempre depender do caso específico em questão, ou seja, do tempo necessário para que determinada tarefa seja concluída. Quando não se consegue saber de antemão qual vai ser a duração da necessidade da empresa opta-se por esta modalidade.

No entanto, este tipo de contrato tem, atualmente, uma duração máxima de quatro anos, contrariamente aos anteriores seis, permitidos antes da nova legislação.

Contrato de trabalho de muita curta duração

Este é o tipo de contrato mais curto e que é utilizado em situações muito próprias, tais como atividade agrícola sazonal ou na realização de algum evento turístico, por exemplo. Não é obrigatório existir mesmo um contrato escrito, porém, a empresa é sempre obrigada a comunicar a realização do mesmo à Segurança Social através de um formulário eletrónico que pode encontrar na Segurança Social Direta.

O contrato de trabalho de muita curta duração não pode ser superior a 35 dias e, apesar de ser possível celebrar outros contratos entre o mesmo colaborador e a mesma empresa, a duração total destes não pode exceder os 70 dias de trabalho do ano civil. Caso ocorra incumprimento do ponto anterior, o contrato passa automaticamente a ter o prazo de seis meses.

Contrato de trabalho temporário

Neste regime é celebrado um contrato entre o empregador e uma empresa de trabalho temporário que realiza determinado serviço para um cliente.

Grandes empresas recorrem a este tipo de empresas para gerir o recrutamento e seleção e, na maioria dos casos, os primeiros contratos são feitos com a empresa de trabalho temporário, e não com o cliente final. Assim, na prática, a agência que tratou do seu recrutamento será a sua entidade empregadora e será esta a assumir as responsabilidades do seu contrato: pagamento, seguro em caso de acidente de trabalho e todos os restantes direitos previstos na minuta do contrato.

Relativamente às situações em que é utilizado, o contrato de trabalho temporário segue as mesmas normas que os contratos a termo incerto ou certo, e, portanto, é necessário

haver necessidades temporárias definidas para que seja permitido celebrar o mesmo. Pode-se recorrer a este contrato noutras situações, entre as quais as seguintes:

- Necessidade intermitente de mão-de-obra devido a variação da atividade durante dias ou partes do dia;
- Projeto temporário inserido na instalação ou reestruturação de uma empresa;
- Vacatura de um posto de trabalho quando decorra processo de recrutamento para o seu preenchimento.

Quanto à duração, este tipo de contrato pode assumir a forma de um contrato a termo certo ou incerto e, assim sendo, a duração será aquela permitida para cada um destes casos. A única razão porque este toma um nome diferente é por ser celebrado com uma empresa de trabalho temporário e não diretamente com a empresa na qual irá exercer a sua atividade.

Na prática, o trabalhador temporário tem os mesmos direitos dos restantes trabalhadores da empresa, ou seja, recebe o mesmo valor de subsídio de refeição e tem acesso a cantinas, salas de convívio ou outros equipamentos sociais.

Tempo parcial

Existe, também, a possibilidade de ter um contrato a tempo parcial, ou meio tempo. Se a norma é a semana de trabalho ter 40 horas, neste contrato a part-time, o número de horas de trabalho é inferior a essa dita norma. É um contrato que é obrigatório ser feito por escrito e os dias de trabalho são acordados entre o empregado e o empregador.

Contrato de prestação de serviços

O contrato de prestação de serviços é aquele que é realizado entre um trabalhador independente e uma empresa. De acordo com o Decreto-Lei nº47344 do Código Civil, “é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição”.

As empresas recorrem a este tipo de contrato como forma de evitar os custos inerentes à contratação de um novo colaborador, como a Segurança Social, por exemplo. Aqui, ao contrário dos anteriores contratos, a relação é de igualdade, ou seja, nem a empresa nem o colaborador estão acima um do outro. Basicamente, uma das partes compromete-se a

remunerar a outra pelo serviço prestado, seja intelectual ou manual.

Este tipo de contratos é bastante utilizado por trabalhadores independentes com o seu negócio próprio e que realizam serviços para diferentes clientes. Nestes casos, são os trabalhadores - ou prestadores dos serviços - quem tem a obrigação de pagar os impostos.

Período Experimental

À exceção deste último, ou seja, do contrato de prestação de serviços onde não existe qualquer vínculo com a empresa, todos os restantes tipos possuem, por regra, período experimental. Porém, pode dar-se o caso de por comum acordo entre o trabalhador e a empresa este período experimental ser retirado do contrato, e aí, deixa de existir.

O período experimental trata-se do tempo inicial do contrato, durante o qual ambas as partes avaliam se mantêm interesse na continuidade ou não do mesmo. Este período varia consoante o tipo de contrato e outras variáveis.

Análise Económica e Financeira

Balanço de 2019

ATIVO		(valores em euros)	
		31-12-2019	31-12-2018
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1 809.139	224.859
Goodwill	7	35 249.175	35.249.175
Ativos intangíveis	8	16.072	1.499.914
Participações financeiras em subsidiárias	9	68 623.017	71.559.953
Outros investimentos financeiros	10	162.087	142.907
Ativos por impostos diferidos	11	3 470.120	4.129.438
Contas a receber de clientes e outros devedores	13	693.879	2.464.531
Total do ativo não corrente		110.023.489	115.270.777
Corrente			
Inventários	12	243.680	214.910
Outras contas a receber	13	7 138.509	6.221.521
Acréscimos e diferimentos ativos	15	8 431.540	7.082.218
Caixa e depósitos bancários	14	192.621	299.625
Ativos operações descontinuadas	16	30.000	988.996
Total do ativo corrente		16.036.350	14.807.270
Total do ativo		126.059.839	130.078.047
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	17	86 962.868	86.962.868
Prémios de emissão	17	10 255.221	10.255.221
Outras reservas	18	2 667.524	2.667.524
Resultados transitados	18	(39.523.552)	(34.885.467)
Resultados retidos no período	18	(363.809)	(4.557.547)
Total do capital próprio		60.001.242	60.442.599
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	30	700.000	2.591.481
Outras contas a pagar	19	4.500.000	4.500.000
Empréstimos	20	18 800.515	22.629.891
Total do passivo não corrente		24.000.515	29.721.372
Corrente			
Outras contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	24 590.177	29.219.151
Empréstimos	20	9 966.506	3.892.781
Acréscimos e diferimentos passivos	21	7 312.961	6.802.144
Passivos operações descontinuadas	16	188.438	-
Total do passivo corrente		42.058.082	39.914.076
Total do passivo		66.058.597	69.635.448
Total do capital próprio e do passivo		126.059.839	130.078.047

Balanço de 2020

(valores em euros)

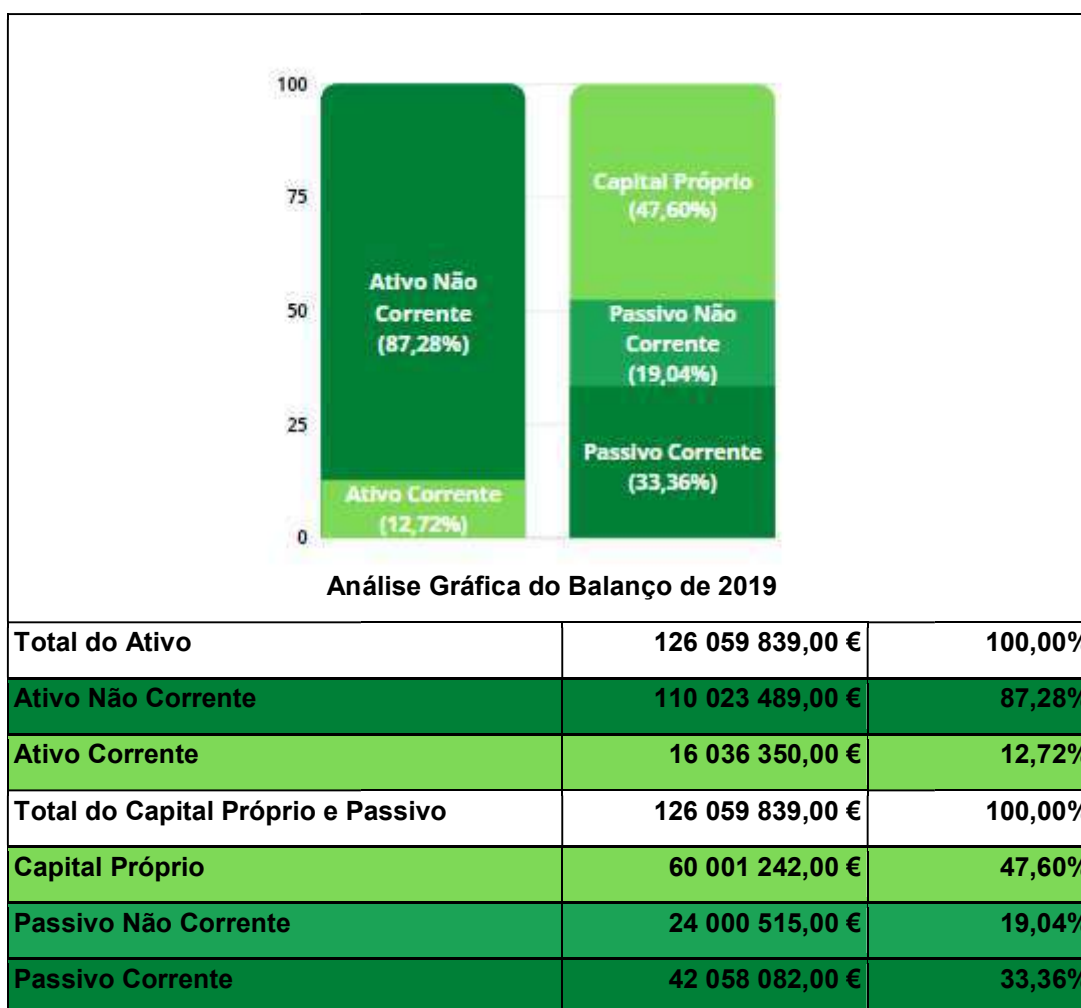
ATIVO		31-12-2020	31-12-2019
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.924.447	1.809.139
Goodwill	7	35.249.175	35.249.175
Ativos intangíveis	8	337.692	16.072
Participações financeiras em subsidiárias	9	70.464.230	68.623.017
Outros investimentos financeiros	10	194.204	162.087
Ativos por impostos diferidos	11	2.427.905	3.470.120
Contas a receber de clientes e outros devedores	13	591.519	693.879
Total do ativo não corrente		111.189.172	110.023.489
Corrente			
Inventários	12	19.987	243.680
Outras contas a receber	13	14.502.298	7.138.509
Acréscimos e diferimentos ativos	15	9.441.352	8.431.540
Caixa e depósitos bancários	14	5.194.548	192.621
Ativos operações descontinuadas	16	37.967	30.000
Total do ativo corrente		29.196.152	16.036.350
Total do ativo		140.385.325	126.059.839
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	17	86.962.868	86.962.868
Prémios de emissão	17	10.255.221	10.255.221
Outras reservas	18	2.667.524	2.667.524
Resultados transitados	18	(39.884.371)	(39.520.562)
Resultado retidos no período	18	13.105.206	(363.809)
Total do capital próprio		73.106.448	60.001.242
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	30	700.000	700.000
Outras contas a pagar	19	5.087.016	4.500.000
Empréstimos	20	25.219.299	18.800.515
Total do passivo não corrente		31.006.315	24.000.515
Corrente			
Outras contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	12.637.692	24.590.177
Empréstimos	20	14.252.956	9.966.506
Acréscimos e diferimentos passivos	21	9.344.496	7.312.961
Passivos operações descontinuadas	16	37.418	188.438
Total do passivo corrente		36.272.562	42.058.082
Total do passivo		67.278.877	66.058.597
Total do capital próprio e do passivo		140.385.325	126.059.839

Balanço de 2021

(valores em euros)			
ATIVO		31-12-2021	31-12-2020
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1 247 532	1 924 447
Goodwill	7	35 249 175	35 249 175
Ativos intangíveis	8	350 840	337 692
Participações financeiras em subsidiárias	9	69 588 102	70 464 230
Outros investimentos financeiros	10	227 860	194 204
Ativos por impostos diferidos	11	1 361 245	2 427 905
Contas a receber de clientes e outros devedores	13	523 843	591 519
Total do ativo não corrente		108 548 597	111 189 172
Corrente			
Inventários	12	28 965	19 987
Outras contas a receber	13	14 967 474	14 502 298
Acréscimos e diferimentos ativos	15	8 698 707	9 441 352
Caixa e depósitos bancários	14	2 497 970	5 194 548
Ativos operações descontinuadas	16	-	37 967
Total do ativo corrente		26 193 116	29 196 152
Total do ativo		134 741 713	140 385 325
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	17	86 962 868	86 962 868
Prémios de emissão	17	10 255 221	10 255 221
Outras reservas	18	2 667 524	2 667 524
Resultados transitados	18	(27 519 763)	(39 884 371)
Resultado retidos no período	18	2 738 103	13 105 206
Total do capital próprio		75 103 953	73 106 448
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	30	700 000	700 000
Outras contas a pagar	19	4 844 368	5 087 016
Empréstimos	20	17 922 801	25 219 299
Total do passivo não corrente		23 467 169	31 006 315
Corrente			
Outras contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	11 200 720	12 637 692
Empréstimos	20	14 645 902	14 252 956
Acréscimos e diferimentos passivos	21	10 316 551	9 344 496
Passivos operações descontinuadas	16	7 418	37 418
Total do passivo corrente		36 170 591	36 272 562
Total do passivo		59 637 760	67 278 877
Total do capital próprio e do passivo		134 741 713	140 385 325

Análise Gráfica do Balanço

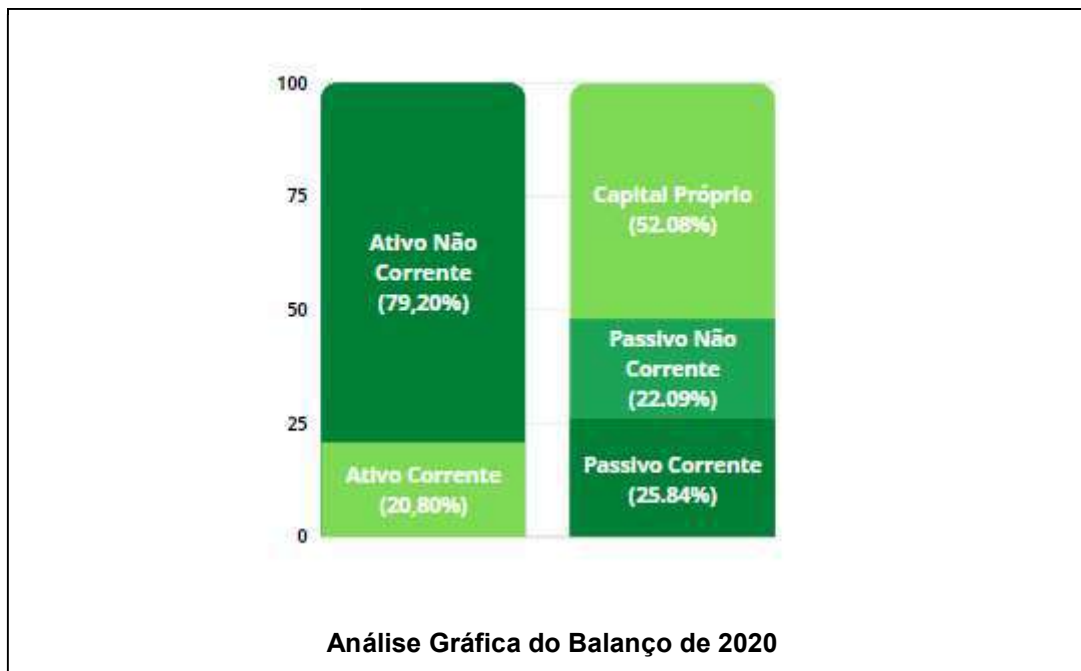
A análise dos balanços de dois períodos consecutivos permite conhecer a evolução da empresa até um determinado estágio, isto é, saber se a empresa melhorou ou piorou em termos financeiros e fazer correções para o futuro, caso se verifiquem condições desfavoráveis. Para se efetuar esta análise, as massas patrimoniais do ano-base e do ano em análise são representadas, em blocos obtidos à escala, em valores absolutos e em percentagens.



Fonte: Relatório & Contas 2019 Glintt.

De acordo com a Figura, no período referente a 2019 a repartição das massas patrimoniais apresenta-se desequilibrada, pois a empresa apresenta uma falta de capacidade de financiamento para solver as suas dívidas a curto prazo de 26.021.732,00€, dado que o valor correspondente ao Ativo Corrente (16.036.350,00€) é bastante inferior ao valor correspondente ao Passivo Corrente (42.058.082,00€), tendo que recorrer a empréstimos

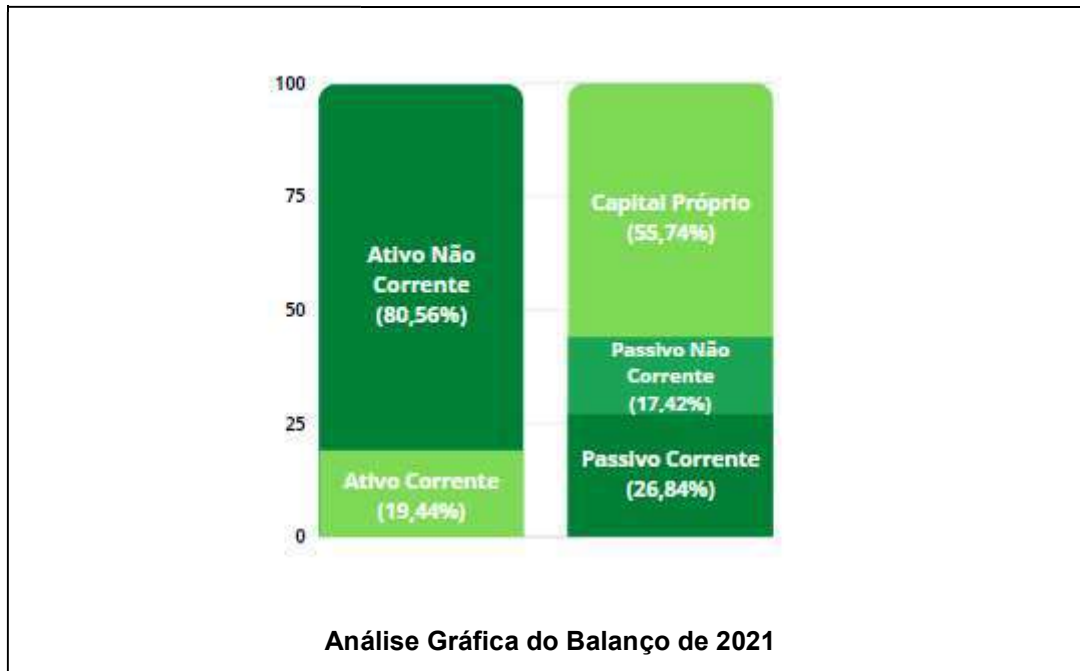
bancários ou à venda de bens do seu Ativo Não Corrente para poder solver as suas dívidas a curto prazo para com os fornecedores.



Total do Ativo	140 385 325,00 €	100,00%
Ativo Não Corrente	111 189 172,00 €	79,20%
Ativo Corrente	29 196 153,00 €	20,80%
Total do Capital Próprio e Passivo	140 385 325,00 €	100,00%
Capital Próprio	73 106 448,00 €	52,08%
Passivo Não Corrente	31 006 315,00 €	22,09%
Passivo Corrente	36 272 562,00 €	25,84%

Fonte: Relatório & Contas 2020 Glintt.

No período referente a 2020 a repartição das massas patrimoniais ainda se apresenta desequilibrada, pois a empresa apresenta uma falta de capacidade de financiamento para solver as suas dívidas a curto prazo de 7.076.409,00€, dado que o valor correspondente ao Ativo Corrente (29.196.153,00€) é bastante inferior ao valor correspondente ao Passivo Corrente (36.272.562,00€), tendo que recorrer a empréstimos bancários ou à venda de bens do seu Ativo Não Corrente para poder solver as suas dívidas a curto prazo para com os fornecedores, porém é de notar o crescimento da capacidade de financiamento a curto prazo.



Total do Ativo	134 741 713,00 €	100,00%
Ativo Não Corrente	108 548 597,00 €	80,56%
Ativo Corrente	26 193 116,00 €	19,44%
Total do Capital Próprio e Passivo	134 741 713,00 €	100,00%
Capital Próprio	75 103 953,00 €	55,74%
Passivo Não Corrente	23 467 169,00 €	17,42%
Passivo Corrente	36 170 591,00 €	26,84%

Fonte: Relatório & Contas 2021 Glintt.

No período referente a 2021 a repartição das massas patrimoniais volta a apresentar um desequilíbrio superior ao apresentado no ano precedente, pois a empresa apresenta uma falta de capacidade de financiamento para solver as suas dívidas a curto prazo de 9.977.475,00€, dado que o valor correspondente ao Ativo Corrente (26.193.116,00€) é bastante inferior ao valor correspondente ao Passivo Corrente (36.170.591,00€), tendo que recorrer a empréstimos bancários ou à venda de bens do seu Ativo Não Corrente para poder solver as suas dívidas a curto prazo para com os fornecedores, porém é de notar o decréscimo da capacidade de financiamento a curto prazo em relação ao ano antecedente.

Fundo de Maneio Líquido

Período	2019	2020	2021
Ativo Corrente	16 036 350,00 €	29 196 153,00 €	26 193 116,00 €
Passivo Corrente	42 058 082,00 €	36 272 562,00 €	36 170 591,00 €
Fundo de Maneio Líquido	-26 021 732,00 €	-7 076 409,00 €	-9 977 475,00 €

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

De acordo com a NCRF 1, os ativos correntes são entendidos como os ativos líquidos continuamente em circulação, como capital circulante, ativos que se espera que sejam realizados dentro do ciclo operacional corrente, bem como os passivos que devam ser liquidados dentro do mesmo período. Também é necessário ter em conta as datas de maturidade dos ativos financeiros e dos passivos financeiros.

Assim, para que a empresa tenha uma situação estável, os ativos correntes devem ser superiores aos passivos correntes. A diferença entre estas duas rubricas recebe o nome de Fundo de Maneio ou Fundo de Maneio Líquido.

O Fundo de Maneio é uma margem de segurança constituída por elementos patrimoniais que se transformam com alguma facilidade em meios financeiros líquidos. Noutra perspetiva, se a empresa quer fazer face a riscos decorrentes, por exemplo da variação do volume de atividade, terá que dispor de uma margem de segurança, isto é, os seus capitais permanentes devem ser superiores aos ativos a mais de 1 ano que devem financiar.

Como se pode observar através da Figura, verifica-se que a GLINTT apresenta necessidades de Fundo de Maneio nos três períodos em análise, ou seja, os seus capitais permanentes não foram suficientes para cobrir os créditos a mais de um ano, pelo que não se verifica equilíbrio financeiro.

Contudo, verifica-se uma descida acentuada das necessidades de Fundo de Maneio no valor de 18.945.323,00€ no período de 2020, o que pode estar relacionado com o abrandamento da atividade económica por conta da Pandemia da COVID-19 e o nível de incerteza nos mercados globais. Pelo contrário, o período de 2021 teve o efeito inverso, traduzindo-se num aumento das necessidades de Fundo de Maneio em 2.901.066,00€.

Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos (Simplificado)

O DOAF - Demonstração de Origem e Aplicação de Fundos é um dos mapas financeiros mais importantes e utilizados na contabilidade e na análise financeira de empresas representando um conjunto de fluxos de carácter monetário verificado numa determinada empresa e num determinado período. O principal objetivo do DOAF é a compreensão das razões dos aumentos e diminuições do fundo de maneo (relação entre o ativo circulante e o passivo circulante) num determinado período, sendo elaborado através da variação entre dois balanços, um inicial e outro final do período em causa. Os balanços devem separar os ativos e passivos circulantes dos elementos de longo prazo.

DOAF Simplificado 2019|2020

Origens	Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos (Simplificado) 2019 2020		Aplicações
Diminuição do Ativo	0,00 €	14 325 486,00 €	Aumento do Ativo
Aumento do Passivo	1 220 280,00 €	0,00 €	Diminuição do Passivo
Aumento do Capital Próprio	13 105 206,00 €	0,00 €	Diminuição do Capital Próprio
Total	14 325 486,00 €	14 325 486,00 €	Total

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

Análise DOAF Simplificado 2019|2020

De acordo com a figura apresentada, a GLINTT nos dois primeiros exercícios económicos em análise, realizou um aumento dos seus Ativos no valor de 14.325.486,00€. Este crescimento, deve-se principalmente ao investimento em Ativo Não Corrente de 321.620,00€ em Ativos Intangíveis e de 1.841.213,00€ em Participações Financeiras em Subsidiárias e por outro lado em Ativo Corrente de 7.363.789,00€ em Outras Contas a Receber e de 5.001.927,00€ no reforço de Caixa e Depósitos Bancários.

Relativamente ao Capital Próprio verifica-se um aumento de 13.105.206,00€, relacionado particularmente com o Resultados Retidos no Período.

No que respeita ao Passivo, verifica-se um crescimento do Passivo Não Corrente em 7.005.800,00€, relacionado com a contração de um empréstimo a longo prazo no valor de 6.418.784,00€ e na rubrica Outras Contas a Pagar no valor de 587.016,00€, relativamente ao

Passivo Corrente, verifica-se um decréscimo em grande parte relacionado com o pagamento de dívidas a fornecedores de 11.952.485,00€, apesar do decréscimo, não teve um impacto muito avultado no Passivo Corrente, dado o aumento de 4.286.450,00€ em Empréstimos a curto prazo e de 2.031.535,00€ em Acréscimos e Diferimentos Passivos.

DOAF Simplificado 2020|2021

Origens	Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos (Simplificado) 2020 2021		Aplicações
Diminuição do Ativo	5 643 612,00 €	0,00 €	Aumento do Ativo
Aumento do Passivo	0,00 €	7 641 117,00 €	Diminuição do Passivo
Aumento do Capital Próprio	1 997 505,00 €	0,00 €	Diminuição do Capital Próprio
Total	7 641 117,00 €	7 641 117,00 €	Total

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

Análise DOAF Simplificado 2020|2021

De acordo com a figura apresentada, a GLINTT nos dois últimos exercícios económicos em análise, realizou uma diminuição dos seus Ativos no valor de 5.643.612,00€. Este decréscimo, em Ativo Não Corrente deve-se principalmente à venda de Ativos Tangíveis no valor de 676.915,00€, na diminuição de 876.128,00€ em Participações Financeiras em Subsidiárias e na diminuição de Ativos por impostos diferidos no valor de 1.066.660,00, por outro lado em Ativo Corrente verificou-se uma diminuição nos Acréscimos e Diferimentos Ativos no valor de 742.645,00€ e na diminuição das disponibilidades em Caixa e Depósitos Bancários no valor de 2.696.578,00€.

Relativamente ao Capital Próprio verifica-se um aumento de 1.997.505,00€, resultado da diminuição de 10.367.103,00€ em Resultados Retidos no Período e no aumento de 12.364.608,00€ em Resultados Transitados.

No que respeita ao Passivo, verifica-se um decréscimo do Passivo Não Corrente em 7.539.146,00€, relacionado com o pagamento de um empréstimo a longo prazo no valor de 7.296.498,00€, e com a diminuição da rubrica Outras Contas a Pagar no valor de 242.648,00€, relativamente ao Passivo Corrente, verifica-se um decréscimo em grande parte relacionado com o pagamento de dívidas a fornecedores de 1.436.972,00€, apesar do decréscimo, não teve um impacto muito avultado no Passivo Corrente, dado o aumento de 392.946,00€ em Empréstimos a curto prazo e de 972.055,00€ em Acréscimos e Diferimentos Passivos.

Rácios Financeiros

Rácios de Estrutura

Os rácios de estrutura medem a capacidade da empresa para solver os seus compromissos a médio e longo prazos, comparando os fundos fornecidos pelos acionistas (capitais próprios) com os fundos obtidos junto dos credores (capitais alheios).

De entre os rácios de estrutura há a considerar:

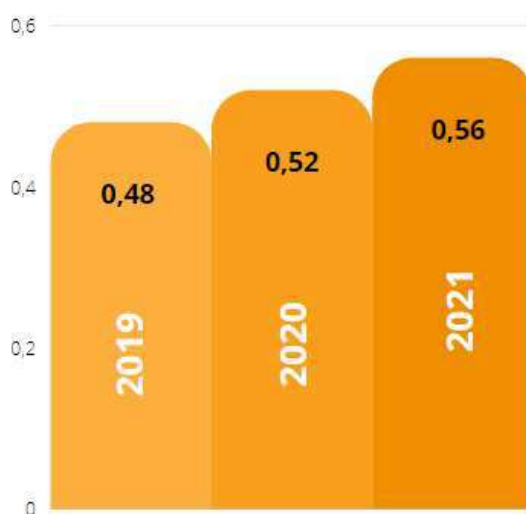
Autonomia Financeira

A autonomia financeira é um indicador da capitalização das empresas, este indicador varia entre 0 e 1. Zero é a total dependência de terceiros; um é a autonomia total, a empresa não recorre a qualquer capital alheio. Ora, nem um extremo nem o outro. O endividamento junto de terceiros permite o efeito de alavanca financeira, no caso de os capitais obtidos por empréstimo renderem a uma taxa de lucro superior à taxa de juro do empréstimo. Neste caso, a taxa de rendibilidade dos capitais próprios aumenta com o endividamento.

Capitalizar uma empresa pode ser benéfico para a sua atividade e para a sua saúde financeira, mas também acarreta custos. Por esse motivo, é necessário avaliar as vantagens e os custos de aumentar os capitais, próprios ou alheios, da empresa. Esta decisão tem impacto nos rácios de estrutura financeira, dos quais a autonomia financeira faz parte. A autonomia financeira corresponde ao rácio entre o capital próprio e o ativo e reflete a proporção dos ativos de uma empresa ou de um setor que são financiados por capitais próprios (por exemplo através de capital social, reservas, resultados transitados ou do resultado líquido do período).

O complementar deste valor indica o nível de endividamento dessa empresa, isto é, a proporção dos ativos que são financiados por capitais alheios (por exemplo através de empréstimos bancários, emissão de papel comercial, emissão de obrigações ou contas a pagar a fornecedores). Quando uma empresa contrai um empréstimo bancário o seu nível de endividamento aumenta. Mas quando a empresa recebe prestações suplementares de capital por parte dos seus acionistas ou acumula resultados líquidos positivos, a empresa está a reforçar o peso que os seus capitais próprios têm no seu ativo. Trata-se de uma forma de capitalização que, mantendo o valor do ativo, se traduz num aumento da sua autonomia financeira.

Por fim, o Rácio de Autonomia Financeira indica-nos, por cada 100,00 € aplicados na empresa, quantos são próprios e quantos são alheios. Ou seja, mede a participação do capital próprio no financiamento da empresa.



Periodo	2019	2020	2021
Ativo Total Líquido	126 059 839,00 €	140 385 325,00 €	134 741 713,00 €
Capitais Próprios	60 001 242,00 €	73 106 448,00 €	75 103 953,00 €
Rácio de Autonomia Financeira	0,48	0,52	0,56

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

De volta ao caso prático GLINTT, de acordo com os dados apresentados na Figura, podemos afirmar que a GLINTT manifesta um bom equilíbrio financeiro, apresentando um crescimento contínuo da sua Autonomia Financeira nos períodos em análise. Em 2019, por

cada 100,00€ investidos na empresa 48,00€ eram próprios e 52,00€ alheios, em 2020 a Autonomia Financeira volta a crescer, a situação inverte-se e por cada 100,00€ investidos na GLINTT, 52,00€ eram próprios e 48,00€ alheios, por fim em 2021 a GLINTT continuou o seu progresso e por cada 100,00€ investidos na empresa, 56,00€ eram próprios e 44,00€ alheios.

Nota: Caso a empresa queira obter algum Financiamento Europeu ou Estatal, terá que ter uma Autonomia Financeira, superior ou igual a 0,25(25%), caso a empresa tenha menos que isso os Sócios/Acionistas deverão aumentar o Capital Próprio, para assim obter a Autonomia Financeira requerida.

Solvabilidade

A Solvabilidade traduz a capacidade de uma organização cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. O conceito de solvabilidade contrapõe-se ao de liquidez, assumindo esta última uma visão de curto prazo e a solvabilidade uma perspetiva de médio-longo prazo.

A solvabilidade traduz o risco que os credores de uma organização incorrem, através da comparação dos níveis de capital próprio investidos pelos sócios ou acionistas com os níveis de capitais próprios alheios aplicados pelos credores. Se o rácio for superior a 1, então podemos considerar a entidade financeiramente estável. Um rácio de solvabilidade inferior a 1 indicia uma situação financeira vulnerável.

Quando este rácio é superior a um, significa então que o valor do capital próprio é superior ao passivo. Podemos considerar o risco da atividade reduzido, existindo uma margem de segurança para a atividade poder crescer e endividar-se. Pelo contrário, quando o rácio é inferior a um, significa que o valor do capital próprio não é suficiente para cobrir o valor do passivo.



Período	2019	2020	2021
Passivo Total	66 058 597,00 €	67 278 877,00 €	59 637 760,00 €
Capitais Próprios	60 001 242,00 €	73 106 448,00 €	75 103 953,00 €
Rácio de Solvabilidade	0,91	1,09	1,26

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

De acordo com os dados apresentados na Figura, podemos afirmar que a GLINTT manifesta um bom equilíbrio financeiro, apresentando um crescimento contínuo da sua Solvabilidade nos períodos em análise. Em 2019, a GLINTT apresentava um grau de cobertura do Ativo por Capitais Próprios de 0,91, mas ainda abaixo do resultado desejado, porém em 2020 e 2021 verificou-se uma trajetória de subida, atingindo os valores de 1,09 e 1,26, respetivamente, manifestando assim capacidade da empresa solver os seus compromissos com terceiros na data do seu vencimento.

Endividamento ou Dependência

O rácio de endividamento determina a proporção ou percentagem de capital alheio utilizado no financiamento das atividades da entidade, este rácio é um indicador utilizado pelos financiadores ao procurar avaliar o risco de não cumprimento do serviço de dívida por parte da entidade. Varia entre 0 e 1 (se o capital próprio for negativo este rácio também apresentará valores superiores a 1) e é um indicador complementar à Autonomia Financeira pelo que a soma dos dois indicadores irá dar 1.



Periodo	2019	2020	2021
Passivo	66 058 597,00 €	67 278 877,00 €	59 637 760,00 €
Ativo Total Líquido	126 059 839,00 €	140 385 325,00 €	134 741 713,00 €
Rácio de Endividamento	0,52	0,48	0,44

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

Analisando a informação presente na Figura, verifica-se uma tendência de descida da dependência de capitais alheios por parte da GLINTT de 0,52 em 2019 para 0,44 em 2021, tal como era expectável, pois verificou-se anteriormente uma tendência de subida relativamente à Autonomia Financeira.

Rácios de Liquidez

Medem a capacidade da empresa para fazer face às suas obrigações a curto prazo. Permitem, pois, verificar se a empresa tem ou não capacidade para pagar as suas dívidas nas datas do seu vencimento. Para isso, o gestor recorre normalmente aos indicadores de liquidez:

Liquidez Geral

Traduz em que medida o endividamento de curto prazo (corrente) se encontra coberto por ativos que podem vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos também no curto prazo. Se o valor apurado for maior do que 1, a empresa pode utilizar ativos líquidos para liquidar dívidas a menos de 1 ano.

Costuma dizer-se que quanto maior for o indicador, melhor. No entanto, não é exatamente assim, porque um valor elevado pode significar:

1. Grandes quantidades de stocks em armazém;
2. Um valor bastante elevado de dívidas por parte dos clientes;
3. Grandes disponibilidades em caixa ou em bancos.

Por fim, é importante dar nota de que valores sistematicamente inferiores a 1 podem indicar dificuldades na tesouraria da empresa.

Período	2019	2020	2021
Passivo Corrente	42 058 082,00 €	36 272 562,00 €	36 170 591,00 €
Ativo Corrente	16 036 350,00 €	29 196 152,00 €	26 193 116,00 €
Rácio de Liquidez Geral	0,38	0,80	0,72

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

De acordo com os dados presentes na figura e a análise gráfica realizada anteriormente, relativamente ao Balanço, no período referente a 2019 a repartição das massas patrimoniais apresenta-se desequilibrada, pois a empresa apresenta uma falta de capacidade de financiamento para solver as suas dívidas a curto prazo apresentando uma Liquidez Geral de 0,38, no ano de 2020 é de notar o crescimento da capacidade de financiamento a curto prazo para 0,80, apesar de ainda se manter abaixo do nível desejável, no ano de 2021 verifica-se uma diminuição da Liquidez Geral para 0,72.

Liquidez Reduzida

Traduz em que medida o endividamento de curto prazo (corrente) se encontra coberto por ativos que podem vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos também no curto prazo, com exceção dos inventários e ativos biológicos consumíveis.

Este indicador diz-nos qual o peso dos stocks na estrutura da empresa. Se houver uma diferença exagerada entre o valor da liquidez geral e o valor da liquidez reduzida, devemos acautelar-nos, pois tal facto poderá significar que a empresa está a produzir para o armazém e não para o mercado, estando a criar stocks "mortos", que pesam bastante em termos de custos para a empresa. Normalmente, assume-se que quanto maior for este rácio melhor está a tesouraria da empresa.



Período	2019	2020	2021
Passivo Corrente	42 058 082,00 €	36 272 562,00 €	36 170 591,00 €
Inventários	243 680,00 €	19 987,00 €	26 193 116,00 €
Ativo Corrente	16 036 350,00 €	29 196 152,00 €	26 193 116,00 €
Rácio de Liquidez Reduzida	0,38	0,80	0,72

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

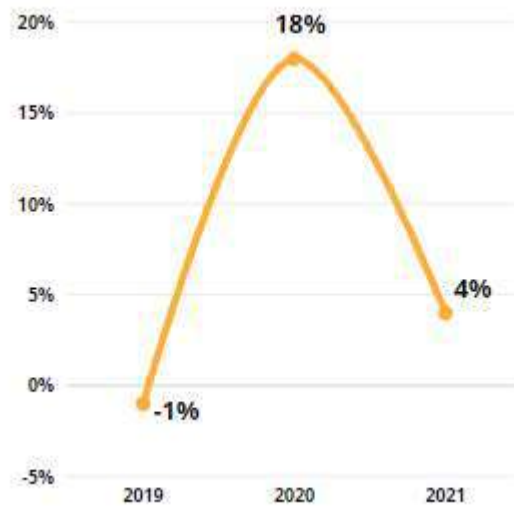
De acordo com os dados presentes na figura e com os dados referentes ao Rácio da Liquidez Geral, não existe qualquer diferença entre elas, por isso é viável afirmar que a empresa está a produzir para o mercado, porém no período de 2019 manifesta um valor bastante baixo de Liquidez, o que poderia colocar a empresa numa situação desagradável de ter que suspender pagamentos, por falta de Liquidez para fazer face aos seus compromissos a curto prazo.

Rácios de Rentabilidade

Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE)

Este rácio relaciona o resultado que a empresa obteve em determinado período face aos capitais próprios de que dispunha.

É o rácio preferido por acionistas e investidores. Permite ao acionista calcular a taxa de retorno dos capitais que investiu. Comparando esta taxa com as remunerações oferecidas no mercado de capitais ou com o custo do financiamento, os detentores das ações das empresas podem concluir se o seu capital está a ser bem aplicado.



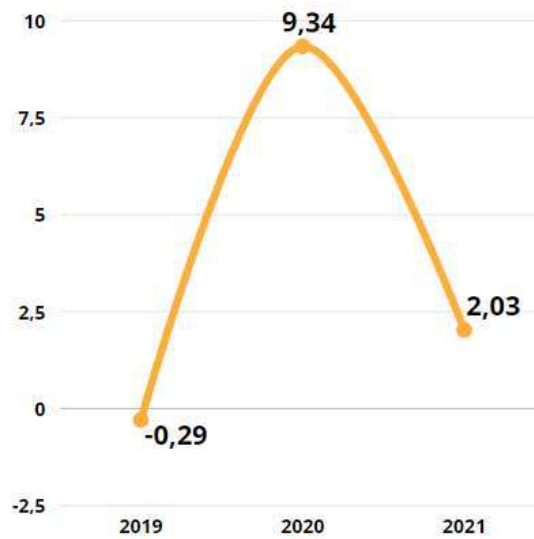
Período	2019	2020	2021
Resultado Líquido do Período	-363 809,00 €	13 105 206,00 €	2 738 103,00 €
Capital Próprio	60 001 242,00 €	73 106 448,00 €	75 103 953,00 €
Rácio de Rendibilidade do Capital Próprio	-0,01	0,18	0,04

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

Como se pode observar pelos valores apurados, a GLINTT melhorou de forma acentuado a sua capacidade de gerar lucros do período de 2019 para 2020, obtendo uma rentabilidade dos capitais de 18% em 2020, porém de 2020 para 2021 essa capacidade diminuiu para 4%, o que pode ser explicado pela quebra da atividade por conta da Pandemia da COVID-19, ainda assim manteve capacidade de gerar lucros no período de 2021.

Rendibilidade do Ativo Total (ROA)

É o rácio que pretende aferir o desempenho gerado no período a partir dos ativos da empresa. Este indicador de desempenho é avaliado antes do impacto dos gastos com as depreciações e amortizações, gastos de financiamento e impostos sobre o rendimento.



Periodo	2019	2020	2021
Resultado Líquido do Período	-363 809,00 €	13 105 206,00 €	2 738 103,00 €
Ativo Líquido	126 059 839,00 €	140 385 325,00 €	134 741 713,00 €
Rácio de Rendibilidade do Ativo Total	-0,29	9,34	2,03

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

No período de 2019, a Rendibilidade dos Ativos da empresa foi negativa, provocado pelo mau aproveitamento dos capitais próprios alheios investidos na GLINTT, porém em 2020 esses capitais terão tido um melhor aproveitamento, gerando lucros de 9,34€ por cada 100€ investidos, no período de 2021 apesar de a empresa ter mantido a capacidade de gerar lucros a partir dos Ativos, estes foram menores que no período anterior, o que pode ser explicado pela quebra da atividade por conta da Pandemia da COVID-19.

Demonstração de Resultados por Naturezas 2019

(valores em euros)

		31-12-2019	31-12-2018
Vendas	22	3.963.118	4.557.576
Prestação serviços	22	16.190.076	15.836.725
Total das Vendas e Prestação de serviços		20.153.194	20.394.301
Custo das Vendas	23	(4.003.087)	(4.140.158)
Sucontratos	24	(5.650.514)	(5.015.588)
Margem bruta		10.499.593	11.238.555
Fornecimentos e serviços externos	25	(4.821.623)	(4.861.210)
Custos com pessoal	26	(11.841.612)	(12.888.618)
Outros ganhos e perdas líquidas	27	3.699.629	3.003.293
Resultado operacional bruto		(2.464.013)	(3.507.980)
Depreciações e amortizações	28	(2.009.872)	(1.515.305)
Imparidades	29	(3.634.087)	8.580
Provisões (aumentos / reduções)	30	776.419	437.000
Resultado operacional		(7.331.553)	(4.577.705)
Resultados Financeiros	31	7.407.396	359.831
Resultados antes de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		75.843	(4.217.874)
Imposto sobre resultados	32	97.960	8.442
Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		173.803	(4.209.432)
Ganhos/Perdas com Operações Descontinuadas	33	(537.611)	(348.115)
Resultado líquido do período		(363.809)	(4.557.547)
Resultado por ação (eur)			
Resultados básicos	34	(0,004)	(0,052)
Resultados diluídos	34	(0,004)	(0,052)

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

Demonstração de Resultados por Naturezas 2020

(valores em euros)

		31-12-2020	31-12-2019
Vendas	22	3.087.760	3.963.118
Prestação serviços	22	20.868.563	16.190.076
Total das Vendas e Prestação de serviços		23.956.323	20.153.194
Custo das Vendas	23	(2.707.072)	(4.003.087)
Subcontratos	24	(8.452.699)	(5.650.514)
Margem bruta		12.796.552	10.499.593
Fornecimentos e serviços externos	25	(3.993.308)	(4.821.623)
Custos com pessoal	26	(13.638.647)	(11.841.612)
Outros ganhos e perdas líquidas	27	4.697.552	3.699.629
Resultado operacional bruto		(137.851)	(2.464.013)
Depreciações e amortizações	28	(1.109.849)	(2.009.872)
Imparidades	29	26.109	(3.634.087)
Provisões (aumentos / reduções)	30	-	776.419
Resultado operacional		(1.221.592)	(7.331.553)
Resultados Financeiros	31	14.825.043	7.407.396
Resultados antes de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		13.603.451	75.843
Imposto sobre resultados	32	(498.245)	97.960
Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		13.105.206	173.803
Perdas com operações descontinuadas	33	-	(537.611)
Resultado líquido do período		13.105.206	(363.808)
Resultado por ação (eur)			
Resultados básicos	34	0,151	(0,004)
Resultados diluídos	34	0,151	(0,004)

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

Demonstração de Resultados por Naturezas 2021

		(valores em euros)	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas:	22	1 611 169	3 087 760
Prestação serviços:	22	26 383 309	20 868 563
Total das Vendas e Prestação de serviços:		27 994 478	23 956 323
Custo das Vendas:	23	(1 388 423)	(2 707 072)
Sucontratos:	24	(11 250 385)	(8 452 699)
Margem bruta		15 355 670	12 796 552
Fornecimentos e serviços externos:	25	(4 106 377)	(3 993 308)
Custos com pessoal	26	(14 926 570)	(13 638 647)
Outros ganhos e perdas líquidas	27	4 142 851	4 697 552
Resultado operacional bruto		465 574	(137 851)
Depreciações e amortizações:	28	(1 376 853)	(1 109 849)
Imparidades	29	(676 903)	26 109
Resultado operacional		(1 588 182)	(1 221 591)
Resultados Financeiros	31	5 092 469	14 825 043
Resultados antes de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		3 504 287	13 603 451
Imposto sobre resultados	32	(502 337)	(498 245)
Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		3 001 950	13 105 206
Perdas com operações descontinuadas	33	(263 847)	-
Resultado líquido do período		2 738 103	13 105 206
Resultado por ação (eur)			
Resultados básicos	34	0,031	0,151
Resultados diluídos	34	0,031	0,151

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

Análise das Demonstrações de Resultados por Naturezas

Período	2019	%	2020	%	2021
Vendas	3 963 118,00 €	-22,09%	3 087 760,00 €	-47,82%	1 611 169,00 €
Serviços Prestados	16 190 076,00 €	28,90%	20 868 563,00 €	26,43%	26 383 309,00 €
CMVMC	4 003 087,00 €	-32,38%	2 707 072,00 €	-48,71%	1 388 423,00 €
FSE	4 821 623,00 €	-17,18%	3 993 308,00 €	2,83%	4 106 377,00 €
Gastos com o Pessoal	11 841 612,00 €	15,18%	13 638 647,00 €	9,44%	14 926 570,00 €
Depreciações e Amortizações	2 009 872,00 €	-44,78%	1 109 849,00 €	24,06%	1 376 853,00 €
Resultado Antes de Imposto	75 843,00 €	17836,33%	13 603 451,00 €	-74,24%	3 504 287,00 €
Resultado Líquido do Período	-363 809,00 €	3702,22%	13 105 206,00 €	-79,11%	2 738 103,00 €

Fonte: Relatório & Contas Glintt.

Os rendimentos decorrentes da venda de bens ou prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os princípios introduzidos pela **IFRS 15** (ver anexos). O rédito deve refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, pelo montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços

Vendas

Como se pode observar, as Vendas no período de 2019 totalizaram um valor de 3 963 118,00€, que pode ser categorizado como: Mercado Interno, no valor de 3.933.761,00€; Mercado Comunitário, no valor de 29.356,00€; e Mercado Extracomunitário, que neste período não obteve qualquer valor.

No período de 2020 verificou-se uma variação negativa no valor das Vendas de 22,09% apresentando um valor de 3 087 760,00 €, o que pode ser relacionado com o ano de início da Pandemia da COVID-19 onde as empresas foram postas à prova e se verificaram quebras na atividade económica, de acordo com os dados a GLINTT não foi indiferente e registou essa mesma quebra na atividade totalizando vendas: no Mercado Interno, no valor de 3.059.888,00€; no Mercado Comunitário, no valor de 27.872,00€; e não registou quaisquer vendas para o Mercado Extracomunitário.

Por fim, no período de 2021 as vendas voltam a cair desta vez mais abruptamente, a uma taxa de 47,82%, totalizando vendas no Mercado Interno, no valor de 1.611.169,00€ e não obtendo qualquer valor nos restantes mercados.

Prestação de Serviços

No que respeita à rubrica da Prestação de Serviços esta foi a única que revelou constante crescimento no que respeita aos Receitas em Estudo, obtendo no período de 2019 um valor de 16.190.077,00€, que pode ser dividido em categorias tal como as Vendas: Mercado Interno, no valor de 13.387.036,00€; Mercado Comunitário, no valor de 2.499.642,00€; e Mercado Extracomunitário, no valor de 303.398,00€.

No período de 2020 verificou-se um crescimento no valor de 28,90% traduzindo-se num valor de 20 868 563,00 €, totalizando receitas: no Mercado Interno, no valor de 18.554.257,00€; no Mercado Comunitário, no valor de 2.194.459,00€; e no Mercado Extracomunitário no valor de 119.847,00€.

Por fim, no período de 2021 as receitas voltam a subir, a uma taxa de 26,43% observando-se um valor de 26 383 309,00 €, arrecadando receitas: no Mercado Interno, no valor de 23.635.583,00€; no Mercado Comunitário, no valor de 2.688.876,00€; e no Mercado Extracomunitário, no valor de 58.850,00€.

Resumo por Mercado / Tipologia	2019	Venda licenças SW	Venda Equipamentos	Serviços Implementação	Contratos de Manutenção
Venda de Bens	3.963.118	1.210.639	2.752.479	-	-
Mercado Interno	3.932.283	1.179.805	2.752.479	-	-
Mercado Comunitário	29.356	29.356	-	-	-
Mercado Extracomunitário	1.478	1.478	-	-	-
Prestação de Serviços	16.190.077	-	-	14.358.382	1.831.695
Mercado Interno	13.568.870	-	-	11.824.387	1.744.483
Mercado Comunitário	2.468.431	-	-	2.384.347	84.083
Mercado Extracomunitário	152.775	-	-	149.646	3.128
Total Vendas e Prestação de Serviços	20.153.194	1.210.639	2.752.479	14.358.382	1.831.695

Resumo por Mercado / Tipologia	2020	Venda licenças SW	Venda Equipamentos	Serviços Implementação	Contratos de Manutenção
Venda de Bens	3.087.760	759.447	2.328.313	-	-
Mercado Interno	3.059.888	739.234	2.320.654	-	-
Mercado Comunitário	27.872	20.213	7.659	-	-
Mercado extracomunitário	-	-	-	-	-
Prestação de Serviços	20.868.563	-	-	19.171.936	1.696.628
Mercado Interno	18.626.735	-	-	17.009.504	1.617.231
Mercado Comunitário	2.194.489	-	-	2.115.818	78.671
Mercado extracomunitário	47.340	-	-	46.614	726
Total Vendas e Prestação de Serviços	23.956.323	759.447	-	19.171.936	1.696.628

Resumo por Mercado / Tipologia	2021	Venda licenças SW	Venda Equipamentos	Serviços Implementação	Contratos de Manutenção
Venda de Bens	1 611 169	-	1 611 169	-	-
Mercado Interno	1 611 169	-	1 611 169	-	-
Mercado Comunitário	-	-	-	-	-
Mercado extracomunitário	-	-	-	-	-
Prestação de Serviços	26 383 309	777 909	-	24 128 820	1 476 580
Mercado Interno	23 635 583	777 909	-	21 468 736	1 388 938
Mercado Comunitário	2 688 876	-	-	2 601 235	87 642
Mercado extracomunitário	58 850	-	-	58 850	-
Total Vendas e Prestação de Serviços	27 994 478	777 909	1 611 169	24 128 820	1 476 580

Custo das Vendas

	31-12-2019	31-12-2018
Saldo inicial	214.910	44.685
Compras	3.379.009	4.310.383
Transferências - Portal de compras (nota 8)	652.848	
Regularizações	-	-
Saldo final	243.680	214.910
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.003.087	4.140.158

Como se pode observar, o Custo das Vendas no período de 2019 totalizou um valor de 4.003.087,00€, que podem ser categorizados como: Saldo Inicial, no valor de 214.910,00€; Compras, no valor de 3.379.009,00€; Transferências - Portal de compras, no valor de 652.848,00€; Regularizações, que não apresenta qualquer valor; e Saldo final, no valor de 243.680,00€.

	31-12-2020	31-12-2019
Saldo inicial	243.680	214.910
Compras	1.691.872	3.379.009
Transferências - Portal de compras (nota 8)	-	652.848
Reconhecimento de acréscimos e diferimentos	791.507	-
Saldo final	19.987	243.680
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.707.072	4.003.087

No período de 2020 verificou-se uma variação negativa no valor do Custo das Vendas de 32,38% traduzindo-se num valor de 2 707 072,00 €, o que pode ser relacionado com o ano de início da Pandemia da COVID-19 onde as empresas foram postas à prova e se verificaram quebras na atividade económica e por isso não foi necessário fazer-se tantas compras, totalizando: Saldo Inicial, no valor de 243.680,00€; Compras, no valor de 1.691.872,00€; Transferências - Portal de compras, que não apresenta qualquer valor; Reconhecimento de acréscimos e diferimentos, no valor de 791.507,00€; e Saldo final, no valor de 19.987,00€.

	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	19.987	243.680
Compras	1.157.207	1.691.872
Regularizações	-	-
Movimentos de Acréscimos	240.194	791.507
Saldo final	28.965	19.987
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.388.423	2.707.072

Por fim, no período de 2021 verificou-se uma variação negativa no valor do Custo das Vendas de 48,71% observando-se um total de 1 388 423,00 €, categorizado por: Saldo Inicial, no valor de 19.987,00€; Compras, no valor de 1.157.207,00€; Regularizações, que não apresenta qualquer valor; Movimentos de Acréscimos, no valor de 240.194,00€; e Saldo final, no valor de 28.965,00€.

Fornecimentos e Serviços Externos

	31-12-2019	31-12-2018
Trabalhos especializados	3.396.541	2.394.013
Rendas e alugueres	148.053	1.040.654
Deslocações e estadas	240.656	328.255
Publicidade e propaganda	154.295	320.441
Conservação e reparação	421.465	273.281
Energia e fluidos	192.036	186.842
Seguros	105.365	103.455
Transportes e representação	46.363	46.327
Despesas bancárias	29.232	36.221
Comunicação	45.938	41.755
Contencioso e notariado	18.260	21.422
Outros fornecimentos e serviços externos	23.422	68.544
	4.821.623	4.861.210

Como se pode observar, os Fornecimentos e Serviços Externos no período de 2019 totalizaram um valor de 4.821.623,00€, que pode ser categorizado como: Trabalhos Especializados, no valor de 3.396.541,00€; Rendas e alugueres, no valor de 148.053,00€; Deslocações e estadas, no valor de 240.656,00€; Publicidade e propaganda, no valor de 154.295,00€; Conservação e reparação, no valor de 421.465,00€; Energia e fluidos, no valor de 192.036,00€; Seguros, no valor de 105.365,00€; Transportes e representação, no valor de 46.636,00€; Comunicação, no valor de 45.938; Contencioso e notariado, no valor de 18.260,00; Outros fornecimentos e serviços externos no valor de 23.422,00€.

	31-12-2020	31-12-2019
Trabalhos especializados	2.665.374	3.396.541
Rendas e alugueres	246.266	148.053
Deslocações e estadas	87.693	240.656
Pulicidade e propaganda	150.905	154.295
Conservação e reparação	527.110	421.465
Energia e fluidos	138.494	192.036
Seguros	141.634	105.365
Transportes e representação	25.150	46.363
Despesas bancárias	24.981	29.232
Comunicação	89.047	45.938
Contencioso e notariado	11.013	18.260
Outros fornecimentos e serviços externos	(114.359)	23.422
	3.993.308	4.821.623

Os Fornecimentos e Serviços Externos 2020 apresentaram uma variação negativa no valor de 17,18%, totalizando um valor de 3.993.308,00€, que pode ser categorizado como: Trabalhos Especializados, no valor de 2.665.374,00€; Rendas e alugueres, no valor de 246.266,00€; Deslocações e estadas, no valor de 87.693,00€; Publicidade e propaganda, no valor de 150.905,00€; Conservação e reparação, no valor de 527.110,00€; Energia e fluidos, no valor de 138.494,00€; Seguros, no valor de 141.634,00€; Transportes e representação, no valor de 25.150,00€; Despesas Bancárias, no valor de 24.981,00€; Comunicação, no valor de 89.047,00€; Contencioso e notariado, no valor de 11.013,00€; Outros fornecimentos e serviços externos no valor de (114.359,00€). Esta variação poderá estar diretamente relacionada com o Confinamento Geral e o Teletrabalho.

	31-12-2021	31-12-2020
Trabalhos especializados	2.798.542	2.665.374
Rendas e alugueres	122.504	246.266
Deslocações e estadas	86.216	87.693
Pulicidade e propaganda	208.458	150.905
Conservação e reparação	508.115	527.110
Energia e fluidos	145.815	138.494
Seguros	153.965	141.634
Transportes e representação	27.147	25.150
Despesas bancárias	35.131	24.981
Comunicação	177.115	89.047
Contencioso e notariado	12.026	11.013
Outros fornecimentos e serviços externos	(168.659)	(114.359)
	4.106.377	3.993.308

Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2021 apresentaram um crescimento no valor de 2,83%, totalizando um valor de 3.993.308,00€, que pode ser categorizado como: Remunerações do Pessoal, no valor de 9.412.455,00€; Rendas e alugueres, não apresenta

qualquer valor; Remunerações dos órgãos sociais no valor de 122504,00€; Deslocações e estadas, no valor de 86.216,00€; Publicidade e propaganda, no valor de 208.458,00€; Conservação e reparação, no valor de 508.115,00€; Energia e fluídos, no valor de 145.815,00€; Seguros, no valor de 153.965,00€; Transportes e representação, no valor de 27.147,00€; Despesas Bancárias, no valor de 35.131,00€; Comunicação, no valor de 177.115,00€; Contencioso e notariado, no valor de 12.026,00€; Outros fornecimentos e serviços externos no valor de (168.659,00€).

Custos com o pessoal

	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações do pessoal	8.392.553	9.128.099
Encargos sobre remunerações	1.930.716	2.190.639
Remunerações dos órgãos sociais	613.375	761.177
Custos Reestruturação	195.285	115.765
Outros gastos com pessoal	709.683	692.938
	11.841.612	12.888.618

Como se pode observar, os Custos com o Pessoal no período de 2019 totalizaram um valor de 11.841.612,00€, que pode ser categorizado como: Remunerações do Pessoal, no valor de 8.392.553,00€; Encargos sobre remunerações, no valor de 1.930.716,00€; Remunerações dos órgãos sociais, no valor de 613.375,00€; Custos Reestruturação, no valor de 195.285,00€; e Outros gastos com pessoal no valor de 709.683,00€.

	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações do pessoal	9.412.455	8.392.553
Encargos sobre remunerações	2.227.092	1.930.716
Remunerações dos órgãos sociais	791.333	613.375
Custos Reestruturação	98.223	195.285
Outros gastos com pessoal	1.109.544	709.683
	13.638.647	11.841.612

Em 2020 apresentaram um crescimento no valor de 15,18%, totalizando um valor de 13.638.647,00€, que pode ser categorizado como: Remunerações do Pessoal, no valor de 9.412.455,00€; Encargos sobre remunerações, no valor de 2.227.092,00€; Remunerações dos órgãos sociais, no valor de 791.333,00€; Custos Reestruturação, no valor de 98.223,00€; e os Outros gastos com pessoal, no valor de 1.109.544,00€;

	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações do pessoal	10 366 740	9 412 455
Encargos sobre remunerações	2 460 358	2 227 092
Remunerações dos órgãos sociais	772 125	791 333
Custos Reestruturação	210 812	98 223
Outros gastos com pessoal	1 116 536	1 109 544
	14 926 570	13 638 647

Em 2021 apresentaram um crescimento no valor de 9,44%, totalizando um valor de 14.926.570,00€, que pode ser categorizado como: Remunerações do Pessoal, no valor de 10.366.740€; Encargos sobre remunerações, no valor de 2.460.358,00€; Remunerações dos órgãos sociais, no valor de 772.125,00€; Custos Reestruturação, no valor de 210.812,00€; e os Outros gastos com pessoal, no valor de 1.116.536,00€;

Depreciações e amortizações

	31-12-2019	31-12-2018
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	33.908	56.152
Edifícios e outras construções	2.587	2.587
Equipamento básico	16.114	10.584
Equipamento transporte - IFRS16	439.620	-
Edifícios e outras construções - IFRS16	424.453	-
Ativos intangíveis		
Intangíveis desenvolvidos Internamente	1.014.768	1.367.560
Intangíveis programas de computador	78.422	78.422
	2.009.872	1.515.305

Como se pode observar, as Depreciações e Amortizações no período de 2019 totalizaram um valor de 2.009.872,00€; que pode ser categorizado como: Equipamento administrativo, no valor de 33.908,00€; Edifícios e outras construções, no valor de 2.587,00€; Equipamento Básico, no valor de 16.114,00€; Equipamento transporte, no valor de 195.285,00€; e Edifícios e outras construções no valor de 424.453,00€.

Por fim, verifica-se os Ativos intangíveis: Intangíveis desenvolvidos Internamente, no valor de 1.014.768€ e Intangíveis programas de computador no valor de 78.422,00€.

	31-12-2020	31-12-2019
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	186.017	33.908
Edifícios e outras construções	2.587	2.587
Equipamento básico	15.548	16.114
Equipamento transporte - IFRS16	439.620	439.620
Edifícios e outras construções - IFRS16	397.561	424.453
Ativos intangíveis		
Intangíveis desenvolvidos internamente	52.445	1.014.768
Intangíveis programas de computador	16.072	78.422
	1.109.849	2.009.872

As depreciações em 2020 apresentaram um decréscimo no valor de 44,78% observando-se um valor de 1 109 849,00 €, com se sabe, as Depreciações e Amortizações no período de 2020 totalizaram um valor que pode ser categorizado como: Equipamento administrativo, no valor de 186.017,00€; Edifícios e outras construções, no valor de 2.587,00€; Equipamento Básico, no valor de 15.548,00€; Equipamento transporte, no valor de 439.620,00€; e Edifícios e outras construções no valor de 397.561,00€.

Por fim, verifica-se os Ativos intangíveis: Intangíveis desenvolvidos Internamente, no valor de 52.445€ e Intangíveis programas de computador no valor de 78.422,00€.

	31-12-2021	31-12-2020
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	291 534	186 017
Edifícios e outras construções	14 567	2 587
Equipamento básico	5 610	15 548
Equipamento transporte - IFRS16	439 620	439 620
Edifícios e outras construções - IFRS16	423 879	397 561
Ativos intangíveis		
Intangíveis desenvolvidos Internamente	201 642	52 445
Intangíveis programas de computador	-	16 072
	1 376 853	1 109 849

As depreciações em 2021 apresentaram um crescimento no valor de 24,06% observando-se um valor de 1 376 853,00 €, com se sabe, as Depreciações e Amortizações no período de 2021 totalizaram um valor que pode ser categorizado como: Equipamento administrativo, no valor de 291.534,00€; Edifícios e outras construções, no valor de 14.567,00€; Equipamento Básico, no valor de 5.610,00€; Equipamento transporte, no valor de 439.620,00€; e Edifícios e outras construções no valor de 423.879,00€.

Por fim, verifica-se os Ativos intangíveis: Intangíveis desenvolvidos Internamente, no valor de 201.642€.

Resultado antes de Imposto 2019

A empresa apresenta um resultado antes de imposto positivo de 75.843 Euros, tendo sido apurado um valor negativo de imposto de 97.960 Euros, que se decompõe conforme segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Imposto corrente	114.831	133.322
IDA	774.572	(141.764)
Crédito de Imposto	(987.363)	-
	(97.960)	(8.442)

No que respeita aos Impostos diferidos ativos, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

	31-12-2019	31-12-2018
Saldo inicial	4.129.438	4.154.184
Reforço	83.615	1.117.247
Regularizações	(20.075)	(1.045.529)
Redução	(722.858)	(96.464)
Saldo final	3.470.120	4.129.438

O montante crédito imposto corresponde à recuperação do imposto sobre prejuízo fiscal no consolidado fiscal da Farminveste IPG.

Resultado antes de Imposto 2020

A empresa apresenta um resultado antes de imposto positivo de 13.603.451 Euros, tendo sido apurado um valor de imposto de 498.245 Euros, que se decompõe conforme segue:

Decomposição imposto do exercício	31-12-2020	31-12-2019
Imposto corrente	108.946	114.831
IDA	444.306	774.572
PEC's não dedutíveis	90.828	-
Excesso estimativa	(145.835)	-
Crédito de Imposto	-	(987.363)
	498.245	(97.960)

O montante crédito imposto corresponde à recuperação do imposto sobre prejuízo fiscal no consolidado fiscal da Farminveste IPG.

No que respeita aos Impostos diferidos ativos, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Saldo inicial	3.470.120	4.129.438
Reforço	606.553	83.615
Regularizações	(597.908)	(20.075)
Redução	(1.050.860)	(722.858)
Saldo final	2.427.905	3.470.120

Resultado antes de Imposto 2021

A empresa apresenta um resultado antes de imposto positivo de 3.504.287 Euros, tendo sido apurado um valor de imposto de 502.337 Euros, que se decompõe conforme segue:

Decomposição imposto do exercício	31-12-2021	31-12-2020
Imposto corrente	119.448	108.946
IDA	326.062	444.306
IRC ex anteriores	96.144	90.828
Excesso estimativa	(39.318)	(145.835)
Crédito de Imposto	-	-
	502.337	498.245

No que respeita aos Impostos diferidos ativos, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

O montante crédito imposto corresponde à recuperação do imposto sobre prejuízo fiscal no consolidado fiscal da Farminveste IPG:

	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	2 427 905	3 470 120
Reforço	457 330	606 553
Regularizações	-	(597 908)
Redução	(1 523 990)	(1 050 860)
Saldo final	1 361 245	2 427 905

Resultado Líquido do Período

No primeiro período em estudo (2019) a GLINTT obteve um Resultado Líquido do Período negativo, no valor de -363 809,00 €. No período entre 2019 e 2020, verifica-se uma variação bastante positiva (3702,22%) traduzindo-se num Resultado Líquido de 13.105.206,00 €. Por fim, no período entre 2020 e 2021 podemos observar uma variação negativa do RLP no valor de -79,11%, o que se traduziu num Resultado Líquido do Período no valor de 2.738.103,00 €.

Rácio de Valor Acrescentado na Ótica da Produção

Período	2019	2020	2021
Rendimentos	20 153 194,00 €	23 956 323,00 €	27 994 478,00 €
Gastos	12 524 339,00 €	11 397 932,00 €	9 637 651,00 €
Total	7 628 855,00 €	12 558 391,00 €	18 356 827,00 €

De acordo com a figura, podemos observar que a empresa obteve ao longo dos três exercícios económicos em análise um acréscimo de valor. Podemos concluir através destes resultados que a empresa consegue cobrir todos os seus gastos através dos seus rendimentos, e ainda, consegue criar riqueza.

Conclusão

Após a realização da Prova de Aptidão Profissional considero que, de forma geral, o objetivo foi conseguido, ajudando-me assim a perceber uma realidade de mercado que desconhecia, conceitos chave que não sabia e muitas outras coisas importantes.

A GLINTT, é uma empresa que se enquadra no Setor Terciário e Quaternário, subdividindo-se pelos Subsetores da Tecnologia e da Saúde.

Tem a missão de Liderar a transformação digital, com foco nas pessoas e no bem-estar da sociedade global. Assume como Visão que com inovação tecnológica, transformar as organizações e melhorar a vida das pessoas. E assume como valores a Superação | a Inovação | a Ética | e a Sustentabilidade.

O público-alvo da Glintt, são empresas da área da saúde, como farmácias e hospitais. Durante a realização do Projeto, deparei-me com algumas dificuldades, como por exemplo, na escolha da empresa e falta de motivação, pois não correspondeu com as expectativas, mas com a ajuda dos professores conseguimos ultrapassar esses contratempos.

A execução da PAP com certeza que me levou a fortalecer as minhas competências pessoais e profissionais. A nível pessoal verifiquei, principalmente, uma maior autonomia de trabalho, responsabilidade.

A nível profissional tive a oportunidade de adquirir conhecimentos alguns conhecimentos muito importantes para a PAP relativamente ao Employee Experience durante o meu Estágio Curricular, o que me deu uma melhor visão das coisas

Conclusion

After taking the Professional Aptitude Test I consider that, in general, the objective was achieved, thus helping me to understand a market reality that I did not know, key concepts that I did not know and many other important things.

GLINTT is a company that fits into the Tertiary and Quaternary Sector, subdivided into the Technology and Healthcare Sub-Sectors.

Its mission is to Lead the digital transformation, focusing on people and the well-being of the global society. It assumes as Vision that with technological innovation, transform organizations and improve people's lives. And assumes as values the Overcoming | Innovation | Ethics | and Sustainability.

Glintt's target public are companies in the health area, such as pharmacies and hospitals. During the completion of the Project, I faced some difficulties, such as, for example, in the choice of the company and lack of motivation, because it did not correspond with the expectations, but with the help of the teachers we managed to overcome these setbacks.

The execution of the PAP certainly led me to strengthen my personal and professional skills. On a personal level I verified, mainly, a greater work autonomy, responsibility.

On a professional level I had the opportunity to acquire some very important knowledge for the PAP regarding Employee Experience during my Curricular Internship, which gave me a better view of things...

Webgrafia

<https://www.ods.pt/>

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_mai2021_p.pdf

<https://www.bportugal.pt/page/projecoes-economicas>

<https://www.glintt.com/pt/Paginas/home.aspx>

<https://www.podata.pt/>

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

<http://healthportugal.com/portugal/setor-da-saude>

https://ec.europa.eu/info/index_pt

<https://www2.deloitte.com/pt/pt.html>

<https://eportugal.gov.pt/pt/inicio/espaco-empresa/clusters0>

<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/transformacao-digital/20210414STO02010/transformacao-digital-importancia-beneficios-e-politica-da-ue>

<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/transformacao-digital/20210414STO02010/transformacao-digital-importancia-beneficios-e-politica-da-ue>



glintt

Proposta para a Empresa

Por: Gonçalo Costa Ratola

2021/2022

Após efetuar o estudo detalhado da GLINTT – Global Intelligent Technologies, S.A., identifiquei algumas lacunas na Gestão da mesma, como por exemplo a falta de liquidez, causada pela falta de capacidade de financiamento a curto prazo. Este comportamento pode ser explicado pelos grandes investimentos efetuados em Ativo Não Corrente, por isso sugiro que se **equilibre melhor as contas do Ativo Corrente**, para que futuramente a empresa não tenha a situação desagradável de ter que suspender pagamentos, por falta de Liquidez para fazer face aos seus compromissos a curto prazo.

A GLINTT detêm algumas empresas e oferta em Espanha, porém a marca **Glintt não é muito conhecida no mercado Espanhol**, logo considero que deveriam **efetuar algumas campanhas publicitárias para darem-se a conhecer aos clientes e até mesmo ao consumidor final**, que a maioria das vezes não sabe de onde vem o produto ou serviço.

De acordo com os dados fornecidos ao longo da minha Prova de Aptidão Profissional, para além do PRR que prevê grande investimento no setor das tecnologias, atualmente está a avançar um processo de regulamentação do uso de AI na UE, prevendo-se a criação de Fundos Comunitários para o desenvolvimento desta tecnologia na Europa, sendo a GLINTT uma empresa que apresenta soluções e serviços tecnológicos, sugiro a **aposta em sistemas integrados e equipamentos de alta tecnologia associada à AI (Inteligência Artificial)**, pois poderia concorrer aos Fundos Europeus do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e aos que irão ser criados, contribuindo assim para tornar Portugal numa Economia Digital Progressista, estando na vanguarda do conhecimento nesta área.

Por fim, sugiro que a empresa se internacionalize mais, para países com economias emergentes na área das tecnologias e do digital.

IFRS 15**IFRS 15
10-11-2020**

Desde 2018 existe uma nova versão da IFRS 15 que prevê um critério mais rigoroso sobre o processo de contabilização do rédito. Esta norma já entrou em vigor? E qual a NCRF que foi ajustada?

Parecer técnico

A questão colocada refere-se à aplicação da Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) n.º 15 – «Rédito de Contratos com Clientes», pelas empresas em Portugal.

O tratamento contabilístico previsto na IFRS 15 apenas está disponível para as empresas nacionais que estejam a aplicar as normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1 606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, nos termos e nas situações previstas no artigo 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com posteriores alterações.

As empresas nacionais, abrangidas pelo SNC, apenas podem optar pela adoção das normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia, se estiverem incluídas no perímetro de consolidação da empresa-mãe, ainda que sediada noutro Estado-membro, que esteja a preparar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com essas normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia, conforme os n.ºs 4 e 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009.

As restantes empresas nacionais, não abrangidas nas situações previstas nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, são obrigadas a adotar o normativo contabilístico nacional do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme o artigo 3.º do mesmo diploma.

As entidades que estejam a aplicar o SNC devem atender aos procedimentos contabilísticos previstos nas normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), nomeadamente da NCRF 20 – Rédito e NCRF 19 – Contratos de construção.

Para as entidades abrangidas pelo SNC, apenas é possível adotar as normas internacionais de contabilidade quando tal esteja previsto na própria NCRF ou para suprimir qualquer lacuna de algum aspeto particular numa transação ou situação não prevista nas NCRF do SNC, conforme previsto no ponto 1.4 do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009.

No caso do tratamento contabilístico para o rédito com contratos de clientes, como as NCRF 19 e 20 preveem um tratamento contabilístico próprio e específico, não é possível a aplicação dos tratamentos contabilísticos, ainda que distintos, previstos na IFRS 15.

De acordo com comunicações públicas da Comissão de Normalização Contabilística, está prevista uma revisão das normas contabilísticas do SNC para se adaptarem à IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 num futuro próximo. No entanto, ainda não é conhecido o momento exato para a aplicação dessas alterações no SNC.

Quanto à entrada em vigor da IFRS 15, de acordo com o artigo 2.º do Regulamento (UE) 2016/1905 da Comissão, de 22 de setembro de 2016, as empresas devem aplicar a IFRS 15, o mais tardar, a partir da data de início do seu primeiro exercício financeiro que comece em ou após 1 de janeiro de 2018.

Partilhe esta notícia

